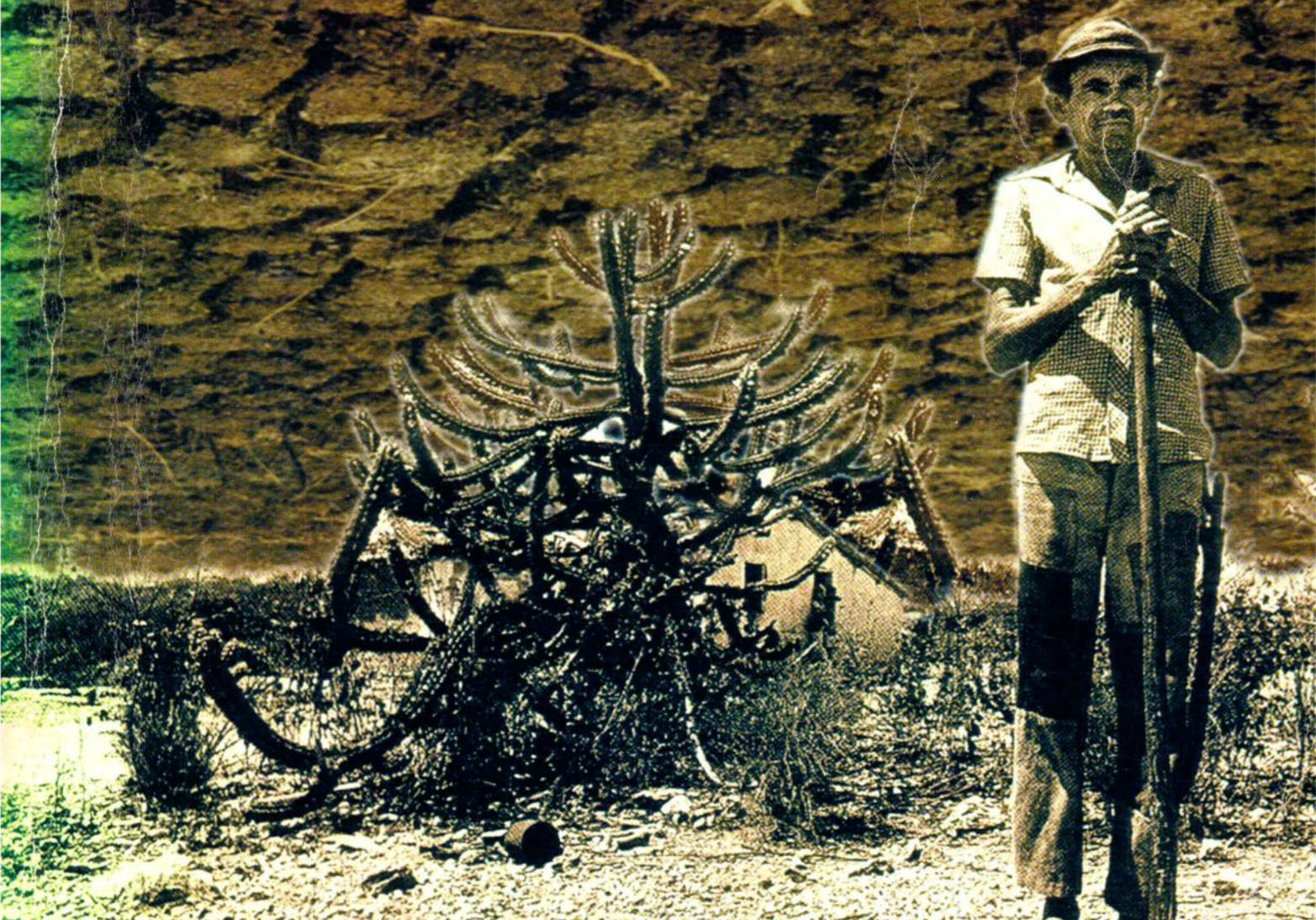


CANIBIDOS

Revista

v.4 nº 1/2, dezembro de 2000



PORTAIS DO SERTÃO

REVISTA CANUDOS

V.4 n° 1/2, dezembro de 2000



UNEB

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
CENTRO DE ESTUDOS EUCLIDES DA CUNHA - CEEC

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
César Borges

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Eraldo Tinoco

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Ivete Alves do Sacramento

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
Lourivaldo Valentim

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
João Gomes

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Manoelito Damasceno

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Rita Maria Vieira Bastos

CENTRO DE ESTUDOS EUCLIDES DA CUNHA
Luiz Paulo Almeida Neiva

EDITORES
Equipe do CEEC

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Olavo
Clímaco Dias
Eldon Canário
Edvaldo Machado Boaventura
Gumercindo Martins Sá Filho
José Calasans
Lícia Soares de Souza
Luiz Paulo Almeida Neiva
Marco Antônio Villa
Monoel Neto
Oleone Coelho Fontes
Renato Ferraz

EDITORAÇÃO/CAPA
Djalma Fiuza

REVISÃO
CEEC

NORMALIZAÇÃO
Neuza Tinôco Melo Nunesmaia

FOTO DA CAPA
Revista HUMBOLT - Ano 42/2000/nº 80

ISSN 1413-941

REVISTA CANUDOS



UNEB

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
CENTRO DE ESTUDOS EUCLIDES DA CUNHA - CEEC

Revista Canudos / Universidade do Estado da Bahia
Centro de Estudos Euclides da Cunha.
v. 4, n. 1/2 (dezembro de 2000) salvador: uneb, 2000

ISSN 1413-941

1. Canudos, Ba - História. 2. Brasil - História - Guerra de Canudos, 1897

CDD: 981.05

CDU: 981 "1897"

IMPRESSÃO:



“REVISTA CANUDOS” é uma publicação semestral de tema que analisa e discute assuntos relacionados ao semi-árido do estado da Bahia, aberta a contribuições externas, desde que estejam de acordo com a linha editorial adotada. Os textos deverão estar digitados em Word 7.0 ou outro editor de texto compatível e ter no mínimo 04 (quatro) e no máximo 16 (dezesseis) laudas. Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem a opinião do Centro e/ou da Universidade. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, assinaturas, etc., deve ser dirigida ao CEEC, sito ao Largo do Carmo, nº04 - Centro Histórico - Salvador/Ba - CEP. 41910-000 - Tel. (71)2410787/0840

E-mail: ceec@uneb.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	003 ✓
Ivete Alves do Sacramento	
A (IN)SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL O CASO DE CANUDOS.....	007
Luiz Paulo Almeida Neiva	
ANTÔNIO CONSELHEIRO REABILITADO ATRAVÉS DA IMAGINAÇÃO.....	030 ✓
Zélia Roelofse-Campbell	
PODE OS SERTÕES GERAR UM PARADIGMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS?	047
Lidiane Santos , Heloiza Soares e Ive Alencar	
ANO DE 1896 - TÉRMINO DAS OBRAS DA CAPELA DE SANTO ANTÔNIO DE BELLO MONTE?.....	065
José Carlos da Costa Pinheiro	
A LITERATURA NO PROJETO JORNALÍSTICO DE OS SERTÕES.....	075 ✓
Vivianne Milward de Azevedo	
CORTEJO DE DESVENTURADOS	085 ✓
Oleone Coelho Fontes	
DOS CAMPOS DE PEDRA: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA DE CANUDOS.....	093 ✓
Edwin Reesink	
A REINVENÇÃO DO BRASIL A PARTIR DOS SERTÕES. COMO CANUDOS É A QUINTESSÊNCIA DO SERTÃO, E O SERTÃO A QUINTESSÊNCIA DO PAÍS, O LIVRO DE EUCLIDES DA CUNHA "E" O PAÍS, ELE REINVENTA O BRASIL, CONTRIBUINDO PARA A IDÉIA QUE A NAÇÃO TEM DE SI MESMA	107 ✓
Berthold Zilly	
“A ÚLTIMA CHANCE.” SALVAMENTO EMERGENCIAL DO ARRAIAL DE CANUDOS	123
Paulo Eduardo Zanettini e Erika Marion Robrahn-González	
TURISMO CULTURAL EM CANUDOS: UMA FORMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	149
Aline Joice Rocha Santos	



Vista aérea do sítio histórico de Canudos submetido a escavações arqueológicas. Notam-se as estruturas evidenciadas das igrejas e cruzeiro da fase conselheirista.

FOTO: NILTON SOUZA

FONTE: ARQUIVO DO CEEC/UNEB

APRESENTAÇÃO

Ivete Alves do Sacramento

As colaborações contidas nesse número, intitulado Portais do Sertão, são expressivas da linha editorial, assumida ao longo desses quatro anos, que tem procurado divulgar as contribuições de pesquisas relativas ao ciclo canudiano, promovendo simultaneamente avaliações conjunturais do semi-árido baiano. Os artigos ora publicados continuam seguindo as orientações de procurar atender as áreas temáticas de conhecimento, comunicação, literatura, arqueologia, sociologia, turismo, antropologia, história e desenvolvimento sustentável, em suas relações múltiplas.

Com um novo projeto gráfico, Canudos prossegue ademais refletindo os esforços de interação do CEEC com os departamentos da UNEB e com Universidades nacionais e internacionais, constituindo uma importante rede de investigação sobre o ciclo canudiano enquanto fonte de compreensão da identidade brasileira. Símbolo de uma integração profícua entre professores e estudantes, na busca dos índices de uma natureza da brasilidade, a Revista Canudos vai abrindo espaços cada vez mais vastos para as discussões sobre as formas de resistência e determinação de populações nativas, ameaçadas por interesses políticos alienígenas. A Revista efetiva, acima de tudo, o diálogo entre uma rede universitária de pesquisa e as comunidades sertanejas, através da Universidade do Estado da Bahia.

Luis Paulo Neiva inicia os trabalhos analisando o padrão subjacente à performance do DNOCS, uma agência federal, na gestão de um projeto de irrigação com o Açude Cocorobó, por meio da teoria do desenvolvimento local sustentável. Com efeito, observações em torno do desenvolvimento vinculado aos projetos de suprimento de água ganham importância à medida que direcionam reflexões para a redução da miséria, em áreas tradicionalmente negligenciadas pelos governos.

Não existem mais dúvidas de que *Os Sertões* é uma obra fundadora do ciclo canudiano e de que a campanha e a guerra só ganharam vida histórica, a nível nacional e internacional, graças à narrativa euclidiana. O jornalista escritor enfatizou imediatamente a necessidade dos diferentes tipos de brasileiros se conhecerem em suas diferentes idiossincrasias e de observarem, no interiorano anacrônico, as marcas de um Brasil Profundo, exibindo os erros e acertos de 400 anos de colonização.

Nessa perspectiva, se desdobra um bloco literário, apto a evidenciar o caráter polifônico e revelador da epopéia euclidiana. Zélia Roelofse-Campbell empreende uma análise semiótica para indicar como *Os sertões* constitui a fonte fundamental de documentação sobre Canudos, um hipotexto, para o escritor Vargas Llosa em *A guerra do fim do mundo*. Mas, com a técnica da valorização, o escritor peruano aumenta o valor simbólico de *Conselheiro*, imbuído de um discurso coerente e significativo, enquanto que Euclides o difama. Já Viviane Milward de Azevedo toma como base de análise a obra deste último, demonstrando a mudança do projeto de escrita de um jornalista que acaba por produzir um texto artístico, espelhando as tensões entre o sentido e o indizível. A autora avalia *Euclides da Cunha* como o poeta do conflito.

Ainda sob a égide dos debates acerca das influências desse texto artístico na definição de uma pátria brasileira, Berthold Zilly aponta para o fato de o ideal de bandeirante do escritor o levar a uma travessia espacial e discursiva que faz aflorar uma sùmula da nacionalidade. A viagem ao sertão é inclusive comparada à expedição do capitão Marlow ao âmago da selva no Congo belga, em *Heart of Darkness* de Joseph Conrad; duas incursões a espaços pré- civilizatórios revelando as contradições dos fanatismos da civilização moderna.

No âmbito das discussões sobre a dinâmica intertextual da narrativa euclidiana, dois artigos merecem destaque, no que tange à política de inserção dos pesquisadores júniores no CEEC. Pode *Os Sertões* gerar um paradigma de Relações Públicas para os movimentos sociais? testemunha os resultados do

primeiro ano de estudo de três alunas do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, enquanto que Turismo Cultural em Canudos, uma forma de desenvolvimento sustentável ilustra o trabalho de Aline Joyce do Programa de Iniciação Científica (PICIN) da UNEB, ambos contidos no Projeto Sertões, coordenado pela professora Licia Soares de Souza. O primeiro aborda as interligações da literatura e da comunicação, através de métodos semióticos, pondo em relevo os mecanismos de formação de uma opinião pública coletiva ou nacional, como o narrador ia definindo, favorável à Quarta Expedição. Nessas interligações, as autoras demonstram como uma função histórica auxilia a construção de um paradigma comunicacional para os movimentos sociais. O segundo explora as potencialidades poéticas, narrativas e informativas do texto enciclopédico de Euclides para a composição de um paradigma de turismo cultural ancorado na sustentabilidade da região.

Coroando o bloco literário, encontra-se o capítulo inédito do romance Quinta Expedição, de Oleone Coelho Fontes, a ser lançado pela Vozes nas comemorações do centenário da primeira edição de Os sertões em 2002. A existência de uma quinta expedição assinala, de todas as maneiras, o tratamento artístico conferido ao fenômeno canudiano, ressaltando as conotações de continuidade e permanência dos acontecimentos no imaginário nacional.

Como estudo histórico, José Carlos Pinheiro questiona sobre o verdadeiro ano de conclusão da velha capela de Santo Antonio de Bello Monte, detalhe crucial para o entendimento da estrutura urbana da outrora segunda cidade da Bahia. Edwin Reesink sublinha o interesse sociológico dos relatos de viagem de um jovem holandês, abordando a força da religião, a calamidade das secas e a pobreza bastante generalizada.

Finalmente, Paulo Zanettini e Erika Robrahn-Gonzalez oferecem os resultados das importantes pesquisas no Projeto de Salvamento emergencial desenvolvido no sítio histórico da fundação de Canudos, que já foram objeto de reportagens na mídia impressa e eletrônica, a nível nacional. Essa pesquisa

arqueológica daqui para diante deverá fornecer conhecimentos primordiais sobre formas de apropriação e organização de um território por populações carentes de recursos naturais e econômicos.

Em síntese, os temas caros e persistentes da busca dos elementos que compõem a identidade brasileira e da formação da nação, retornam neste número através deste campo de investigação infinito que se refere à campanha de Canudos, deixando emergir questões sociais, políticas e culturais, imprescindíveis para a compreensão do modelo de modernidade da sociedade atual, em todas as suas contradições. Sabemos que a guerra fratricida metaforiza, de um lado, o dinamismo de populações carentes e abandonadas na busca de soluções de vida e, de outro lado, a revolta por não terem nem mesmo o direito de encontrar uma forma de auto-organização. Nesse caso, a Revista Canudos resgata uma memória que tem muito a ensinar sobre os problemas ainda contemporâneos de seca, miséria e escravidão física e simbólica.

d
In
D
C
C

C
E
d
d

T
D
D
su
P
C
A
-t
P
B

1-Elaborado a partir da dissertação de mestrado: "A Intervenção do Estado no Desenvolvimento Local - o Caso de Canudos: Açude Cocorobó", do autor.

2-Pesquisador do Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Termos para indexação:

Desenvolvimento Rural

Desenvolvimento local sustentável

Políticas públicas

Canudos - Bahia - Brasil

Açude Cocorobó - Canudos - Bahia - Brasil

Projeto de Irrigação Vaza Barris.

A (IN)SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL O CASO DE CANUDOS¹

Luiz Paulo Almeida Neiva²

RESUMO

Este artigo foi elaborado a partir de estudos desenvolvidos pelo autor em Canudos Estado da Bahia, no Nordeste do Brasil, e analisa o padrão subjacente à performance do DNOCS, uma agência federal, em termos do papel do setor público no desenvolvimento rural integrado. A pesquisa cobre os últimos 30 anos da experiência do DNOCS no desenho e gestão de um projeto de irrigação, conhecido como Vaza Barris (Açude Cocorobó). O estudo foi conduzido em 1998 e 1999, incluindo várias visitas do autor, entrevistas e coleta de dados, exame de documentos e relatórios do DNOCS, avaliações do corpo técnico, relatórios anuais e relatos de auditorias. No sentido de analisar o desempenho do DNOCS, o autor utilizou a recente teoria que contém o paradigma do desenvolvimento local sustentável. O Açude Cocorobó foi concebido para atender o pobre, com o objetivo de prover um conjunto de investimentos em desenvolvimento, variando de suprimento de água até trabalhos em extensão, pesquisa e produção. A pesquisa concluiu que, no período 1968-1999, o trabalho desenvolvido pelo projeto diferiu significativamente do que foi planejado e das suas expectativas. Alguns dos achados levantam questões acerca das pressuposições (econômicas, sociais, culturais, ambientais, institucionais, políticas, etc.) que comumente estão subjacentes no desenho e na implementação de projetos de desenvolvimento local, por agências do governo federal no Nordeste. Vários problemas têm prejudicado o Projeto. Os achados do estudo também levantam questões acerca do paradigma usual de desenvolvimento rural sustentável, causas da falência etc. Em resumo, o estudo apresenta como contribuição uma visão heterodoxa de opção de desenho para desenvolvimento local, e outras contribuições possíveis devem encorajar investigações adicionais numa área tão negligenciada de construção de projeto, administração e avaliação, uma vez que se considerem a efetividade (continuidade), a eficiência e a eficácia na redução da pobreza.

Introdução

O semi-árido nordestino é um espaço brasileiro que sempre causou uma profusão de sentimentos, visões, incompreensões. Medo, vergonha, descaso, insensibilidade, espanto, intolerância, horror, são alguns exemplos de sentimentos provocados pelos sertões do Nordeste brasileiro, nas elites políticas, militares e intelectuais do Brasil, ao longo da sua história. E em cada momento que esse estranhamento se manifesta, fica evidenciada a sua raiz o desconhecimento total ou parcial da realidade.

É fato que os problemas históricos do semi-árido estão imbricados em uma estrutura de crescimentos regionais desiguais, e em uma estrutura fundiária perversa que torna mais vulnerável uma região de solos rasos, vegetação rala e regimes pluviométricos irregulares e reduzidos. Isso sem dúvida tornou o Sertão nordestino o espaço mais problemático do Brasil, e, em consequência disso, um espaço privilegiado para equívocos, incompreensões, e principalmente o desenvolvimento e implementação de políticas que, se não foram inócuas, provocaram efeitos contrários aos objetivos declarados.

A história do Brasil demonstra, de forma eloqüente, o quanto o Sertão tem servido de palco para grandes conflitos, provocados por esse desenvolvimento desigual e pelo quase completo desconhecimento da sua realidade pela grande maioria dos brasileiros. A guerra de Canudos com quatro expedições militares e milhares de mortos, Pau-de-Colher, o Cangaço, as lutas camponesas em resposta à grilagem, são momentos emblemáticos do drama de uma região que, por possuir características especiais, deveria ser objeto de políticas especiais.

O sertão nordestino ensejou grandes tragédias nacionais como a criação de campos de concentração para flagelados da seca de 1877 no Estado do Ceará, que foi responsável pela morte de milhares de pessoas, sendo que ainda hoje essa tragédia é pouco citada na literatura sobre a região.

Vinte anos depois, o escritor Euclides da Cunha, um dos maiores nomes da literatura nacional, acompanhando a quarta expedição militar contra Canudos, demonstrou seu espanto ao descrever o semi-árido nordestino, em um livro que ainda hoje é um clássico da literatura nacional **Os Sertões**.

O pensamento da época que influenciava o escritor não achava enquadramento para o sertão nordestino. E isto com uma separação de apenas um século e depois das secas no semi-árido terem provocado verdadeiras tragédias no decorrer dos séculos. O sertão continuava desconhecido.

Fato é que, salienta Pinto de Aguiar (1986), em seu ensaio **Nordeste - o drama das secas**, que, depois de vários séculos de seca, só em 1936, através da Lei 175, é que se define pela primeira vez o polígono das secas.

É muito comum se ouvir, ler, ou observar políticos, governantes, estudiosos apregoarem que "a solução para o Nordeste é a irrigação", não sabendo estes que hoje há quem afirme que a área irrigável do Nordeste não chega nem aos 3% da área total das terras agricultáveis.

E um dos exemplos desse equívoco é o Açude Cocorobó que, quando foi projetado, previa uma área irrigável de mais 5000 ha, e hoje, passados trinta anos da sua inauguração, a superfície irrigável útil é de 1.475 ha, sendo que a área cultivada em operação, em abril de 1999, era de apenas 713 ha, padecendo ainda de uma grave salinização.

Outros exemplos podem ser encontrados em centenas de açudes e barragens, feitos para assegurar o abastecimento humano e animal, no período da seca, entretanto, quando esta se instala, açudes e pequenas aguadas ficam secos.

Cerca de meio século após a guerra de Canudos, em meados da década de 40, numa época que se convencionou chamar a fase hidráulica do desenvolvimento do Nordeste, o Governo Federal, na tentativa de resgatar a imensa dívida com o povo daquele lugar, inicia os estudos para a construção do Açude Cocorobó. As obras foram finalmente concluídas em 1968 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). A antiga cidade de Canudos foi inundada por um lago que se estende por 23 quilômetros³. Nas suas bordas, construiu-se a povoação Nova Canudos que, até recentemente, continuou como um distrito do Município de Euclides da Cunha.

Como exemplo da incompetência do setor público quanto à utilização do Açude Cocorobó, observa-se que várias de suas potencialidades econômicas não foram até hoje acionadas à disposição da população: a) O Cocorobó, com bacia hidráulica de 4.510 ha tem potencial para produzir 800 a 1.000 toneladas de peixe por ano, ou seja 3 toneladas por dia, o que dinamizaria a economia da região em termos de criação extensiva; a piscicultura é, portanto, uma grande opção da economia do vale do Vaza Barris, e por que não dizer, de todo o Nordeste

3-A capacidade do Açude Cocorobó está estimada em 245.376.000 m³, sendo, portanto, um dos maiores do Brasil.

brasileiro. Clima e luminosidade próprios para peixes de águas tropicais, ricas em planctons, são os fatores básicos para um importante desenvolvimento da economia regional. b) As terras a jusante da barragem do Cocorobó foram estudadas pelo DNOCS para o aproveitamento racional de 9.000 ha, sendo 4.500 com culturas de sequeiro e a outra metade com irrigação de culturas básicas. Os resultados práticos não foram os esperados. Solos mal drenados, águas ricas de sais (C2S1) que são carreados pelas enxurradas da bacia de contribuição para o interior do lago, são fatores negativos para uma agricultura irrigada. Em consequência, o perímetro fracassou, não gerando a economia esperada, não contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento socioeconômico da região. c) Há cerca de 15 anos as águas do Vaza Barris beneficiavam 23 municípios, inclusive alguns bairros de Aracaju, Sergipe; nos últimos tempos, as águas do Cocorobó ficaram confinadas ao município de Canudos, beneficiando tão-somente uma pequena parcela dos habitantes da região; inúmeros empreendimentos das mais variadas especialidades do sertanejo se tornaram estagnados por absoluta falta do fator água.

O Nordeste semi-árido tem sido palco de diversas intervenções políticas para o enfrentamento dos problemas decorrentes das secas que afligem esta região; destas, resultam os projetos dirigidos para a construção de açudes.

A expectativa dessas intervenções era de que os açudes seriam capazes de reter as populações na região, reduzindo as migrações, e a irrigação seria um fator garantidor da produção agrícola e gerador de renda.

A despeito de alguns poucos resultados satisfatórios, esses projetos não foram capazes de cumprir os objetivos esperados. Ademais, esse tipo de política reflete a concepção de intervenções gestadas em gabinetes sem levar em conta o conhecimento local.

No caso Cocorobó, interessa saber por que o Açude, que trouxe na sua proposta combater a pobreza, através da irrigação, e, conseqüentemente, contribuir para a geração de renda, aparentemente não conseguiu este fim? Vale analisar, para responder a questão, causas como: mal dimensionamento do projeto; localização que não permitiu o aproveitamento de áreas significativas para incorporar um maior número de famílias, bem como a utilização de áreas com solos inaptos para irrigação; falta de tecnologia adaptada às condições locais e ao nível do conhecimento dos produtores; isolamento das fronteiras da região, notadamente com relação à falta de estradas; o DNOCS estava preparado para exercer a gestão de um programa de irrigação, não obstante os esforços quanto a reservação e acumulação da água? esteve o projeto sempre tutelado pelo DNOCS, com os irrigantes vivendo uma relação de dependência constante, com pouca autonomia e iniciativa para solução de problemas?

A essência do problema é historicamente verificar quais os efeitos esperados e observados da intervenção do Estado no desenvolvimento local, escolhendo o caso Canudos.

Assim percebendo, este estudo buscou analisar as intervenções públicas no Açude Cocorobó e suas repercussões socioeconômicas, sob a perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento local.

A hipótese condutora do estudo sustenta que as políticas de desenvolvimento para o semi-árido nordestino, além dos problemas do desenvolvimento regional desigual, descontinuidade das políticas, apropriação dos recursos pelas oligarquias locais, enfrentam ainda o problema da falta de um conhecimento mais detalhado da realidade do sertão. Ademais, a solução para o Nordeste deve ser um conjunto de propósitos, que venha como resultado de estudos mais específicos para espaços desiguais. Antes se errava por não se saber nem o que era o semi-árido nordestino, hoje se erra por achar que este é um espaço homogêneo, com soluções únicas.

Fundamentação teórica

i. As políticas equivocadas

Este item examina, resumidamente, sobretudo, a política da açudagem desenvolvida pelo DNOCS, em termos de eficiência, eficácia e efetividade da abordagem dos problemas do Nordeste.

Ao se olhar para o vasto panorama de programas/projetos/ações e de organismos e agentes que dominaram a cena no Nordeste rural, pelo menos desde os anos 50, constata-se que os sucessos obtidos pela atuação do Estado no combate à pobreza rural na região, quando houve, foram pontuais e geralmente se perderam no tempo, por falta de continuidade, após cada nova eleição. Mesmo se se tomar cada novo programa oficial, pode-se perceber que este é construído sobre as ruínas de todos os que o antecederam. Ou seja, a história oficial dos programas oficiais é uma história do insucesso (Tendler, 1993).

O repertório de órgãos, programas, projetos e ações oficiais de combate à pobreza rural da região é, certamente, tão longo quanto o repertório de análises e de avaliações desses fenômenos. Nesse mesmo sentido, todo novo projeto oficial apresentado ao público inclui sempre dois elementos: uma análise crítica de tudo

o que o precede e a afirmação de que, com aquele projeto, enfim, todo o problema da pobreza rural será resolvido. As periodizações pelos mais diversos autores apresentadas seguem de perto essa perspectiva. Menezes & Favero (1999) apresentam a seguinte periodização:

Fase hidráulica - que se inicia no começo do século e se estende até os anos 50.

Fase de transição para o desenvolvimento (anos 40 até 1959).

Fase de modernização reformista - marcada pela criação da SUDENE em 1959.

Fase de modernização conservadora - que vai de 1964 a 1985, na qual as secas voltam a ser um dos determinantes principais da pobreza regional.

Fase do desenvolvimento sustentável - é o modelo dos anos 90, fundado nas idéias de descentralização, participação e privatização; o caráter antes eminentemente social é substituído por outro, de cunho mais econômico.

Realizando uma avaliação sobre o sucesso e o malogro de programas para a redução da pobreza, o Banco Mundial, conforme Tendler (1993), identificou uma série de problemas que limitavam o sucesso dos programas. Esses problemas identificados haviam prejudicado a execução dos programas e, por isso, levantaram uma série de indagações com relação à sua eficiência e eficácia para reduzir a pobreza.

Em suma, Menezes & Favero (1999) analisando o porquê da permanência da pobreza rural no Nordeste, concluem que: "não houve projetos, componentes ou repartições que se pudessem dizer que tiveram desempenho sempre bom durante todo o período analisado, ou uma atuação sempre melhor que a de outros".

Por intermédio do DNOCS, as grandes obras hidráulicas se tornam um instrumento fundamental para a continuidade das relações de reciprocidade características do "compromisso coronelista". No lugar do poder oficialmente atribuído aos coronéis, conforme ocorreu no período imperial (Guarda Nacional), é do ponto de vista econômico que o Estado passa, então, a assegurar a hegemonia desse grupo. Se, no passado, o poder central chegava, no nível local, materializado na figura do coronel, esse panorama começa a mudar neste século. Com o passar do tempo, a presença institucional do Estado começa a se fazer sentir mesmo nos confins mais distantes do Sertão e isto implica a necessidade de uma reestruturação dos esquemas de legitimação. O poder central assume, então, o papel de "patrocinador" da manutenção de estrutura de poder econômico-social-político local.

Como a ação do Estado se intensificava a cada seca, esta passou a ser

desejável pelos políticos locais, já que, desta forma, poderiam obter os meios materiais para "comprar" sua importância política (distribuição dos fundos públicos, condicionada a sua legitimação pela via eleitoral), além, é claro, de tirar proveito, individualmente, enquanto produtores que eram beneficiados. Por outro lado, ao Estado interessava esta forma de compromisso, que também era uma maneira de garantir a fidelidade política da estrutura de poder local. Portanto, a obra do DNOCS apresentava-se como um instrumento de manutenção da "legitimação recíproca" entre os poderes local e central (Bursztyn, 1984).

É muito difícil avaliar o sucesso da implantação dos "perímetros" em relação aos seus propósitos iniciais. Um ponto bastante crítico da política de criação de "perímetros" irrigados é dos custos de implantação por hectare. O custo de implantação de uma família em um lote irrigado é de US\$16.000, enquanto em um lote não irrigado este decresce para US\$2.500. No caso dos perímetros do DNOCS, o custo estimado é de aproximadamente US\$32.000, o que significa que cada emprego direto considerando-se dois trabalhadores por família custa US\$16.000. Isso representa um elevado custo de criação de cada emprego direto, correspondendo a 2 ha de terras irrigadas. O custo por unidade de mão-de-obra de um "perímetro" é de US\$4.800, ou seja, sete vezes superior à média da agricultura do país (Bursztyn, 1984). Pebayle (1981, apud Bursztyn, 1984) analisa uma amostra de oito "perímetros" e chega à conclusão de que cada hectare irrigado representa um custo médio de 3.875 dólares, o que significa que cada emprego tem um preço médio de 7.750 dólares, considerando-se um lote médio de 4 ha e uma força de trabalho familiar de duas pessoas. Mesmo considerando-se que os custos de instalação são cobertos a fundo perdido pelo DNOCS, não deve ser esquecido o custo de manutenção dos "perímetros".

Os açudes foram sendo construídos tendo-se por base feições topográficas e/ou influências políticas locais, a tal ponto que açudes de bilhões de m³, como Orós (CE), afogam a maior extensão de terras irrigáveis do Vale do Jaguaribe e quase nada foi investido no capital humano para torná-lo apto a usar e melhorar novas tecnologias de manejo adequado do binômio solo-água (Rebouças & Marinho, 1970).

Tradicionalmente, os açudes e poços do Nordeste brasileiro foram construídos visando principalmente ao abastecimento das populações e dos rebanhos. Tal circunstância contribui para a manutenção de um contexto de subutilização que estabelece vivo contraste com o grande volume de água armazenado e com o potencial valorizável. Nesse situação, registra-se anualmente perda por evaporação da água dos açudes, que representam uma lâmina média de 3m.

É nesse contexto que o DNOCS deveria procurar incorporar a idéia de

desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, tanto nos campos econômico, social e ambiental quanto na visão política de longo prazo e de planejamento participativo (Magalhães, 1994).

Assim percebendo, a idéia central é que as secas constituem anormalidades e, como tal, deverão ser *combatidas*, principalmente com maior oferta de água (Campos, 1995). Não se trata, novamente e sempre, de unilateralizar uma ou outra dimensão; sabe-se, porém, que efetivamente o problema não se restringe apenas à disponibilidade de água, mas envolve principalmente fatores culturais políticos e socioeconômicos.

Muitos dos açudes existentes no Nordeste não atendem à sua finalidade por não conseguirem encher o suficiente *falta de critério hidrológico no dimensionamento da barragem* funcionando mais como evaporímetros do que como fonte segura de água. Por sua vez, a análise detalhada do comportamento do Açude de Orós no período de 1981-1991, apresentada na mesa-redonda *Transposição do Rio São Francisco* realizada durante a 4ª Reunião Especial da SBPC, evidenciou a grande freqüência, em que ele atingiu sua capacidade máxima de armazenamento, e seu momento crítico em 1983, quando baixou até 30% de sua capacidade (Rodriguez, 1996).

O caso do Orós é sintomático da intervenção equivocada do DNOCS. O Açude de Orós é a maior barragem de terra do mundo. Mesmo assim, a cidade figura na lista dos 1.209 pontos atingidos pela seca. Tem 1.500 pessoas inscritas nas frentes de emergência e 3.000 que sobrevivem com cestas básicas distribuídas pelo governo. Todos os meses, o carro-pipa da prefeitura percorre 4.000 quilômetros para encher galões de água nas cercanias da cidade. Tem capacidade para 2,1 bilhões de metros cúbicos de água, é maior que a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. "*Aqui as pessoas dormem e acordam vendo água, mas não têm como puxar um pouco para elas. Desse jeito, a seca é ainda mais cruel*", diz o prefeito de Orós, José Gabriel Bezerra Filho PPB, em matéria da Revista **Veja** (Santa Cruz, 1998).

ii. Considerações sobre sustentabilidade

A visão predominante que se tem sobre desenvolvimento rural é concebida a partir da consideração de que é um processo multidimensional para promover o reordenamento do uso do espaço, melhorar a equidade social e o acesso aos recursos, e assegurar o uso racional dos recursos naturais. Tal como se

apresenta, é um processo de desenvolvimento que integra as dimensões e ou vetores, social, econômico, institucional e ecológico. Coloca o conceito de sustentabilidade como fio condutor, rompe com as estratégias de desenvolvimento rural tradicionais, e assim, se constitui numa nova vanguarda e num salto em termos de paradigma. Este *approach* conceitual, tem sido conhecido como Desenvolvimento Microrregional Sustentável - DMS.

Segundo Sepúlveda (1997), o conceito DMS explicitamente incorpora as dimensões socio-econômico-organizacional-institucional da sustentabilidade e é concebido para assegurar a gestão da sustentabilidade dos recursos naturais, no longo prazo.

De acordo com Sepúlveda (1997), a partir desta perspectiva conceitual e multidimensional de enquadramento, o DMS e seus instrumentos operacionais têm sido planejados, desenhados e implementados, como aqueles que possam gerar equidade social, sustentabilidade ecológica e modernização governamental, com descentralização e produção competitiva.

De fato, conceitualmente, aspectos da sustentabilidade e da equidade têm sido definidos como inequivocamente ligados. O processo de desenvolvimento não pode ser sustentável se ele não assegurar distribuição equitativa e acesso a recursos e benefícios do desenvolvimento. Portanto, assegura Sepúlveda (1997), é importante enfatizar-se que ambos os tópicos sustentabilidade e equidade requerem, como pedra angular, o pleno acesso à participação popular.

O conceito de desenvolvimento sustentável rural, como aqui entendido, segue os argumentos de Boiser (1992), Buarque (1995), Sepúlveda (1997) e Jara (1998) para o desenvolvimento regional, implicando uma visão multidimensional da realidade, a qual necessariamente considera ser um processo dinâmico. De fato, este *approach* conceitualmente se refere a mudanças dentro de várias dimensões socioeconômica, agroecológica, institucional e política, assim como as interações entre essas dimensões e seus atores sociais. Isto é, há um deslocamento real em direção ao uso racional e ao manejo de todas as unidades territoriais, (microrregiões), no sentido de se alcançar uma perspectiva de longo prazo das dimensões acima. As mudanças compreendem uma realocação no uso, no acesso à base natural, assim como nos aumentos e na diversificação de produtos, no deslocamento do poder político na administração local, numa redistribuição no acesso ao poder de decisão, numa distribuição equitativa para a renda geradora de oportunidades, etc.

Entretanto, o estilo de desenvolvimento nacional vem gerando um

conjunto especial ou particular de atividades econômicas, bem como o padrão de desenvolvimento dentro de cada unidade do território nacional. A diferenciação e os tipos de ligações entre regiões têm-se tornado evidentes via três características do sistema socioeconômico e político: a) Concentração geográfica das atividades econômicas e de população em poucas unidades territoriais; b) centralização, nestas unidades territoriais, do sistema responsável pelo processo de decisão; e c) extremas disparidades no níveis de vida, entre as populações naquelas regiões e o resto da população dos diferentes espaços.

Conforme Buarque (1999), em seu trabalho Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, Buarque (1999) assegura que o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, sua internalização na economia local e o fortalecimento da capacidade de investimento e gastos das instituições públicas, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Desenvolvimento sustentável, na definição consagrada da Comissão Brundtland, é "aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades" (CMMAD, 1987).

Este processo busca persistentemente a ampliação da racionalidade e eficiência econômica, da equidade social e da conservação ambiental, como apresentado pela Figura 2.1. Isto é, implementar iniciativas e ações que gerem ao mesmo tempo, maior equidade, nível elevado de conservação ambiental e maior racionalidade (eficiência) econômica. O objetivo deve consistir, portanto, em empurrar as três circunferências para o centro, ampliando o espaço combinado de equidade, conservação ambiental e racionalidade econômica. Este movimento nas três dimensões social, ambiental e econômica contém, contudo, conforme Buarque (1999), certo grau de rigidez estrutural e encerra interações complexas, de modo que, como mostram as setas na circunferência, um movimento isolado em uma delas pode provocar alterações nas outras, neutralizando o efeito positivo na primeira, mantendo, ou mesmo reduzindo, o espaço de intersecção.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

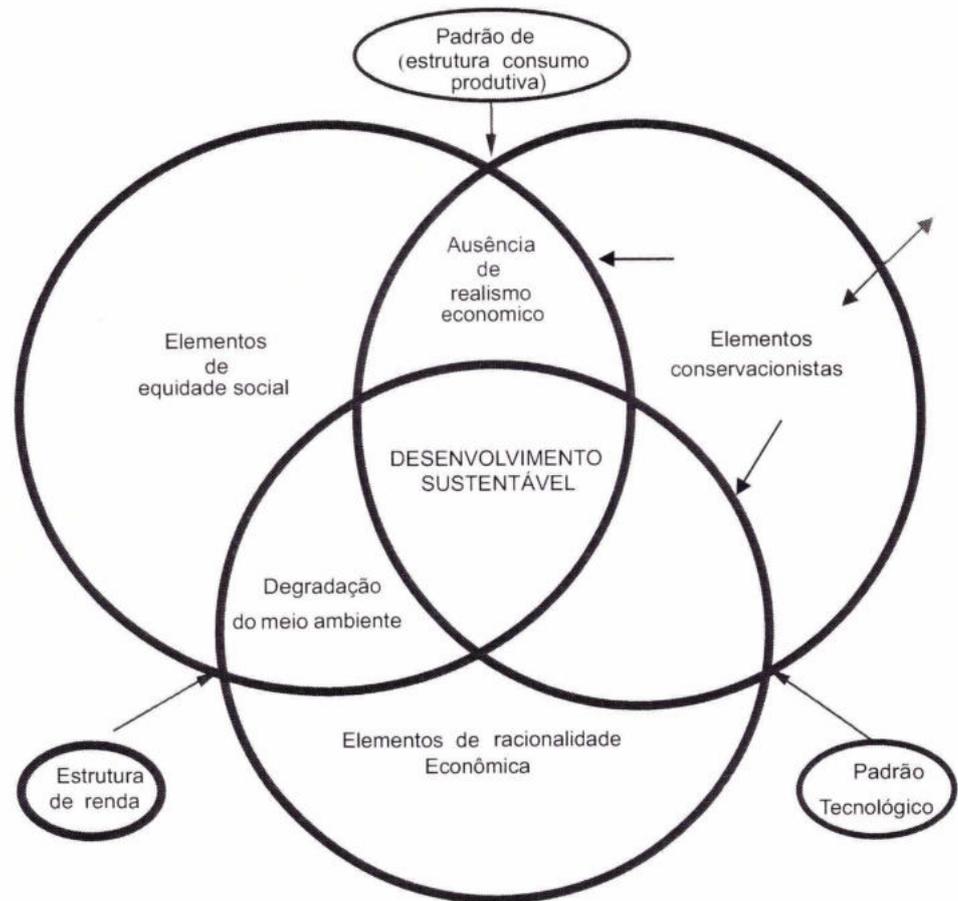


Figura 2.3 - Desenvolvimento sustentável

Fonte: Buarque, Sergio (1999).

Como admite Sachs (1986), o problema não consiste na escolha entre crescimento e qualidade do ambiente, mas sim em tentar harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais, mediante a redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento.

Açude Cocorobó Caracterização e Área de Influência

A Bacia hidrográfica do Rio Vaza Barris, onde se instalou o Açude Cocorobó, localiza-se nos Estados da Bahia (nascente) e Sergipe (foz), entre os paralelos de 9°40' e 11°15' Sul e os meridianos de 37°10' e 39°45' Oeste, possuindo uma área de drenagem de aproximadamente 16.377,3 km².

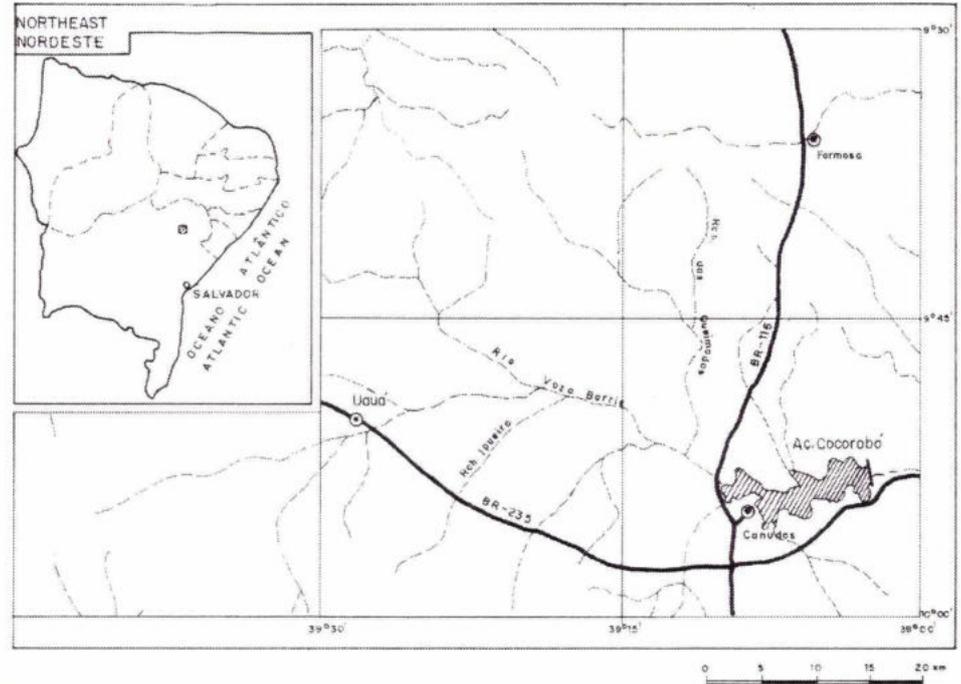
A cabeceira da bacia do Rio Vaza Barris está situada no sistema geral formado pela Serra do Espinhaço e aproximadamente 80% da bacia localiza-se dentro do Polígono das Secas.

O Rio Vaza Barris nasce a cerca de 500m de altitude no prolongamento da Serra do Espinhaço denominado Serra da Canabrava, estendendo-se por cerca de 490 km com declividade média de 0,10%; no Estado da Bahia a bacia possui uma área total de 14.503 km², e o Estado de Sergipe possui uma área total de 1.874 km² (Figura 3.1).

A bacia do Rio Vaza Barris apresenta-se com 4 climas regionais (Bahia,1996):

1 - úmido a subúmido: região da foz do Vaza Barris. Precipitações acima de 1100 mm e temperatura média anual de 26°C; 2 - subúmido a semi-árido: correspondente à região do Agreste. Zona de transição entre o litoral úmido e o sertão semi-árido. Região de planaltos com pluviometria entre 600 e 900 mm; 3 - semi-árido: maior parte de bacia do Vaza Barris, ocupando todo o trecho médio da bacia; 4 - semi-árido a árido: alto Vaza Barris (Uauá - Canudos). Totais pluviométricos sempre inferiores a 500 mm e temperaturas elevadas.

Figura 3.1 - Mapa de localização
Fonte: DNOCS



O clima da região apresenta grandes variações nos índices pluviométricos, evaporimétricos e termométricos em virtude da sua situação geográfica. O clima das áreas inseridas na bacia é caracterizado por altos valores de temperatura e evaporação, com precipitação relativamente elevada no exutório da bacia, diminuindo à medida que se dirige para montante, isto é, para a zona semi-árida. Os totais anuais de precipitação variam de 450 mm, na região semi-árida (alto e médio Vaza Barris), a cerca de 1200 mm na zona litorânea. O período chuvoso na região semi-árida está entre os meses de novembro a março, apresentando, portanto, uma longa estação seca.

As temperaturas máximas podem chegar a 36°C em outubro, na região oeste da bacia, e em fevereiro na foz, possuindo alta correlação com a ocorrência dos períodos secos ao longo da bacia.

Os solos da bacia do Rio Vaza Barris apresentam, de uma maneira geral, limitações quanto à sua utilização, seja por características físico-químicas ou por condições adversas de clima. As principais limitações que se apresentam, de uma forma geral, na bacia são: textura arenosa, drenagem excessiva ou imperfeita, pedregosidade, relevo forte, ondulado e montanhoso nos trechos médio e baixo (Contécnica Ltda, 1999).

O Açude Cocorobó é o principal manancial hídrico da região, sendo destinado ao abastecimento humano da Cidade de Canudos, do Perímetro Irrigado do Vaza Barris - PIVB (mantido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS) e do Extra-Perímetro localizado a jusante do açude, cuja extensão é de, aproximadamente, 100 km.

Em função do objetivo de aumentar a disponibilidade hídrica das diversas regiões do Nordeste, notadamente do polígono das secas, o Governo Federal por intermédio do DNOCS, iniciou a construção do Açude Cocorobó no ano de 1951 no Estado da Bahia, mas a barragem somente foi concluída em 1968, com obras complementares finalizadas em 1969. A sua capacidade de acumulação é de 245 milhões de m³, a bacia hidráulica é de 4.510 hectares e a área drenada de 3.600 km². A evaporação é drástica, cerca de 2.273 mm por ano e um incipiente deflúvio de 0,76 l/s/km².

Avaliação do Projeto de Irrigação do Vaza-Barris - PIVB

Os documentos do DNOCS, ao longo do tempo, enfatizam constatações relevantes que mereceram a atenção de técnicos e grupos de trabalho encarregados, ora para identificar problemas novos, ora para reiterar a ocorrência de problemas recorrentes, ora para apresentar soluções para os mesmos. Os assuntos mais importantes identificados a partir desta consulta e que expressam a situação atual do Projeto estão sumarizados a seguir, na análise da sustentabilidade.

i) Sustentabilidade ambiental a salinização, sem dúvida, se constitui numa das grandes preocupações do sistema de gerenciamento do DNOCS, problema que se detectou pela primeira vez em 1972, quando do primeiro cultivo implantado no setor I. Em 1991, há um percentual de área salinizada da ordem de 49% e, o que é pior, no setor V, 2ª etapa, cujas áreas já se encontravam salinizadas sem haver, ainda, sido operadas (Brasil. DNOCS, 1991).

Nas investigações em pesquisa de campo constatou-se em 1999, segundo informações da gerência local do PIVB e da CIVAB, que a área totalmente salinizada é de 250 ha, o que representaria um decréscimo de 60% em relação ao ano de 1990. Porém, o que importa é que a maior parcela da área dita "recuperada", a despeito de não apresentar índices abusivos de sais, tampouco são áreas produtivas. Ao contrário, prestam-se para uma agricultura marginal,

incompatível com uma atividade competitiva. A despeito de algum esforço do DNOCS em recuperar tecnicamente as áreas salinizadas, o que de fato ocorreu foi um emprego de uma técnica rudimentar pelos agricultores, que consistiu em deixar em repouso as áreas, seguindo-se o plantio.

ii) Sustentabilidade institucional

No rastro da política de diminuição do tamanho do Estado, o DNOCS investe no processo de emancipação dos seus perímetros irrigados, visando o repasse, às organizações dos irrigantes, das responsabilidades concernentes à operação e manutenção dos perímetros.

Deve ser observado que, em 1987, o DNOCS, em consonância com o Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados (Convênio Brasil/Alemanha) intensificou os estudos para emancipação do PIVB. Para tal, elaborou Diagnóstico do Perímetro Irrigado do Vaza Barris e da Cooperativa dos Irrigantes da Vaza-Barris - CIVAB e Proposta de Emancipação (Brasil. DNOCS, 1987). O documento não apresenta uma análise crítica dos reais benefícios ou dos problemas que adviriam do processo de emancipação, limitando-se a um diagnóstico circunstanciado da situação atual e apresentando as seguintes sugestões: i) efetivar a recuperação da estrutura geral do perímetro, que estava bastante danificada - acéguas quebradas, canais obstruídos, cercas destroçadas, áreas salinizadas, e entregar à cooperativa a responsabilidade de um trabalho sistemático de operação e manutenção; ii) passar para a Cooperativa a utilização de todo o prédio da administração; iii) corrigir distorções existentes como: criação de animais sem programação e funcionamento de dois bares em lotes habitacionais; e iv) doar à Cooperativa os móveis de escritório, de propriedade do DNOCS.

Assim sendo, o convênio foi celebrado entre o DNOCS e a CIVAB em 22 de novembro de 1991, com vigência de 26/11/91 a 31/12/96; porém, a avaliação realizada em concluiu haver um insignificante progresso na gestão do PIVB, inclusive com o recrudescimento de problemas anteriores intrínsecos ao Projeto.

Na pesquisa de campo realizada, observou-se existência de um "jogo de culpados", na medida em que a CIVAB delinea um quadro de extrema irresponsabilidade do DNOCS. O DNOCS fez muito pouco do previsto e, muitas das vezes, o fez muito mal, sem ouvir a cooperativa e contratando obras com especificações inadequadas às necessidades do perímetro.

iii) sustentabilidade econômica

Não existem informações seguras e completas no DNOCS quanto aos custos do Projeto, isto é, Açude e Perímetro Irrigado. As informações são parciais e os dados obtidos nos documentos não permitem a soma dos valores encontrados de per si, pois os mesmos não definem claramente períodos e estágios das obras e serviços, o que é sintomático de ineficiência e descaso do Estado.

De qualquer forma, em 1980, apresenta-se um custo do projeto, com área irrigada de 1.454 ha, abrangendo o período de 1971 a 1979, valores corrigidos para este último ano, da ordem de CR\$ 435.925.820,00 (U\$ 10.249.842,93), o que equivale a U\$ 7.049,40/ha (Brasil. DNOCS, 1980). Estes gastos, entretanto, referem-se às fases de planejamento, obras, operação e manutenção (não incluindo barragem e sangradouro).

Entretanto um custo mais abrangente do Projeto é apresentado no relatório de 1984, que considera os períodos anteriores, não especificados até 31.12.1983. Estes custos são da ordem de CR\$ 4.325.649.888,00, ou seja, U\$ 4.395.985,66 (Brasil. DNOCS, 1984). A fonte principal desses recursos foi o Programa de Integração do Nordeste - PIN, com 99,1 % do valor total. Neste caso, o custo por área, tendo em conta uma área de 1.884 ha citada no relatório é de U\$ 2.333,33/ha.*

Por outro lado, informações prestadas pelo gerente do escritório do DNOCS em Canudos/BA, Dr. Carlos Sampaio, dão conta de que o custo total do projeto é de U\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares), em 31/12/1999, que inclui todos os custos desde a barragem, infra-estrutura de irrigação, cercas, habitações, etc. E é baseado neste valor que é calculado o K1 (taxa que os parceiros pagam, relativa à recuperação dos investimentos realizados em infra-estrutura pelo DNOCS).

Foram realizadas entrevistas com agricultores de campo e com os dirigentes da CIVAB, para obtenção de informações que caracterizassem o perfil da renda dos produtores do perímetro. Constatou-se, em junho 1999, a existência de 154 colonos, cultivando uma área de 215,65 hectares.

Esse perfil de renda foi estimado, considerando-se os custos e receitas realizados no processo produtivo, para o ano de 1999 e constatou que um colono auferia uma renda irrisório de 1,97 salário mínimo/mês.

** Apesar desses valores abrangentes, quando transformados em dólar, apresentam-se menores que o dado anterior, provavelmente pelos valores terem sido totalizados em CR\$ ao final de um grande período com índices inflacionários expressivos.*

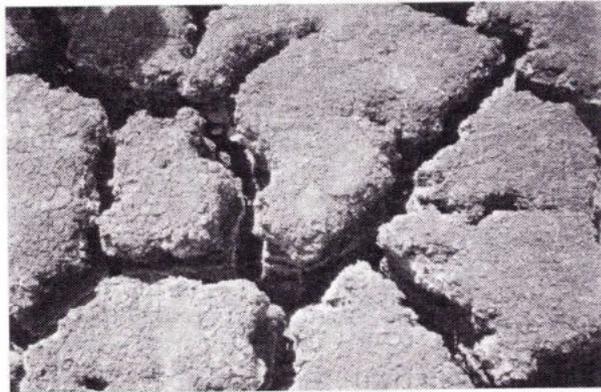
iv) Sustentabilidade social

Sob o ponto de vista social, Canudos é um município que concentra um grande número de pessoas pobres, o que é uma das características do semi-árido, onde as oportunidades de emprego são poucas e as riquezas muito concentradas. Os dados, a partir do censo de 1991, ratificam essa informação, uma vez que a renda de 94,2% dos chefes de família situava-se abaixo de 3 salários mínimos. Desses, 65,4% correspondiam àqueles que recebiam uma renda média mensal inferior a 1 salário mínimo e 3,2% que não recebiam nenhum rendimento, (CEEC,1997).

Vale salientar que Cocorobó, à época da sua inauguração, era o segundo maior do País, sendo significativo na economia municipal e regional, estimulando a pesca de subsistência e comercial, e a utilização de áreas irrigadas que passaram a produzir uma pauta diversificada de produtos, especialmente no Perímetro Irrigado do Vaza Barris. Nesse caso, a ausência histórica de uma reestruturação fundiária e de uma política de utilização plena do açude mostra-se como indicador de uma realidade extremamente frágil: cerca de 46% das famílias são indigentes, ou seja, 1.368 unidades familiares, o que demonstra que Canudos é uma área muito pobre, e, segundo o Censo de 1991, 65% dos chefes de família recebiam remuneração entre 0 e 1 salário mínimo mensal; 52% das pessoas acima de 15 anos não eram alfabetizadas, conforme Neiva & Dias (1999).

Para agravar o quadro das dificuldades sociais, em abril de 1998, o Açude Cocorobó estava com 28% de sua capacidade útil, cerca de 58 hm³. A recarga que estava sendo esperada para os meses de dezembro a março de 1999 não ocorreu. As derivações elevadas continuaram a ocorrer, agora, com restrições durante a noite, porém isso não impediu que, em junho de 1999, o açude atingisse o volume de 24 hm³ (10% de sua capacidade), confi-gurando-se, portanto, uma situação

extrema-mente crítica. Em novembro de 1999, o Açude Cocorobó estava com 3% de sua capacidade. Nesta situação, chegou a expor velhas estruturas e paisagens da Segunda Canudos e da Canudos Conselheirista de 1897. As Figuras 1, 2 e 3 refletem as imagens da seca no Açude



*Figura 1 - Detalhe do solo seco, rachado, situação comum em quase toda a extensão do açude.
FOTO: LUIZ PAULO NEIVA
FONTE: ARQUIVO DO CEEC/UNEB*

Cocorobó, neste local sem nenhuma presença de água, sobretudo na área em que se localizava a primeira e a segunda Canudos.



Figura 2 - Igreja de Santo Antônio da 2ª Canudos, concluída em 1939, ressurgiu das águas do Açude Cocorobó.

FOTO: NILTON SOUZA
FONTE: ARQUIVO DO CEEC/UNEB

O relatório de Estudos Hidrológicos, realizado pela Contécnica Ltda Consultoria e Planejamento, apresenta valiosas informações sobre a sustentabilidade do rio Vaza Barris; e que são julgadas úteis para a análise do presente estudo. Este relatório foi resultado de uma consultoria, demandada em 21/01/99, apresentada à SRH/MMA Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Esses estudos visavam a viabilidade de irrigação dos vales dos rios Ipapicuru e Vaza Barris. Foi possível avaliar as garantias de fornecimento de água para as demandas instaladas, de acordo com as prioridades de uso atribuídas às bacias. O Açude Cocorobó, responsável pela "perenização" do rio Vaza Barris, foi contemplado nestes estudos.

O referido Relatório faz ainda uma análise de operação do reservatório de Cocorobó quando o mesmo enfrentar situações de escassez. Os resultados dessa análise constam de proposição de regras de descarga d'água para prolongamento do período com atendimento às demandas e minimização das perdas por evaporação.

Foram detectados, durante os estudos e levantamentos em campo, problemas graves de oferta, distribuição e utilização de água na bacia. Nesse sentido, foram propostas 4 alternativas de solução desses problemas, juntamente com as respectivas avaliações econômicas e financeiras preliminares. Basicamente, essas alternativas são:

A1 Transposição de água do Rio São Francisco; A2 Otimização do Perímetro Irrigado do Vaza Barris - PIVB; A3 Construção de adutora Cocorobó-Jeremoabo; A4 Realocação dos irrigantes Extra-Perímetro para o PIVB.

Conclusões e Sugestões

Permeiam, na sociedade brasileira, questionamentos e/ou explicações sobre a persistência por tanto tempo, e em tão larga escala, da pobreza rural no Nordeste brasileiro. Esses questionamentos se desdobram em preocupações tal como a continuada expansão da pobreza, gerando e ampliando indefinidamente grandes contingentes humanos.

Daí emerge a preocupação básica deste estudo: Qual a razão da pouca eficácia transformadora das ações públicas que ali tem sido empreendidas, em particular, nas últimas décadas?

Neste quadro de reflexão, sempre se pressupõe que os problemas do semi-árido estão imbricados em uma estrutura de crescimentos desiguais na própria região nordestina, e em uma estrutura fundiária perversa, solos rasos, vegetação rala e regimes pluviométricos com um padrão irregular. Isso, naturalmente, torna o Sertão o espaço nacional mais problemático, e, também, local para equívoco e incompreensões.

No entanto sobressai um fato também abordado: as decisões tomadas em bastidores políticos, com relação ao Nordeste, resultam de argumentos de forças influentes que exercem vários tipos de pressões e contrapressões, dando sempre solução conjuntural a problemas estruturais, geralmente em nome do Estado.

E um dos exemplos desse equívoco pode ser encontrado no marco de referência deste trabalho o Açude Cocorobó, planejado cerca de meio século após outra equivocada intervenção do Estado brasileiro, naquela região. Este trabalho examinou a incompetência do setor público quanto à utilização do Açude Cocorobó, observando que várias das suas potencialidades econômicas não foram até hoje acionadas e postas à disposição da população. E mais, o projeto PIVB, parte do Açude, não se apresenta com sustentabilidade ambiental, econômica e social, em razão da qualidade de gestão ali empreendida pelo Estado, através do seu preposto, o DNOCS.

A conclusão básica deste trabalho é que, passados 30 anos, desde que o Açude foi entregue à sociedade, não houve transformações significativas no perfil de renda, na melhoria das condições de vida, sobretudo educação e saúde, e que há um processo de perdas ambientais, notadamente por salinização.

Daí submerge outra questão: estava realmente o DNOCS preparado para exercer a gestão de um programa de irrigação, não obstante seu magnífico espaço quanto a reservação e acumulação de água em Cocorobó?

A pesquisa tanto analisou os documentos históricos, quanto coletou dados atuais junto ao DNOCS, e entrevistou moradores de Canudos e usuários do Açude Cocorobó, no caso, os colonos do PIVB.

Foram feitas abordagens sobre custos, benefícios, ganhos sociais, tomando-se como referencial analítico o pensamento atual sobre sustentabilidade, com foco em desenvolvimento local, municipal; em seus vetores: dimensão econômica, dimensão social, dimensão ambiental.

As conclusões encontradas neste trabalho avaliam, por conseguinte, a intervenção do Estado no desenvolvimento local, enriquecem criticamente novas intervenções e propõem alternativas, inclusive com a participação das populações, sob o paradigma do "empoderamento".

Conclui-se que as condições de utilização das águas do Açude Cocorobó, tanto para abastecimento humano como para fins de irrigação, e mesmo a lâmina d'água do próprio açude são precárias, revelando-se com subutilização. Predomina, sob o aspecto econômico, ambiental e institucional (gestão), precariedade, empirismo, improvisação, resultando em desperdícios de recursos hídricos e financeiros.

O melhor indicador do empirismo tecnológico é a constatação de se utilizar, no PIVB, irrigação para, em 96,7% de sua área, se plantar bananeiras e coqueiros, como se fossem a melhor alternativa econômica. E pior, sem desdobramentos agroindustriais.

Por sua vez, esses cultivos e outros se apresentam, tecnicamente, com baixas produtividades sob alto consumo de água, fazendo com que o colono tenha em média uma renda de 2 salários mínimos níveis próximos ao que uma família poderia ganhar, alternativamente, num programa social, tipo Frentes de Emergência de Trabalho. Enquanto isso, agricultores irrigando a 200 km, no Pólo Juazeiro-Petrolina em igual área, conseguem se articular com o mercado exigente da Europa, com fruticultura irrigada.

Muitas outras agências poderiam melhorar o desempenho do DNOCS, com o respaldo de instituições como EMBRAPA, BNB, SUDENE, etc., mesmo porque os quadros do DNOCS não eram tão especializados em tratar do problema da modernização da agricultura, sob paradigmas desejáveis. Não se consolidaram, naquele "território" ou "domínio", espaços para as chamadas Organizações Não-Governamentais, como intermediárias entre os parceiros e a ação do Estado, e mesmo de organismos internacionais que atuam no meio rural, como o Banco Mundial, BID etc.

Tampouco o PIVB evoluiu para consolidar, em Canudos, um desenvolvimento local, nem mesmo ensejando se constituir num *cluster*, atraindo incentivos fiscais, grande capital, para instalação de indústrias baseadas no maior recurso hídrico a água, para vigorar uma moderna produção de peixes (carne, peles, rações), e carcinocultura. Pelo contrário, banana, coco e hortaliças não ensejam tais desdobramentos.

Também não houve uma modernização dos grupos locais, de forma a criar e recriar uma malha de poder local ("empoderamento"), situação que teria repercussões maiores, inclusive no diálogo com o "autoritário" DNOCS.

À luz dos estudos realizados são feitas as seguintes sugestões: a) Reestruturação do PIVB, com o apoio da EMBRAPA, DNOCS, BNB, CODEVASF, Universidades, etc. b) criação de alternativas que redundem na instalação de complexos agroindustriais, com base em caprinocultura, piscicultura, apicultura, de forma a promover um desenvolvimento localizado, sob o paradigma de *clusters*, c) desenvolvimento comunitário com o fortalecimento da organização social, através do "empoderamento", como defendido por Jara (1998). d) apoio a um programa de desenvolvimento científico, tecnológico apropriado ao Açude Cocorobó, com participação das universidades, sobretudo a UNEB e outras organizações de P&D. e) recebimento de apoios de projetos e organizações ambientais. f) mais investimentos em irrigação, perenizando-se o Rio Vaza Barris e g) transformação do Açude Cocorobó, pela sua dimensão, em um açude público regional, atendendo a cerca de 22 municípios a jusante. h) um forte programa de educação, que eleve o grau de escolaridade do município, que preserve a sustentabilidade ambiental e a memória histórica local.



O Açude Cocorobó totalmente seco no centro da 1ª e da 2ª Canudos.

FOTO: LUIZ PAULO NEIVA

FONTE: ARQUIVO DO CEEC/UNEB

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Pinto de. **Nordeste: o drama das secas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BAHIA. Secretaria Recursos Hídricos. **Plano Diretor de Recursos Hídricos-Bacias dos Rios Vaza-Barris e Real**. Salvador, 1996.
- BOISER, Sérgio. **El difícil arte de hacer región**. Cusco/Perú: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1992.
- BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Barragens no Nordeste do Brasil**. 2. ed. Fortaleza: Ministério da Agricultura e Reforma Agrária/ DNOCS, 1990.
- BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 4ª DR. **Exposição de motivos: recuperação de solos e drenagem: perímetro irrigado Vaza-Barris**. Salvador: DNOCS, 1980, 10p. xerocop.
- BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 4ª DR. **Perímetro irrigado do Vaza-Barris: problemas e sugestões**. Salvador: DNOCS, 1991. 15 p. xerocop.
- BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Relatório sintético: andamento do Projeto de irrigação do DNOCS: 4º trimestre/83**. Fortaleza: DNOCS, 1984.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1999.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento de desenvolvimento sustentável para elaboração de estratégias de desenvolvimento regional: espaços sócio-ambientais**. Recife: IICA/Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes/CNPq, 1984.
- CAMPOS, J.N.S. **Vulnerabilidade do semi-árido às secas, sob o ponto de vista dos recursos hídricos**. Brasília: Projeto Áridas RH. SEPLAN/PR, 1995.
- CEEC. **Plano de desenvolvimento municipal sustentável de Canudos**. Salvador: UNEB, 1997.
- CONTECNICALTDA. **Relatório de estudos hidrológicos**, Brasília: SRH/MMA, 1999.
- CMMAD. **Nuestro futuro común**; Relatório Brundtland. New York: Nações Unidas, 1987.
- JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: IICA, 1998.

- MAGALHÃES, A. R. **Projeto Áridas**. Brasília: SEPLAN/PR, 1994. Resumo executivo.
- MENEZES, José Alexandre, FAVERO, Celso. **Combate à pobreza rural no Nordeste brasileiro**. Salvador: FIB/Fundação Winrock, 1999.
- MOLLE, F., CADIER, E. **Manual do pequeno açude**. Recife: SUDENE/ORSTOM, 1992.
- NEIVA, Luiz Paulo A., DIAS, Clímaco C. S. Canudos: um passado que assombra o presente. **Revista Canudos**, Salvador, CEEC, v.3, n.1, p.117-25, 1999.
- REBOUÇAS, Aldo da C., MARINHO, E. **Hidrologia das secas**. Recife: SUDENE, 1970.
- RODRIGUEZ, A. F. As águas do São Francisco no desenvolvimento do Nordeste semi-árido setentrional. MMA. Secretaria Nacional de Recursos Hídricos. In: REUNIÃO ESPECIAL DASBPC, 4. **Anais...** Brasília, 1996. p. 85-88.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTACRUZ, Angelina. A miragem das águas. **Veja**, São Paulo, p. 102-105, 4 nov. 1998.
- SEPÚLVEDA, Sérgio. **Sustainable rural development and the rational use of renewable natural resources**. San José, Costa Rica: IICA, 1997.
- TENDLER, Judith. **New lessons from old projects: the workings of rural development in Northeast Brazil**. Washington, DC: The World Bank Operations Evaluation Study, 1993.

ANTÔNIO CONSELHEIRO REABILITADO ATRAVÉS DA IMAGINAÇÃO

Zélia Roelofse-Campbell*

Na sua Viagem definitiva a Canudos o escritor nordestino Paulo Dantas (1987:177 [Apêndice]) declarou:

Em sentido figurado, os escombros de Canudos possuem para mim aquele significado das palavras do grande trágico norte-americano Nathaniel Hawthorne: "romance e poesia, musgo e parasitas, necessitam de ruínas que os façam crescer."

Essas palavras refletem o fato que, quando nada resta de um local ou de uma pessoa, ou quando detalhes sobre os mesmos encontram-se ofuscados ou mesmo deturpados, então se torna possível para a imaginação recriar o universo perdido e dar-lhe uma nova dimensão real e humana. A imaginação permeia a história produzindo uma versão dos fatos que, se não de todo exata, não deixa de ser verossímil. Esse processo é ainda mais perceptível na novela histórica hispano-americana, que tem suas raízes numa forte tradição em que elementos históricos e fictivos se mesclam, desde que o romance fora proibido pela Inquisição na América Espanhola, por colocar em perigo a saúde espiritual dos índios (Vargas Llosa 1987:110).

Quando o escritor peruano Mario Vargas Llosa começou a estudar a Guerra de Canudos a princípios da década de 70 (ele iria ser co-autor de um roteiro cinematográfico para um filme sobre Canudos que nunca se materializou), ele tencionava recriar o episódio a partir d'Os Sertões; além disso, limitar-se-ia aos eventos da Terceira Expedição e ao Coronel Moreira César. Depois ele decidiu incluir os acontecimentos da Quarta Expedição e, tendo lido quase todo o

*A autora é diretora do Centro de Estudos Latino-americanos da Unisa - University of South Africa (Universidade da África do Sul), PO Box 392, Unisa 0003.

material disponível sobre Canudos, estava tão interessado que resolveu escrever um novo romance "porque na história da Guerra de Canudos espelha-se algo que tem se repetido na História da América Latina dos séculos XVIII e XIX) uma total falta de comunicação entre dois setores da sociedade que matam um ao outro lutando contra fantasmas, não? Lutando contra inimigos imaginários que foram inventados a partir do fanatismo, a partir da cegueira política e econômica!" (Williams 1986:122.) O resultado foi *A Guerra do Fim do Mundo*

Escrever sobre um episódio histórico que aconteceu numa área remota do Nordeste brasileiro no fim do século passado era um desafio para Mario Vargas Llosa que, como escritor, até então limitara-se a escrever dentro do contexto contemporâneo da sua terra natal) o Peru. Entretanto, ele estava sensibilizado sobre o fato que todos os países latino-americanos compartilham não só uma história, como também problemas e que o Brasil fazia (e faz) parte de uma herança ibero-americana como todas as outras nações do continente (Vargas Llosa / ICA 1984). Ao iniciar os seus estudos sobre o Brasil, Vargas Llosa fez questão de aludir às palavras de Octavio Paz:) "Sem o Brasil nós latino-americanos somos a metade do corpo e a metade do espírito" (Gautier 1989:326). Na época em que começou a escrever sobre Canudos, Vargas Llosa estava preocupado com os regimes repressivos que dominavam o continente latino-americano. Esse tema, embora vestido com roupa republicana, é mais um aspecto d'*A Guerra do Fim do Mundo* (Pinto 1986:160-161).

Mario Vargas Llosa declarou que o primeiro livro que leu sobre Canudos foi *Os Sertões* de Euclides da Cunha, um livro que ele classificou como "uma maravilha" de construção épica na literatura. Ele ficou deslumbrado pelo universo de Canudos, pelo Conselheiro e pela confluência de tantas forças divergentes que atuaram nesse acontecimento histórico (Oviedo / Vargas Llosa 1980).

Na entrevista acima mencionada, Vargas Llosa indicou que *A Guerra do Fim*

do Mundo é "uma história sobre uma história" (Oviedo / Vargas Llosa 1989). Essa afirmação é muito importante. Em castelhano usa-se a mesma palavra) história) para denotar "história" e "estória" (ficção narrativa). Portanto, a locução "uma história sobre uma história" poderia significar "uma estória sobre uma estória" ou "uma estória sobre uma história" ou "uma história sobre uma história", ou ainda "uma história sobre uma estória". Visto que a "estória" contida no romance reconstitui um episódio histórico, transpondo-o ao mesmo tempo ao domínio da imaginação, ou ficção, temos que reconhecer a ambigüidade da declaração de Mario Vargas Llosa.

Nesse sentido, *Os Sertões* de Euclides da Cunha poderia ser classificado como uma obra histórica, enquanto que *A Guerra do Fim do Mundo* seria um trabalho de ficção, embora ambos tratem do mesmo assunto. Portanto, poderíamos dizer que o último é um texto de meta e o primeiro um texto de fonte ou hipotexto (vide Genette 1982: 447). Entretanto, isso seria uma excessiva simplificação, visto que ambas as obras contêm elementos de história e de ficção. Já foi mencionado que o livro de Euclides da Cunha representa o "momento histórico" enquanto que o romance de Vargas Llosa seria a "perspectiva histórica" (Gicovate 1982). O fato é que *A Guerra do Fim do Mundo* é uma consequência direta d'*Os Sertões* e não poderia existir sem a obra do escritor brasileiro, mesmo levando-se em consideração que Vargas Llosa havia se familiarizado com muitos outros trabalhos sobre o assunto, inclusive reportagens de jornais contemporâneos. Não há dúvida que *Os Sertões* constitui a fonte fundamental de documentação sobre Canudos, não obstante a grande quantidade de pesquisas tanto sobre a Guerra de Canudos quanto sobre *Os Sertões* desde a sua publicação em 1902.

Durante as pesquisas para o seu romance, Vargas Llosa ficou interessado principalmente pelas deturpações ao redor do fenômeno de Canudos. Não somente a rebelião havia adquirido uma dimensão política, como também o seu

líder havia sido classificado de monarquista. Como sabemos, essa percepção levou a recém instalada República (fortemente apoiada pelas forças armadas) a encarar o Conselheiro como uma ameaça à nação. Como resultado, as autoridades e a imprensa exageraram esse episódio relativamente localizado fora de qualquer proporção (Gerdes 1985:169).

Não obstante a grande quantidade de publicações sobre a história de Canudos, ainda existe uma certa ambigüidade à volta do assunto. Isso porque, como o próprio Vargas Llosa comentou, a história "oficial" da rebelião está baseada na versão dada pelas forças do governo, as mesmas forças que suprimiram a revolta. Para Mario Vargas Llosa, tornou-se importante contar a história partindo da perspectiva dos vencidos, isto é, da perspectiva dos jagunços (Oviedo / Vargas Llosa 1980).

Em relatos históricos, alguns dos jagunços estão documentados, embora insuficientemente; outros só são mencionados pelo nome e nada mais. Ao escrever *A Guerra do Fim do Mundo*, Mario Vargas Llosa não tinha a menor preocupação sobre a exatidão histórica do acontecimento, mas sim em fornecer um retrato exato sobre a "realidade" da época. Foi por essa razão que ele viajou ao Nordeste do Brasil, uma região totalmente desconhecida para ele, lá ficando durante alguns meses. Assim, ele teve a oportunidade de observar não só o terreno, como também as características psicológicas da gente da região (Oviedo / Vargas Llosa 1980). Isso possibilitou o autor a criar "biografias" para os jagunços que atuam como personagens no seu romance. Nessas "biografias" são contadas de forma emocionante as conversões dramáticas dos jagunços para o tipo de vida apregoado pelo Conselheiro.

Desde que Ataliba Nogueira publicou os sermões de Antônio Conselheiro em 1974, sabemos que a realidade de Canudos era bem diferente daquilo que se estava acostumado a ouvir. De todos os rincões do sertão chegavam os sem-terra

para instalar-se ao pé de Antônio Conselheiro, em Belo Monte. Formaram aí uma comunidade completamente viável, de gente trabalhadora e honesta. Nas palavras de Ataliba Nogueira:

O monte em que demorava a cidade por ele erguida era encantador em seu tempo, não pela obra da natureza, mas porque pulsavam ali corações de bem mais de vinte mil pessoas, fruindo as delícias de vida honesta, pacata e operosa. Sobretudo podiam rezar diariamente e diariamente trabalhar (Nogueira 1978:41).

A vida dos canudenses era regulada pelo ritmo das rezas e das prédicas diárias. Euclides da Cunha, sem haver ouvido ou lido nenhuma dessas prédicas, chamava o orador de "assombroso" e as prédicas

Uma oratória bárbara, e arrepiadora, feita de excertos truncados das Horas Marianas, desconexa, abstrusa, agravada, às vêzes, pela ousadia extrema das citações latinas, transcorrendo em frases sacudidas; misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas...

Era truanesco e era pavoroso.

Imagine-se um bufão arrebatado numa visão do Apocalipse...

(Cunha 1966:206).

Ora, sabemos que desde a publicação dos sermões de Antônio Conselheiro por Ataliba Nogueira, a opinião acima não tem fundamento histórico. O homem que havia sido marcado pelo uso de vocábulos como "atavismo", "bronco", "monarquista", "fanático", etc. (Nogueira 1978:211) foi reivindicado como "grande homem, grande chefe, grande benfeitor" (Nogueira 1978:210).

Havia, é fato, um aspecto messiânico e milenarista no movimento que cresceu à volta de Antônio Conselheiro. O sentido apocalíptico, precisamente, é o que dava mais esperança àqueles miseráveis, sem-terra e sem futuro. Com as

suas prédicas, o Conselheiro lhes assegurava uma vida melhor e cheia de felicidade, não só no outro mundo, como neste. A proclamação da República foi, para o Conselheiro, como "o prenúncio do fim do mundo". Abandonou a Vila de Bom Jesus, "enveredando um dia sertão afora seguido dos fiéis, procurando no deserto dos chapadões desolados pela sêca um local propício para instalar a Nova Jerusalém, onde os privilegiados pudessem esperar tranquilos o anunciado Juízo Final, furtando-se ao republicano governo do Anticristo" (Queiroz 1977:226).

Sobre as profecias de Antônio Conselheiro, assim escreve Maria Isaura Pereira de Queiroz:

[Seus sermões] giravam sempre em torno de determinados temas, ressaltando as profecias relacionadas com esperanças milenaristas em torno do iminente regresso de D. Sebastião. A república, reinado do Anticristo, era indício seguro de que o fim do mundo não tardava e contaminara já a própria Igreja Romana, que não escapava também de suas objurgatórias. Mas em seguida D. Sebastião introduziria no mundo o paraíso terrestre, adquirindo Canudos foros de antecâmara do Éden, nova terra de Canaã (Queiroz 1977:226-227).

Dois anos após a sua fundação, em 1885, o arraial de Canudos havia crescido desproporcionalmente, não só devido à chegada de peregrinos, como também devido a "aliciadores da seita", nas palavras do Frei João Evangelista de Monte Marciano. Segundo este religioso, os "aliciadores" apresentavam o novo povoado como a Terra da Promissão, onde corria "um rio de leite" e os barrancos eram feitos de "cuscus de milho". Concordamos com Moniz que "estas palavras irônicas não tinham outro sentido senão o de deturpar a obra de Antônio Conselheiro" (Moniz 1984:54).

Antônio Conselheiro n' *A Guerra do Fim do Mundo*

Inevitavelmente, no romance, a história e a ficção confundem-se propositalmente, num esforço de recriação do universo destruído. Para atingir tal efeito n' *A Guerra do Fim do Mundo* Mario Vargas Llosa aplica o mito do apocalipse, que se baseia no vínculo inevitável entre o destino individual e o coletivo. O romance apresenta uma extensa consideração sobre zonas não demarcadas do mito, da história e da ficção, que se juxtapõem a fim de representar o arquétipo do apocalipse sobre o fundo histórico de Canudos. A interpretação mitológica da história pelos seguidores de um chefe messiânico em Canudos é narrada paralelamente com o acontecimento apocalíptico pelo autor d' *A Guerra do Fim do Mundo* (Zamora 1989:190). Assim, o título do romance tem mais de um significado. O "fim do mundo" refere-se ao lugarejo remoto de Canudos que, por estar situado tão longe da civilização, pode ser percebido como um "fim do mundo". No entanto, a conotação mais importante do título é o conceito milenarista) o advento do fim do mundo, do Juízo Final.

É nesse universo recriado que atua a personagem do Conselheiro (que assim é sempre chamado) no romance *A Guerra do Fim do Mundo* de Mario Vargas Llosa.

O narrador apresenta a personagem do Conselheiro diretamente, relatando as suas características e ações, mas tudo de um modo vago, o que contribui para a criação de uma certa aura de mistério em redor do homem e sua influência direta sobre a gente das áreas mais remotas do sertão:

O homem era alto e tão magro que parecia estar sempre de perfil. A sua pele era escura, os seus ossos salientes e os seus olhos ardiam com fogo perpétuo. Calçava sandálias de pastor e a túnica arroxçada que lhe caía sobre o corpo recordava o hábito dos missionários que, de quando em quando, visitavam os povoados do sertão batizando multidões de crianças e casando os casais amancebados (Vargas Llosa 1981:15).

O trecho acima deixa claro que, ao contrário de Euclides da Cunha, o narrador d'A Guerra do Fim do Mundo não se empenha para fornecer ao leitor nenhum detalhe relacionado com a vida passada do Conselheiro. A narrativa começa in medias res, e apresenta o Conselheiro ao princípio da sua peregrinação como o beato, o homem de Deus, quando os primeiros fiéis começam a agrupar-se ao seu redor. Torna-se também evidente que o autor implícito deseja se distanciar do positivismo e determinismo que permeavam os escritos de Euclides da Cunha. Essas idéias não seriam aceitáveis nos últimos anos do século XX. O "tempo" da escrita d'A Guerra do Fim do Mundo relaciona-se com a apresentação da personagem principal: ao Conselheiro é dado o dom de "existir" a seu próprio critério; tanto o seu milieuo como a sua história pessoal são considerados de pequena importância. Ao leitor é apresentado um homem santo que parece viver num outro plano existencial.

O narrador usa a técnica do discurso indireto livre (vide Rimmon-Kenan 1983:109-110) ao aludir aos sermões do Conselheiro. Para o leitor isso significa que o narrador aceita as idéias contidas nos sermões. Numa mescla de vozes o narrador, assim como o Conselheiro, condenam a Igreja por ter falhado no seu ministério para os pobres, por ter tolerado que seus sacerdotes se tornassem depravados e mercenários:

Se podiam vender as palavras de Deus, não deviam ser dadas de graça? Que desculpa dariam ao Pai aqueles padres que, apesar do voto de castidade, fornicavam?
(Vargas Llosa 1981:16.)

Além disso, o narrador aparenta endossar a importância e o conteúdo das prédicas do Conselheiro para os pobres e indigentes do sertão, como se pode ler no seguinte excerto:

Coisas práticas, cotidianas, familiares, como a morte, que conduz à felicidade se se entra nela com a alma limpa, como para uma festa. Lhes falava do céu e também do inferno, a morada do Cão, empedrada de brasas e crótalos, e de como o Demônio podia manifestar-se em inovações com semblante inofensivo (Vargas Llosa 1981:16-7).

A linguagem do Conselheiro, como podemos verificar no trecho acima, é a linguagem da imaginação poética. Mas é também o tipo de linguagem que empolga a gente simples do sertão, alimentando as suas almas e dando-lhes esperança em meio da sua luta pela existência. Ao dar os seus conselhos, o Conselheiro fala de coisas simples e corriqueiras que têm uma relação direta com os que o ouvem, mas também fala de questões elevadas: o céu, o inferno, o dia do Juízo Final, um dia que logo ocorrerá para a humanidade, sem advertência:

[Falava de] coisas atuais, tangíveis, cotidianas, inevitáveis, como o fim do mundo e o Juízo Final, que poderiam ocorrer talvez antes do que levava o povoado a endireitar a capela abatida (Vargas Llosa 1981:16).

As profecias de Antônio Conselheiro mereceram de Euclides da Cunha, que via nelas uma manifestação de primitivismo, as qualificações de "concepções absurdas" e "milenarismo extravagante" (Cunha 1966:207). Essa opinião não é compartilhada pelo narrador d'*A Guerra do Fim do Mundo*. No romance, as profecias são relatadas em discurso indireto livre, por onde o leitor pode denotar uma identificação de empatia entre personagem (Conselheiro) e narrador:

Terminaria o século? Chegaria o mundo a 1900? (...) Em 1900 se apagariam as luzes e choveriam estrelas. (...) Em 1896 um milhar de rebanhos correriam da praia para o sertão e o mar se tornaria sertão e o sertão mar. Em 1897 o deserto se cobriria de pasto (...). Em 1898 aumentariam os chapéus e diminuiriam as cabeças e em 1899 os rios ficariam vermelhos e um planeta novo cruzaria o espaço (Vargas Llosa 1981:17; cf Cunha 1966:208).

O trecho acima também equipa o leitor com um marco temporal (demonstrando que a história começara antes de 1896), ao mesmo tempo que imita diretamente as profecias relatadas em *Os Sertões* (Cunha 1966:208).

O conteúdo apocalíptico dos sermões é central no romance; de fato, é impossível compreender *A Guerra do Fim do Mundo* sem primeiro dar-se conta de que o Conselheiro era antes de tudo um mensageiro do apocalipse. No romance as referências ao Cão como manifestações da Besta são abundantes. Essa intensa imagem do diabo carrega em si fortes conotações bíblicas. Na Bíblia cristã o cão nunca é representado como um animal admirável (Miller 1965:139). Pelo contrário, a imagem do cão é usada na Bíblia para representar: o Diabo (Psalm 22 v. 20), os perseguidores (Psalm 22 v. 16), falsas doutrinas (Isaias 56), e o homem ímpio (Mateu 15 v. 27 [Clarke 1973:76]).

Por outro lado, a nova ordem política, a República, é equiparada ao Anti-Cristo (Vargas Llosa/ICA 1984) e é assim considerada como uma verdadeira criação de Satã, uma "invenção do Cão" (Vargas Llosa 1981:92). A primeira preocupação do povo de Canudos era a destruição do Anti-Cristo e das forças do mal: "O Anti-Cristo havia de ser derrotado" (Vargas Llosa 1981:77) o que, em efeito, significava a destruição da República.

Logo na epígrafe d'*A Guerra do Fim do Mundo* o leitor é confrontado com esse tema fundamental do romance. A epígrafe da obra não é outra senão uma das quadras populares que foram recolhidas por Euclides da Cunha (1966:232-3) em Canudos e que n'*A Guerra do Fim do Mundo* (mesmo na edição espanhola) é relacionada no original português arcaico:

*O Anti-Cristo nasceu
Para o Brasil governar
Mas abi está o Conselheiro
Para delle nos livrar*

Ao passo que Euclides da Cunha encara o Conselheiro de forma completamente negativa, o narrador d'*A Guerra do Fim do Mundo* não-lo apresenta sob uma luz totalmente positiva. O santo homem que nos é apresentado logo nas primeiras linhas do romance já é legendário para a gente do campo. Ele é descrito como um peregrino, um ascético, um beato, e o leitor se sensibiliza que os seus conselhos são ao mesmo tempo coerentes e práticos, conselhos esses que estão eminentemente condizentes com a gente simples do sertão, que podem aplicá-los para ajudá-los a obter a sua salvação: "a todos pareciam bons conselhos" (Vargas Llosa 1981:17). No último parágrafo do primeiro segmento do romance o narrador já emprega a palavra "santo" ao descrever o Conselheiro que, segundo os seus seguidores, também já havia feito milagres:

Quando o homem partia, falava-se dele: que era santo, que havia feito milagres, que havia visto a sarça ardente e o deserto, igual a Moisés, e que uma voz lhe havia revelado o nome impronunciável de Deus. E os seus conselhos eram comentados (Vargas Llosa 1981:17).

Em capítulos seguintes, o Conselheiro é identificado cada vez mais com o próprio Jesus, desde que os seus seguidores em Canudos começam a chamar-lhe de Bom Jesus Conselheiro (Vargas Llosa 1981:182; 191 etc.). Durante todo o romance fica claro quão importante é o Conselheiro para os seus adeptos, que o veneram. Quando Canudos se encontra sob a ameaça da Segunda Expedição, João Abade e outros jagunços decidem que a sua mais urgente tarefa é proteger o Conselheiro a todo o custo. Para eles ele é como um deus e, portanto, é normal que ele seja protegido pela "Guarda Católica". Além disso, a saudação vigente entre os habitantes de Canudos dá a entender que o seu líder era de fato identificado com o Próprio Filho de Deus: "Louvado seja o Bom Jesus Conselheiro" (Vargas Llosa 1981:182).

Durante toda a narrativa o narrador transmite para o leitor uma imagem do Conselheiro da maneira como ele é percebido pelos seus seguidores. Assim, o Conselheiro nunca é apresentado diretamente ao leitor, mas somente através dos olhos dos seus adeptos: "parecia quase não se dar conta do rastro humano que o seguia" (Vargas Llosa 1981:27). Como os seguidores, o leitor também busca informações sobre a personagem do Conselheiro na lenda e no boato: "A lenda dizia que ..." (Vargas Llosa 1981:120; Williams 1986:140).

Numa conferência sobre a perspectiva focalizada e a sua influência na compreensão que o leitor a partir tem da personagem central, Mario Vargas Llosa declarou:

Eu decidi que algumas pessoas e alguns acontecimentos no romance deveriam ser apresentados ao leitor a partir de uma grande distância e que era importante, por exemplo, que o Conselheiro fosse percebido pelo leitor da mesma maneira como ele fora percebido pelos seus seguidores, não como uma figura humana, de carne e osso, mas como uma figura mítica, uma espécie de presença divina. Por essa razão era importante que o Conselheiro ficasse sempre longe do leitor. O narrador nunca se aproxima do Conselheiro; ele sempre o vê sob a perspectiva dos seus seguidores, descrevendo-o assim como ele é percebido pela gente que acredita ser ele uma espécie de encarnação divina (Vargas Llosa 1991:138).

No romance, o Beatinho obedece às funções de um sacristão permanente (Vargas llosa 1981:110). Canudos, ou Belo Monte, era a nova Jerusalém (Vargas Llosa 1981:111). E as ruas de Canudos pavimentavam o caminho para o novo Gólgata:

Pormenorizou então, diante dos eleitos silenciosos e maravilhados, por quais ruelas de Canudos passava o caminho do Calvário, onde havia caído Cristo pela primeira vez (Vargas Llosa 1981:111).

Entretanto, o narrador d'A Guerra do Fim do Mundo não ignora o lado cruel e fanático dos seguidores do Conselheiro. Ao descobrir que algumas mulheres de Canudos haviam servido os soldados da Segunda Expedição, Beatinho as expulsa do arraial "dizendo-lhes que não podiam permanecer em Belo Monte aqueles que haviam servido deliberadamente o Anti-Cristo" (Vargas Llosa 1981:115). Mas para os elementos mais radicais entre os habitantes de Canudos isso não era castigo suficiente: eles pegaram uma das mulheres, que estava grávida, arrancaram-lhe o feto do ventre e substituíram-no com um frango vivo, "convencidos de que assim prestavam um serviço ao seu chefe no outro mundo", como diz o narrador com um traço de ironia (Vargas Llosa 1981:115).

Os últimos momentos do Conselheiro apresentados no romance, refletem toda a extensão da devoção, mas também do fanatismo, dos seus seguidores. Quando o Conselheiro encontra-se deitado inerte, acometido que fora de uma disenteria, o Beatinho crê que aquele fio de água que emitia o corpo do santo homem não podia ser excremento, mas alguma forma de "dádiva" divina. Adivinhando o seu significado secreto, ele toma um pouco do líquido nas suas mãos e indaga:

"É assim que queres que comungue o teu servo, Padre? Não é isto para mim orvalbo?" Todas as beatas do Côro Sagrado comungaram também, como ele (Vargas Llosa 1981:479).

Este trecho reflete até que ponto o Beatinho tenta ignorar os sinais de deterioração física no Conselheiro, continuando a identificá-lo com Jesus, tomando o seu excremento como se fôsse a hóstia. O episódio é profundamente escatológico, podendo ser interpretado como uma paródia da Última Ceia, onde foi instituído o sacramento da eucaristia.

Não obstante o elemento paródico que se encontra claramente presente no

excerto acima, assim como em outras passagens do romance, fica claro que, em relação ao hipotexto (o texto de fonte que, neste caso, é *Os Sertões*), *A Guerra do Fim do Mundo* representa uma transvalorização da obra euclidiana. Isto quer dizer, como explica Genette (1982:393), que uma história, embora baseada num texto anterior, é submetida a uma mudança importante. O que toma lugar é uma revisão axiológica que por sua vez age sobre um sistema de valores de uma ação ou um grupo de ações. N'Os Sertões, o episódio da doença do Conselheiro é relatado como algo cômico, desde que os soldados se puseram a rir quando ouviram dos jagunços que o Conselheiro havia sofrido de uma "caminheira" (Cunha 1966:483). Ao contrário, n'*A Guerra do Fim do Mundo* a causa da morte do Conselheiro é elevada às esferas do misterioso e do sagrado.

Conclusão

No romance *A Guerra do Fim do Mundo* de Mario Vargas Llosa o Conselheiro é a personagem principal, que permeia todos os aspectos da ação. As motivações e funções de todas as outras personagens do livro são influenciadas pela figura (presente ou ausente) do Conselheiro. Ninguém pode permanecer neutro e todos (seguidores ou inimigos) vêem-se transformados, de uma ou outra maneira, pelo Conselheiro.

Na sua caracterização do Conselheiro, Vargas Llosa emprega a técnica da valorização. Segundo Gérard Genette (1982:400), a valorização consiste em outorgar ao herói ou heroína uma proeminência que não tinha no hipotexto. A valorização aumenta o mérito e o valor simbólico da personagem. Em alguns casos, valorização significa reabilitação. Esse é o caso da personagem do Conselheiro, que foi reabilitada pela imaginação n'*A Guerra do Fim do Mundo*.

Com a sua reabilitação no romance, a ele é dada a condição de um santo; as

suas palavras tornam-se coerentes e significativas, principalmente no contexto da sua época e do seu ambiente. Enquanto Euclides da Cunha defama Antônio Conselheiro n'*Os Sertões*, Mario Vargas Llosa o vindica através da ficção.

Nota

1 Todas as referências bibliográficas, bem como as citações, foram extraídas da edição espanhola, *La guerra del fin del mundo* (Vargas Llosa 1981). As traduções do castelhano para o português são minhas, assim como as traduções de outros textos cujo original está em inglês ou francês.

Bibliografia

- Clarke, Adam (ed.). 1973. Clarke's Bible Concordance Grand Rapids, Michigan: Kregel Publications.
- Cunha, Euclides da. 1966. Os Sertões in *Obra Completa* vol II ed. por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora.
- Dantas, Paulo. 1987. *Capitão Jagunço* 7ª edição. São Paulo: IBRASA, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.
- Gautier, Marie-Lise Gazarian. 1989. *Interviews with Latin American Writers*. Elmwood Park: Dalkey Archive Press.
- Genette, Gérard. 1982. *Palimpsestes*. Paris: Seuil, "Poétique".
- Gerdes, Dick. 1985. Mario Vargas Llosa. Boston: Twayne Publishers.

- Gicovate, Moisés. 1982. "De Euclides da Cunha a Mario Vargas Llosa" Minas Gerais Suplemento Literário vol. XV, No. 808, March 27.
- Miller, M.S. & Lane, J. 1965. Black's Bible Dictionary London: Adam and Charles Black.
- Moniz, Edmundo. 1984. Canudos: A Luta pela Terra. São Paulo: Global Editora. 3ª edição.
- Nogueira, Ataliba. 1978. Antônio Conselheiro, Revisão Histórica, A Obra Manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha São Paulo: Companhia Editôra Nacional.
- Oviedo, J.M./Vargas Llosa, M. 1980. "Historia de la historia de la historia: conversación en Lima" Escandalar vol. 3, No. 1, pp. 82-87.
- Pinto, Magdalena García. 1986. "Anatomía de la revolución en La Guerra del fin del mundo e Historia de Mayta" in Balderston, Daniel (ed.). The Historical Novel in Latin America. Gaithersburg: Ediciones Hispamérica, pp. 159-172.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. 1977. O Messianismo no Brasil e no Mundo São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2ª edição.
- Rimmon-Kenan, Shlomith. 1983. Narrative Fiction: Contemporary Poetics. London and New York: Methuen.
- Vargas Llosa, Mario. 1981. La guerra del fin del mundo Barcelona: Plaza y Janés. 4ª edição.

- Vargas Llosa, Mario / ICA Video. 1984. Writers in Conversation, "Mario Vargas Llosa with John King". Northbrook, IL: The Roland Collection, Institute of Contemporary Art.
- Vargas Llosa, Mario. 1987. "Latin American Fiction and Reality" Times Literary Supplement January 30, pp. 110-111.
- Williams, Raymond Leslie. 1986. Mario Vargas Llosa New York: Ungar.
- Zamora, Lois Parkinson. 1989. Writing the Apocalypse. Historical Vision in Contemporary U.S. and Latin American Fiction. Cambridge: Cambridge University Press.

**Trabalho premiado na
IV Jornada de Iniciação
Científica da UNEB.*

*** Alunas de
Comunicação Social-UNEB,
bolsistas do PIBIC (CNPq)
no Projeto "Sertões" dirigido
pela professora Lícia Soares
de Souza*

PODE OS SERTÕES GERAR UM PARADIGMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS?*

Lidiane Santos, Heloiza Soares e Ive Alencar**

Muitos autores, a exemplo de Peruzzo (1999) e César (1999), evidenciaram que a teoria das relações públicas continua sendo influenciada por conceitos metodológicos positivistas e funcionalistas. Existe freqüentemente uma preocupação em se preservar um sistema vigente, segundo uma compreensão da sociedade como uma engrenagem facilmente controlada, através de ações para se obter a compreensão mútua.

As autoras pré-citadas discorrem sobre as formas como a sociedade é tratada de maneira administrável pela teoria das relações públicas comprometida com as formações capitalistas. Os conflitos sociais aparecem como pano de fundo, como se fossem simples conflitos dramáticos, cujos elementos fictícios podem ser arranjados em direção a um desenlace harmônico promovendo colaboração inquestionável entre públicos. As relações de conflito entre classes dominantes e dominadas nunca são problematizadas, o que deixa os profissionais sem bases contextuais para análises e forma uma opinião supérflua sobre questões fundamentais da história de uma sociedade.

Na busca de um paradigma dialógico que fundamente uma nova proposta de relações públicas, ancorada no contexto sócio-histórico, partimos para averiguar as primeiras campanhas de mobilização de públicos da História do Brasil no intuito de descobrir a natureza de nossos conflitos em suas contradições nacionais. Com efeito, a própria consideração do conflito como contradição já reconhece a marca lógica da dialética que autoriza transformações de elementos díspares.

Fatos cruciais da nossa história, como a Guerra do Paraguai, desencadearam mobilização de públicos e determinaram processos de formação de imagens das realidades políticas, econômicas e institucionais. Mas foi a Guerra de Canudos que propiciou a primeira sistematização da formação de uma opinião pública nacional, baseada exatamente nas definições de uma unidade nacional esboçadas na República de alicerces positivistas.

No centenário do massacre fratricida, em outubro de 1997, uma série de componentes fundamentais para a compreensão da formação do povo brasileiro, foram colocados na pauta da memória nacional. A problemática da seca, gerando a cultura das caatingas onde atravessa o sertanejo, tipo esquecido pela nação brasileira; a constituição do poder dos grandes proprietários de terra escravizando essas vítimas da seca; a conivência da Igreja católica com os latifundiários e o heroísmo dos militares sanguinários foram os temas mais pregnantes. O jornalista Euclides da Cunha, enquanto correspondente de guerra de *O Estado de São Paulo*, transcodificou as relações entre os fatos e o processo de comunicação desses fatos, produzindo a obra *Os Sertões*, considerada a *mea culpa* de um processo comunicacional brasileiro nascente.

Os sertões, cujo centenário será comemorado em 2002 abre caminhos, quase cem anos depois, para que os diversos tipos de brasileiro possam se conhecer, como o autor havia desejado. Nesse contexto, elaboramos o seguinte questionamento: a obra de Euclides que influenciou a arte, as ciências sociais, a mineralogia, a geologia, a geografia física, e a botânica, em todo século XX, e que continua fornecendo subsídios teóricos para a compreensão da formação do continente sulamericano e dos tipos humanos brasileiros e, em particular, para a compreensão dos processos de comunicação relacionados com as estratégias políticas da República, pode servir de base para a montagem de um paradigma crítico de relações públicas? Tal paradigma deveria então levar em conta:

- A comunicação comunitária em populações marginalizadas no regime republicano federalista. Percepção dos movimentos sociais em suas relações de causa e efeito. Formação de lideranças políticas, algumas vezes investidas de conotações messiânicas e sebastianistas;
- As relações dos movimentos sociais com as instituições políticas e militares. Formação de imagens heroicas;
- A intervenção dos meios de comunicação na informação da população. Formação de uma opinião pública matriz.

Descrição da pesquisa. Uma função histórica: revisitando o determinismo e o evolucionismo de Os Sertões

Nos movimentos da luta pela terra, poderíamos começar um trabalho, examinando as formas de delinear uma função pesquisa (César, 1999, 110), caracterizada pelo reconhecimento do conflito e sua problematização. Já na etapa da comunicação, poderíamos investigar, do lado dos públicos internos, a divulgação das cartilhas que ensinam a saga do povo de Canudos, como um dos maiores exemplos de luta de uma população oprimida pela conquista de um território e de um estilo de vida que lhes fornecesse uma autonomia de vida.

Maltratada pela história oficial, Canudos e a figura controvertida de Antônio Conselheiro sobrevivem no imaginário de grande parte dos camponeses brasileiros como um dos símbolos da luta pela reforma agrária. Na leitura que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) faz da epopéia de Canudos, Antonio Conselheiro é o líder sertanejo que desafiou a Monarquia, a República e a elite rural dominante. (A Tarde, 11-1-97).

Reconhecemos inicialmente uma função histórica que marca a incidência de fatos passados sobre os movimentos sociais contemporâneos, que deve nos

conduzir a uma análise vertical do contexto. A primeira fase da nossa pesquisa reside portanto na averiguação da obra de Euclides da Cunha que transcodifica uma fase importante da história do Brasil em relação com a história da comunicação, para posteriormente tirarmos consequências sólidas para o estabelecimento de um paradigma dialético de intervenção nos movimentos comunitários.

Nesse momento, torna-se importante verificar que Euclides aderiu à sociologia evolucionista de H. Spencer para indagar as origens raciais das populações sertanejas, espécie de anacronismo nacional vivendo num atraso de três séculos. Na época, com a tradição sociológica evolucionista a idéia da comunicação, como princípio de regulação dos desequilíbrios de ordem social, começou a tomar corpo.

A sociologia organicista preconizava que estados de alienação podiam determinar a formação dos agrupamentos sociais e psicopatólogos, como Gustave Le Bon, autor da *Psicologia das multidões*, de 1895, sustentavam que a sociedade de massa produzia autômatos com perda de capacidade volitiva e controle cerebral. A constituição das massas, configuradas como multidão em delírio, nas cidades se tornava perigosa para a manutenção do poder e dos detentores da riqueza.

No Brasil, Nina Rodrigues estudava as composições genéticas e comportamentais dos afro-descendentes e defendia que a loucura era um produto estrutural não só das raças inferiores, mas também das classes inferiores. Instituído o comportamento conservador como paradigma da normalidade social, Nina Rodrigues estendeu o conceito de loucura aos coletivos sociais, contribuindo para a classificação das sociedades em normais e anormais.

Aceitando esses desafios teóricos, alguns pensadores do final do século XIX refletiram sobre a formação de uma identidade política, a partir da consolidação da Proclamação da República, à qual deveria se associar uma unidade étnico-antropológica como definidora da nova nacionalidade. Muitos acreditavam que do desvendamento do enigma racial nasceria uma definição da unidade política do país. Foi o que Euclides levantou, rompendo entretanto com idéias estabelecidas, o que faz de *Os Sertões* uma obra até hoje polêmica. Euclides comandou uma dinâmica dialética entre o contexto narrativo e o contexto extra-textual em seus vetores político e filosófico e, mesmo abraçando as teorias deterministas e evolucionistas da época, conseguiu incrementar a força dialógica entre forma artística e realidade representada, não permitindo que nenhuma idéia se sobrepusesse sobre a outra.

Estudiosos da comunicação já comentaram sobre a reviravolta euclidiana em *Os Sertões*, em relação às crenças publicadas em *Diário de uma expedição*. O autor de *Nossa Vendéia* passou, após ter estado em Canudos, a indagar suas concepções políticas anteriores e o seu republicanismo idealizado, a criticar os planos militares e o comportamento desordenado dos soldados nacionais. Expondo a deterioração da vida política, ele revelou o confronto dos pontos de vista distintos no momento histórico, e demonstrou como o personagem sertanejo, representado nos artigos de imprensa, não era o mesmo que brigava na caatinga, como o explica Berthold Zilly (1996):

Outro aspecto moderno (de Os Sertões) é a eficiente propaganda belicista contra o inimigo desconhecido no sertão, largamente orquestrada por uma imprensa que apregoava o ódio desenfreado, apoiada por jornalistas estrangeiros, inclusive alemães.

Segundo Mattelart (1994), a guerra e sua lógica são componentes essenciais da história da comunicação internacional com suas doutrinas e teorias. E se o desenvolvimento prodigioso das tecnologias dos transportes e das redes de informação continuam funcionando como suportes para as lógicas da guerra, é

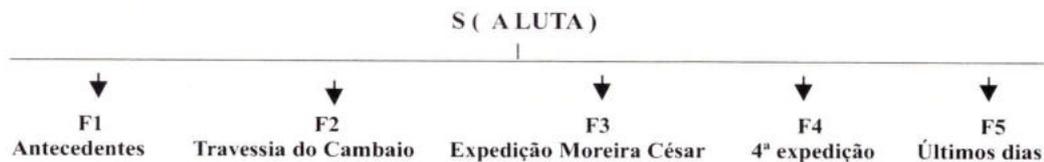
evidente que esta última serve também como motor para o incremento da engenharia dos meios de transporte e de comunicação.

Nesse sentido, nossa leitura de *Os Sertões* objetiva descobrir a materialização de um sistema de teses, do final do século XIX, mas se concentra na forma polifônica, aceitando a existência de vários registros sociais e políticos e não permitindo a afiação de um sistema rígido de dogmas. Nossa decodificação do livro euclidiano revela seu caráter inédito na constituição de uma história da comunicação e da formação de uma opinião pública nacional, dentro do modelo internacional, associada à guerra e ao progresso técnico. Trata-se, em suma, de uma leitura que serve para a compreensão da evolução do regime republicano e para o entendimento dos fatos políticos atuais em suas relações com os meios de comunicação.

Metodologia: Pontos-de-vista no delineamento de uma opinião nacional

Para captarmos a problemática da formação da opinião com a mídia impressa, decidimos abordar *Os Sertões* pela 3ª parte, *A luta*. Para discernir a seqüência das ações, vinculadas aos fatos que compõem a trama histórica da obra, e as características dos protagonistas principais, o sertanejo e os soldados, que tendem a esboçar os tipos nacionais, recorreremos ao modelo semiótico de Roland Barthes¹. A sintaxe funcional revela a articulação dos fatos narrados ao identificarmos uma Seqüência, uma série lógica de Funções, ligadas por relações de solidariedade. *A luta* é uma seqüência histórica que alimenta a seqüência narrativa, no esquema seguinte:

1 - Consultar Orlando Pires, *Manual de teoria e técnica literária*: 145.



O código das ações inicia em F1: A série de combates é desencadeada a partir do incidente desvalioso, quando Conselheiro, tendo adquirido em Juazeiro certa quantidade de madeiras, e não as recebendo, resolveu ir buscá-las à força. No desenrolar de uma ação, as funções dos personagens se repartem em protagonistas e antagonistas. Durante todo o código de ações de *Os Sertões*, vai pairar a questão da identificação do verdadeiro antagonista nesta história de guerra: os sertanejos ou o exército brasileiro?

É bem verdade que na pluralidade descritiva da obra, outros elementos narrativos configuram antagonistas de relevos diferenciados como o espaço. O espaço se divide em dimensional (físico/real) e não-dimensional (zonas de clausura, conflitos, corrupções, etc.) que podem, por outro lado, definir um meio, designado como Ambiente (natural e artificial).

No nível do código da narração, distinções sobre as posições do narrador são de grande importância para a análise do ângulo de visão através do qual as ações vão sendo conduzidas:

1) Ponto-de-vista onisciente (Po) com focalização neutral (Fn). O narrador, em 3ª pessoa, adota um enfoque impessoal e neutro tornando a narrativa uma sucessão lógica de ações; 2) Ponto-de-vista testemunhal (Pt) com focalização interventiva (Fi). O narrador, geralmente em 1ª pessoa, é um observador testemunha dos fatos, fazendo comentários.

Enquanto o primeiro ponto-de-vista lida com o tempo cronológico, da sucessão lógica das ações, o segundo entra em relação com o tempo psicológico, sem padrões de medida, também conhecido como o tempo da percepção, filtrado pelas vivências subjetivas do narrador ou dos personagens.

Em F1, Euclides trabalhou os dois tipos de focalização abrindo a lógica dos combates vinculada ao contexto político. O narrador discorre sobre males

antigos, convertidos em insurreições que o novo regime republicano não conseguia pacificar. Nesse ambiente de nomadismo e banditismo, foram sendo perfilados os tipos que integravam uma nacionalidade nascente e que chegaram ao primeiro plano do enfrentamento político.

O jagunço, saqueador de cidades, sucedeu ao garimpeiro, saqueador da terra. O mando político substituiu o capangueiro decaído (...). (Camba, Edições de Onro, p. 198-199)

O ponto-de-vista do narrador explicita a existência de humanos negligenciados pelo governo central que deveriam ser objeto de preocupação da nova ordem republicana com uma certa urgência. Aparece assim o Nordeste decadente, em suas dramáticas fases de transição entre uma economia mercantil colonial e a economia de base capitalista, agora globalizada, como antagonista ambiental, que justifica a aparição de grande quantidade de beatos, peregrinos e nômades de todas as espécies, personagens descentrados que, não podendo ou não querendo participar do banditismo disciplinado, desarticulavam e continuam desarticulando o eixo do poder na região, como o autor concluiu:

A campanha de Canudos despontou da convergência espontânea de todas essas forças, desvairadas, perdidas nos sertões (Ibid. p. 202)

Acentuando a tensão entre uma função e outra, pusemos em relevo o código das ações, dirigido em Po-Fn, que testemunha o caminho lógico e cronológico da história no texto. A linearidade da realização temática diz respeito aos movimentos das tropas, estruturados em recuos, avanços, retiradas, debandadas, que o narrador pontuou, orientando as estratégias cognitivas de produção de uma trama de acontecimentos históricos. Mas é justamente nos momentos em que a interferência, como ação de encadeamento entre os fatos designados e sua interpretação, quando o escritor orienta um ponto de vista testemunhal, capaz de abrir zonas semânticas de definição das bases político-

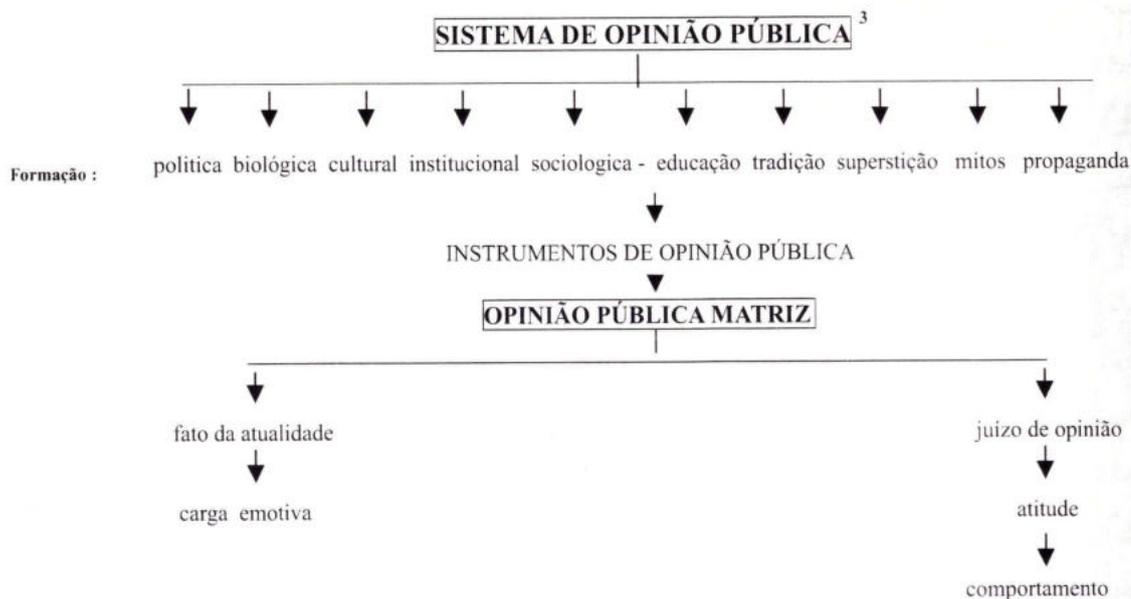
2-C
Corrêa
opiniã

institucionais, comanda a narrativa que elaboramos uma matriz para captar a explicação do funcionamento da estrutura comunicacional no contexto histórico nacional.

A tensão entre F2 e F3 leva às explicações sobre as razões pelas quais o coronel Moreira César foi designado para uma 3ª expedição. O exército nacional tinha sido derrotado, uma novidade para todo o país, informado sobre as fraquezas dos sertanejos, o que contribuía para aumentar essa fase crítica da nossa história, configurada numa rede de imagens: - A da incompreensão do sistema republicano em suas bases democráticas; - A do autoritarismo dos presidentes que governavam sem apoio popular e sem respaldo da opinião nacional. Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, destruiu e recriava revoltosos, e Prudente de Moraes encontrou assim o país dividido em vitoriosos e vencidos; - A dos embates políticos entre os grupos, vitoriosos e vencidos: republicanos e monarquistas, cafeicultores e oficiais do exército, vianistas e gonçalvistas na Bahia, etc.

Através dessa rede constituindo o problema coletivo nacional, Euclides criticava explicitamente a formação de uma opinião pelos caminhos de uma psicologia coletiva, aparentada a uma psicologia das multidões: a opinião nacional estava sujeita às paixões e interesses de grupos. Diante da complexidade do contexto, projetamos um esquema atual de opinião pública, elaborado por Vitaliano Rovigatti², na interpretação euclidiana. Para este autor, a instalação de uma OP Matriz se concretiza via seus instrumentos, os meios de comunicação, a partir de fatores determinantes que modelam a percepção dos sujeitos: educação, cultura, tradição, superstição, mitos, etc.

2-Citado por Tupã Gomes
Corrêa *Contacto imediato com
opinião pública: 37*



3-Adaptado do esquema de Vitaliano Rovigatti.

A intervenção de um quadro referencial, relativo ao contexto dos sujeitos da opinião, é primordial na consolidação de uma opinião matriz que, neste caso, diz respeito a um problema nacional, e que prepara os juízos de opinião seguidos de atitude e comportamento. No caso da República, Euclides buscou a base determinista-evolucionista para incorporar a predisposição biológica no quadro referencial do povo, propenso ao mimismo⁴ psíquico e completamente inadaptado ao novo regime democrático.

Nessa situação política, a formação da opinião matriz se relacionou ao fetichismo político com *manipansos de farda*: um exército ilógico, desde a Abolição, reprimia os levantes e alimentava uma caricatura de heroísmo, o corta-cabeças Moreira César. A estrutura da opinião nacional se ancorava ainda na divisão entre vencedores/vencidos, que foi recebendo os mais díspares conceitos, investidos de nossa sensibilidade suspeita. Conceitualmente despolitizada, nossa sentimentalidade gerava uma consciência histórica nacional, literalmente alienada que aclamava heróis de chacinas, igualmente delirantes.

4-A nota do editor diz que se trata de mimetismo, possível erro que passou despercebido nas revisões de todas as edições. Cunha, *Edições de Ouro*, p. 259.

Ibid. 1

5-C
Corr

Depreciar a estrutura psíquica do coletivo nacional, nessas circunstâncias, permitiu a identificação de um foco narrativo que criticava a estrutura política que consentia nesta patologia nacional, e o exército brasileiro que reforçava o estado de alienação por sua existência resumida a massacrar rebeliões. A crítica é ainda mais contundente quando lembramos que a percepção histórica positivista, que regia o regime republicano, visualizava o progresso como consequência da ordem e a organização militar, pela via da promoção, era pressentida como símbolo máximo de ordem e disciplina. Para a decepção do Euclides republicano, a ordem política era a presentificação das loucuras nacionais em uma afronta aos valores mais caros da civilização, de tal sorte que ele estabelece uma correspondência entre a loucura de Moreira César e a da nação inteira, reduzida à figura de multidão tacanha:

Ibid. p. 43.

Se um grande homem pode impor-se a um grande povo pela influência deslumbradora do gênio, os degenerados perigosos fascinam com igual vigor as multidões tacanhas. (Ibid., p. 265)

Observamos que a derrota do Coronel Moreira César conferiu importância decisiva a um processo global de comunicação envolvendo vários interlocutores. A problemática política implicando as relações governo/nação, via os instrumentos de OP, os MCM, ocuparam o primeiro plano e, segundo Euclides, identificaram nosso modo de pensar nossas realidades e de pensar nossas linguagens. Por isso, consideramos que, em F4, o narrador pôs em crise os códigos, ironizando linguagens e ideologias, pela tática da revocalização que é justamente dizer por quem e como as realidades foram construídas, e afixou uma denúncia da organização política da sociedade brasileira.

Se a natureza da opinião pública está relacionada com um ingrediente cultural-racional, responsável pelo estabelecimento de controvérsia e a sua função se refere a um ingrediente ambiental-social, responsável pelo seu último produto, o próprio acordo⁵, continuamos a examinar o decorrer dos acontecimentos com as intervenções críticas do autor:

5-Como o estabelece
Corrêa, op. cit. p. 44

A quarta expedição organizou-se através de grande comoção nacional, que se traduziu em atos contrapostos à própria gravidade dos fatos (Ibid., p. 313)

Euclides vinha registrando, desde o início da campanha de Canudos, a natureza das desordens relativas às populações interioranas perdidas, concernentes ao embaralhamento de pensamento das multidões urbanas e vinculadas à impossibilidade de compreensão entre o regime democrático e as bases nacionais, anomalias que, de todas as evidências, pareciam caracterizar uma associação de alienados. Mas aqui ele enfatizou contundentemente o estabelecimento da opinião nacional a partir de componentes mais emocionais do que cognitivos e configurou o que Rovigatti⁶ esboçou como expropriação da opinião que gera crise e falta de credibilidade nas instituições políticas.

6-Ibid p.37-38.

Uma idéia, que seria contraposta à própria gravidade dos fatos, inicialmente baseada em vagos comentários, em seguida, condensada em inabalável certeza instalou a opinião pública matriz, suscetível de levar à ação: os tabaréus turbulentos estavam recebendo ajuda dos agitadores, empenhados na restauração monárquica, dispersos pelas capitais federal e estaduais.

A República estava em perigo. Era preciso salvar a República.. (Ibid., p. 314)

Do ponto de vista da comunicação e da construção de realidades, determinamos aqui o clímax temático da obra. O autor atacou a asserção básica da opinião matriz que conduziu ao massacre. Ele mesmo que havia caracterizado os sertanejos como os *chouans de nossa Vendéia* se redimiou:

Atribuir a uma conjuração política qualquer a crise sertaneja, exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça. (Ibid., p. 317)

Insciência, como sinônimo de ignorância, delineou a formação da opinião matriz, por um coletivo social, que exposto à ação dos meios de comunicação,

partia para o amalgamento bastante generalizado de fatores complexos da crise sertaneja. E assim, na sua explicação de testemunha dos fatos, e na consulta de seus preceitos organicistas, o autor expôs o que determinava nossa raça: de um lado, raça e nacionalidade, sincretizadas em uma multidão tacanha, ignorante, alienada e passional, do outro lado, os rudes patrícios retardatários, em trezentos anos de abandono nos sertões, à margem da civilização. Se os primeiros associaram illogicamente interesses privados e públicos, transformando-os em opinião matriz que funcionava como uma narrativa de heróis patriotas exigindo desenlace, os segundos estavam agindo dentro da mais perfeita lógica.

Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez - bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar, cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas (Ibid., p. 317)

Os sertanejos apareceram como simples defensores de um lar construído miseravelmente, mas que ostentava as conotações do sagrado, perdido no deserto e fora de nossos mapas. Este lar tão fora da zona cognitiva da outra nacionalidade, atinge este significado metafórico das primeiras fases de nossa história e de nossas origens, com todas suas falhas, como também o sentido das desigualdades regionais e sociais da história moderna: palafitas junto a uma cidade industrial da Suíça.

A crítica à falta de raciocínio lógico do lado civilizado, comparado à Suíça industrial, se acentuou quando o autor ponderou: a descoberta das diferenças regionais não deveria ter levado ao massacre, e sim a interações construtivas que fariam com que os urbanos apreciassem a força do sertanejo que domina e cultua seus espaços, e que este último viesse a se beneficiar de uma partilha eqüitativa do progresso.

Sob tal aspecto era, antes de tudo, um ensinamento e poderia ter despertado uma grande curiosidade (...) Entre nós, de um modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloqüente. Na primeira cidade da República, os patriotas satisfizeram-se com o auto de fé de alguns jornais adversos, e o governo começou a agir. Agir era isto - agremiar batalhões. (Ibid., p. 317)

Nos interstícios dos eventos dramatizados, a narração se curva sobre si mesma, questionando sobre a construção de uma realidade textual em diálogo com os fatos e essencialmente sobre o fato de uma comunicação midiática ter sido capaz de compor um personagem jagunço sertanejo, erroneamente imbuído de objetivos políticos, contra o qual se erigiu uma opinião nacional.

Primeiros resultados e conclusões : Para uma comunicação dos choques

No primeiro ano da nossa pesquisa, confrontamo-nos imediatamente com a tarefa de reconhecer o principal antagonista da narrativa de guerra : estabelecemos que não foi nem o sertanejo conselheirista, nem o exército brasileiro, e sim o processo de comunicação que Euclides tão bem descreveu em uma subfunção de F4: Rua do Ouvidor vs Caatingas. Em narrativas orais, é costume se dizer que a verdadeira guerra se deu na rua do Ouvidor onde imagens e relatos de um nacionalismo nascente foram construídos. Nessas circunstâncias, obtivemos alguns resultados em dois grupos assim caracterizados:

i) Resultados metodológicos de análise.

O estudo semiológico do encadeamento das ações, com a distinção entre o espaço dimensional e o não-dimensional, cada um acionado por um tipo de ponto de vista e de focalização narrativa, conduz à compreensão do conteúdo global de um texto. É um método útil igualmente para o exame de textos denotativos, não catalogados como literários, como os jornalísticos e os relatórios, por exemplo, em que alguma espécie de

Ibid.

opinião é emitida. Daí em diante, o esquema pode ser usado como um poderoso recurso de processamento para a atribuição de zonas de opinião relacionadas a um feixe de fatores estruturantes de uma Opinião Pública Matriz, que vai sendo revelada pelo jogo dos focos narrativos. O modelo envolve de maneira crucial zonas de conhecimento (crenças, mitos, superstição, cultura, educação, política, etc.) avaliados como fatores determinantes das zonas de opinião que se condensam na OPM, de sorte a permitir uma análise mais profunda do contexto extratextual onde as opiniões são articuladas.

Ibid. P. 43

Note-se, dessa forma, o espírito histórico da abordagem do tratamento da opinião pública, submetida a diferentes pontos de vista, para a culminância da controvérsia e do acordo. Note-se sobretudo como Euclides da Cunha discutiu conceitos variáveis de opinião (coletiva, nacional, comum, pública) e de públicos vinculados aos grupos de pressão da época, os chamados grupos de interesse, o que constitui, como já frisamos, a primeira sistematização de tais conceitos no Brasil. Corrêa⁷ afirma que o estágio atual das discussões acerca de público e opinião estão bem mais relacionados com o campo específico das Relações Públicas do que com qualquer outro. Por questões de compreensão macroestrutural, é de extrema importância o exame do ciclo canadiano por todos os estudiosos do campo das Relações Públicas.

ii) Resultados metodológicos na construção do paradigma de RRPP.

Quando Euclides alertou para o fato de que o sertanejo fôra vítima da argumentação dos grupos de interesse, já que não possuía nenhuma intenção de restaurar o regime monárquico, e para o outro fato de que o Brasil desenvolvido deveria ter decidido compreender suas várias realidades para poder entender sua própria história, nada mais fez do que orientar uma função pesquisa atrelada a uma função histórica, necessárias ao entendimento das crises e dos conflitos. É sabido que tais crises estão ligadas ao poder latifundiário, revigorado pelas políticas neo-liberais. Desde então, os movimentos sociais e os movimentos

comunitários têm evoluído na contra-mão da história, quase sempre caracterizados pelos meios de comunicação como movimentos de caráter político para instauração da baderna.

Do momento em que os conflitos sociais deixarem de serem vistos como anomalias ou como resultados de estados de alienação, poderemos dar o primeiro passo para a instauração do paradigma crítico de relações públicas, pois, ainda de acordo com César, não buscamos mais oposições entre massa e público, e sim entre despossuídos e detentores de poder e riqueza.

Com a imagem das palafitas junto à Suíça industrializada, Euclides chamou a atenção para a existência de comunidades carentes num país de desigualdades. Mostrou igualmente que tais desigualdades não podem ser eliminadas pelos massacres. *Os sertões* referencializa a epopéia da modernização brasileira, baseada na exclusão, mas aponta para a necessidade de o país retomar a gênese inacabada, descrita na parte *A Terra*, e de reerguer as rochas vivas da nossa nacionalidade, os sertanejos, os gaúchos e vaqueiros, que têm cuidado do âmago da terra brasileira.

A partir de *Os sertões*, toda a arte brasileira elegeu a terra como paradigma de representação nacional. A Semana de Arte Moderna buscou as raízes de um Brasil profundo e o pós-modernismo não deixou de explorar as relações entre homem e terra, inclusive no teatro, cinema e televisão. No campo das relações públicas pós-modernas, havemos ainda que buscar, no segundo ano de nossa pesquisa, a articulação de funções básicas (assessoria, pesquisa, planejamento, comunicação e avaliação) para comunidades ligadas à problemática de fixação na terra.

Souza (1997) mostrou como *O rei do gado* entrou em relação intertextual com romances do ciclo canadiano, incluindo *La guerra del fin del mundo*, aproximando os conselheiristas dos militantes do MST. O caráter messiânico do líder Regino foi contestado pelo movimento que já age por comissões (educação,

alimentos, informação, etc.). Ainda existe muita polêmica em torno das concepções sebastianistas de Antônio Conselheiro, que muitos dizem ser uma invenção de Euclides e que o líder representou acima de tudo um orientador comunitário. Era um construtor de igrejas e cemitérios e, por ter arrebatado muitos fiéis da Igreja católica, foi designado como o fanático, anômalo e alienado. De todas as maneiras, a natureza das lideranças comunitárias ligadas aos movimentos pela posse da terra merece uma descrição especial, principalmente em relação às construções mediatizadas. Se Canudos revelou a crise de governabilidade da Primeira República, o MST é um fenômeno político em choque com a colonização globalista da vida nacional contemporânea, como o afirmou Silveira (1998).

Para concluir, devemos afirmar que nossa pesquisa seguirá um referencial autenticamente dialético. Para responder parcialmente às duas primeiras perguntas que formulamos na descrição da pesquisa, preconizamos que *Os sertões* descortina ações trágicas e épicas, atualizando simbolicamente as lutas de um povo no regime republicano e servindo de exemplo para aquelas que estão sendo atualizadas na contemporaneidade. De todas as evidências, a obra serve de parâmetro para o entendimento dos diversos relacionamentos socio-políticos da sociedade, em seus diversos choques.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

- AVIGHI, Carlos M., *O sertão brasileiro e o cenário mundial no jornalismo de Euclides da Cunha*, Em: *Revista brasileira de comunicação*, vol. XVI, n. 2, jul/dez., 1993, pp. 144-155.
- BASTOS, José Augusto C.B., *Incompreensível e bárbaro inimigo. A guerra simbólica contra Canudos*. Salvador, EDUFBA, 1995.
- CÉSAR, Regina Célia E., *As relações públicas frente ao desenvolvimento comunitário*. Em: *Comunicação & Sociedade*, n. 32, 2º semestre de 1999, p. 89-112.
- CORRÊA, Tupã Gomes., *Contato imediato com Opinião pública. Os bastidores da ação política*. São Paulo, Global, 1988.
- CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, Edições de Ouro.S/d
- MATTELART, Armand, *Comunicação-Mundo. História das idéias e das estratégias*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- PERUZZO, Círcia M. Krohling, *Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI*. Em: *Comunicação & Sociedade*, n. 32, 2º semestre de 1999, p. 45-68.
- PIRES, Orlando, *Manual de teoria e técnica literária*, Rio de Janeiro, Presença, 1981.
- SILVEIRA, J.P. Bandeira, *Republicanism num globalismo: formas da contemporaneidade*. *Comunicação & Política*, vol. V, n. 2, p. 7-41, maio-agosto 1998.
- SOUZA, Licia S. de, *Canudos e "O rei do gado": ecos de intertextualidade*, *Revista Canudos*, v. 2, n. 2, outubro de 1997, p. 14-32.
- SOUZA, Licia S. de, *Des récits régionalistes à la télévision: la voix de la terre au Québec et au Brésil*. *Canadart*, vol. 7, jan/dez 1999, p. 111-154.
- ZILLY, Berthold. Um depoimento brasileiro para a História Universal. Tradujibilidade e atualidade de Euclides da Cunha. Humboldt. Ano 38, nº72, 1996, p. 8-16.
- Periódicos:**
- O exemplo de Antônio Conselheiro*, *A Tarde*, 11-1-97
- Novaes, Claudio, *A epopéia dos molambos*, *A Tarde Cultural*, 24 de maio de 1997.

ANO DE 1896 - TÉRMINO DAS OBRAS DA CAPELA DE SANTO ANTÔNIO DE BELLO MONTE?

**Historiador, Bel. em Direito/ UFBA, pesquisador do CEEC/UNEB.*

José Carlos da Costa Pinheiro*

Conta e escreve o mestre José Calasans, baseado em depoimento do velho conselheirista Manuel Ciríaco, que Antônio Conselheiro, quando de sua passagem pelo povoado de Canudos nos idos de 1880, conversando com o negociante de " couro e de balcão " Antônio da Mota, havia prometido construir uma nova capela no arraial do Vasa-Barris. Insiste, o professor Calasans: " Pedrão disse-nos que existia, erguida por gente da Torre de

Garcia D'Ávila, uma igrejinha, quase em ruínas, quando o Bom Jesus garantiu que levantaria um pequeno templo."¹ Cumpriria a promessa.

1- Pedrão (Pedro Calixto de Oliveira) pesquisa realizada por Manoel Neto - Artigo publicado no site da Portifolium - Canudos esqueceu Bello Monte?

Conforme carta existente no arquivo do Instituto Geográfico Histórico da Bahia, datada de 10 de março de 1893, Antônio Conselheiro orientava o beato Paulo José : " De posse de sua carta tenho a responder que de nenhuma forma consinta derrubarem o Santuario, visto que a Igreja ainda não está Benta."¹ (...). Deduz, então, Calasans : "A primeira igreja sob a invocação de Santo Antônio teria sido concluída em 1893, com muita solenidade- Presença do Padre Sabino, vigário do Cumbe, grande número de batizados e casamentos, música e foguetório".¹ (...) Nos primeiros dias de junho, Antônio Conselheiro e seus acompanhantes alcançaram o povoado de Canudos que tomou a denominação de Belo Monte. Começava uma nova era na vida sertaneja e nacional. A capela de Santo Antônio, edificada por gente do Conselheiro e dirigida pelo beato Paulo José da Rosa, estava concluída e teria sido benzida no mês de agosto, com grandes festas.² [...] Pedrão, (Pedro Calixto de Oliveira)¹ seus companheiros, Manuel e Zé de Totó, além de grande número de conselheiristas se casaram a 18 de agosto de 1893, conforme o velho combatente de Cocorobó.[...] Dispomos de boa razão

para julgar haver sido 18 de agosto o dia da benção." 1 Cabe aqui, uma indagação, por qual motivo o padre Vicente Sabino, vigário do Cumbe, não registrou esses matrimônios no Livro de Assentamentos de Casamentos da Freguesia?

O escritor e historiador, Oleone Coelho Fontes, assevera que: "Os freis Evangelista de Monte Marciano, Caetano de São Léo e o padre Vicente Sabino dos Santos, testemunharam o trabalho de operários conselheiristas na construção do templo do Bom Jesus, na praça das igrejas . [...] Canudos possuía, em 1896, quando foi deflagrada a guerra, um Santuário e as igrejas de Santo Antônio e do Bom Jesus. Esta, não concluída. [...] O templo cujo oráculo era Santo Antônio, também chamado Igreja Velha, fora concluído nos primeiros meses de 1893, idealizado por Antônio Conselheiro e sagrado pelo padre Vicente Sabino dos Santos, vigário do Cumbe".⁵

Já o historiador Edmundo Moniz, em seu polêmico livro, *Canudos A Guerra Social*, reproduzindo parte do relatório do frei João Evangelista, declara com firmeza que "Antônio Conselheiro não foi ao encontro dos emissários do arcebispo. Permanecia tranquilo e indiferente, assistindo e dirigindo a construção da Igreja Nova. Não tinha nada a dizer. Só poderia ouvir. Provavelmente, julgava que a missão dos padres era mais hostil do que pacífica".

Depois de algumas horas de descanso, frei Evangelista, acompanhado dos dois outros clérigos, dirigiu-se à Igreja Nova para falar com o Conselheiro. Este os recebeu com sua habitual cordialidade, saudando-os de maneira acolhedora. [...] Com especial afabilidade, Antônio Conselheiro convidou os visitantes a ver as obras da igreja, informando-os de seu andamento e servindo de guia no interior do edifício. Quando chegaram ao coro², aproveitando a ocasião de estarem sozinhos os fiéis os seguiam a distância -, frei João Evangelista resolveu comunicar-lhe o objetivo da visita. Agia precipitadamente e sem tato diplomático. [...] Declarou que, "por ordem e em nome do Arcebispo, ia abrir uma Santa

2- Coro: Balcão, nas igrejas, destinado ao canto (...) Série de cadeiras em torno da capela-mor, onde se sentam os cônegos, os membros da *colegiadas*, seminaristas, etc.

Missão e aconselhar o povo a dispersar e voltar aos lares e ao trabalho, no interesse de cada um e para o bem geral".⁶

Por outro lado, o brasilianista, Robert Levine, estudioso do tema e autor do livro *O Sertão Prometido- O Massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro*, teoriza: "Aparentemente insensível às crescentes tensões, o Conselheiro, ao se misturar com os seus seguidores, exercia sobre eles uma influência tranqüilizante. Suas principais atividades diárias envolviam a reconstrução da velha igreja, o planejamento do cemitério e a construção da nova igreja de Canudos, que nunca foi terminada. Em 1893 foram completados os trabalhos na velha igreja, reconsagrada pelo velho padre Sabino de Cumbe." [...] A igreja inacabada do Conselheiro, em Bom Jesus, antes de ser destruída pelo Exército."⁷ O autor faz as suas observações muito centradas no que já foi dito pelo prof. José Calasans, em *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, ressalvada uma pequena incorreção. A igreja do Bom Jesus em Canudos não chegou a ser concluída por Antonio Conselheiro. Na página 289, da obra citada, aparece a fotografia da igreja de Santo Antônio, legendada como se fosse a igreja de Bom Jesus de Canudos.

Os autores mencionados Calasans, Oleone, Moniz e Levine como também, muitos outros pesquisadores e estudiosos, confirmam e escrevem que a conclusão da Igreja de Santo Antonio (Igreja velha), efetivamente ocorreu em 1893. Acontece que observando com um pouco mais de acuidade as fotos de Augusto Flávio de Barros, tiradas durante a Campanha de Canudos, retratando Batalhões Expedicionários, casa de jagunços, o Povoado de Belo Monte incendiado e dinamitado, as Prisioneiras, o corpo do Conselheiro depois de exumado, as igrejas: Velha (Santo Antônio) e Nova (Bom Jesus) de Belo Monte, (Canudos), despertou-me atenção, que no frontispício da igreja Velha, crivada de balas e canhoneio, estavam lá os números 189 e um 6 (seis) um pouco afastado. Considerando que o " construtor " Antônio Conselheiro fixou o ano de conclusão da obra no templo que erigiu em Bom Jesus atual Crisópolis-Bahia

inscrevendo no frontispício da "Casa Sagrada" o ano de 1892 (época em que o vigário de Itapicuru, padre Agripino Borges, benzeu a igreja, com grandes festas, música e foguetório), " conforme declara um antigo morador do local, Marcos Dantas de Menezes, nascido por volta de 1880"¹, parece-nos lógico deduzir, que sendo 1896 o ano inscrito na fachada da Igreja Velha, seja este o período correto de conclusão do templo.

Com auxílio de uma lupa, e para dirimir qualquer sombra de dúvida, julguei sensato e correto, recorrer a opinião de um especialista. Imediatamente, entrei em contato com Antônio Olavo, pesquisador, fotógrafo, conhecedor dos trabalhos realizados por Antônio Conselheiro, em diversas localidades, que no laboratório da Portfolium, ampliou e scaneou a reprodução da fotografia, confirmando tratar-se de um 6 (seis). Fui ao laboratório e constatei ser realmente 6 (seis), invocando igualmente o exame e testemunho de várias outras pessoas presentes, dentre elas o fotógrafo Josué Ribeiro. Sendo 1896, resulta que a Igreja de Santo Antônio não estava totalmente pronta em 1893, quando da chegada de Antônio Conselheiro a Canudos, como afirmam diversos estudiosos.

A análise específica da fotografia da Igreja Velha, que faz parte do acervo iconográfico deixado por Flávio de Barros, é importante porque, além de nos revelar o traço que marca a arquitetura de Conselheiro, tornou possível através da imagem, minudenciar o que o olho humano não poderia notar e registrar de forma durável aquele instante tão singular. Também, porque a igreja foi totalmente demolida, a foto de Flávio de Barros, possibilitou-me, como pesquisador, rever e questionar o ano de conclusão da referida obra o que seria sobremaneira difícil sem o registro fotográfico conferindo ao trabalho desse profissional, inquestionável valor documental e informativo, utilíssimo para pesquisadores, historiadores e interessados por uma nova abordagem do episódio da Guerra de Canudos. Como afirma Lucien Febvre: "A História, não há dúvida, faz-se com documentos escritos, certamente. Quando eles existem.

3- *Claude Santos - fotógrafo e pesquisador de imagens - material do acervo de pesquisa sobre os Freis João Evangelista e S. Léo.*

Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, no caso da inexistência destes. Isto é, com tudo quanto o engenho do historiador puder permitir-se utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais". Assim, a fotografia serviu como documento auxiliar no resgate da memória histórica. Dessa forma, relatos, como o do frei João Evangelista de Monte Marciano (1843-1921), que esteve em uma Missão ao Arraial de Canudos no ano de 1895, e que posteriormente fez um relatório ao arcebispo da Bahia, sobre Antônio Conselheiro e seu séquito (existe uma versão de que o referido relatório foi redigido pelo Monsenhor Basílio Pereira), constitui-se em uma importante fonte consultiva sobre o assunto. No que concerne a dúvida que paira sobre a autoria do relatório, uma observação é pertinente. O frei chega à Bahia em 12 de outubro de 1872, com 29 anos de idade e, em 1895, tinha 52 anos sendo 23 anos de Bahia. O frei Caetano de S. Léo, que fora companheiro do frei Evangelista é que tinha à época 27 anos e 7 (sete meses) de Bahia, este sim, podia ter pouca experiência e domínio da língua.³ A Santa Missão abriu espaço para uma futura repressão armada ao Povoado de Bello Monte, credenciando-se assim, como um documento precioso, que permite montar as peças desse quebra-cabeça. Em um dos trechos o frei Evangelista observa: sic "Um kilometro adiante descobre-se uma vasta planície muito fértil, regada pelo rio, na baixa de um monte, de cuja eminência já se avistam a casa antiga da fazenda Canudos, a cappella edificada por Antônio Conselheiro,[...] Vimos depois a praça, de extensão regular, ladeada de cerca de doze casas de telha, e nas extremidades, em frente uma à outra, a capella e a casa de residencia de Antonio Conselheiro. À porta da capella e em varios pontos da praça apinhavam-se perto de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão, etc., dando aos Canudos a semelhança de uma praça d'armas ou melhor d'um acampamento de beduínos.[...] Refeitos um pouco da nossa viagem, dirigimo-nos para a capella onde se achava então Antônio Conselheiro, assistindo aos trabalhos de construção; mal nos perceberam, os magotes de homens armados cerraram fileiras junto à porta da capella, e ao passarmos, disseram todos "Louvado seja Nosso Senhor Jesus Christo," saudação frequente e comum, que

só recusam em rompimento de hostilidades. Entretanto, achamo-nos em presença de Antônio Conselheiro, que saudou-nos do mesmo modo.[...] As primeiras palavras que trocamos versaram sobre as obras que se construíam, e elle convidou-nos a examinal-as, guiando-nos a todas as divisões do edificio. [...] Enquanto dizia isto, a capella e o côro enchiam-se de gente, e ainda no se acabava eu de falar, já elles a uma voz clamavam: "Nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro" Este os fez calar, e voltando-se para mim, disse: "Para minha defeza que tenho commigo estes homens armados, porque v. revm. Há de saber que a policia atacou-me e quis matar-me no logar chamado Maceté, onde houve mortes de um e de outro lado.

No tempo da monarchia deixei-me prender, porque reconhecia o governo; hoje não, porque não reconheço a Republica. [...] e por única resposta me disse: "Eu não desarmo minha gente, mas tambem não estorvo a Santa Missão ".8

Antônio Conselheiro, estava nas dependências da Igreja Velha ou da Nova? O frei João Evangelista, fala em capela edificada, depois em trabalhos de construção, obras que construíam e examinar divisões do edificio. A Igreja Velha estava totalmente pronta? Ou esse diálogo fora mantido nas dependências da Igreja Nova? Nas prédicas escritas por Antônio Conselheiro, em 24 de maio de 1895- Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo para Salvação dos Homens⁹. Ele não faz nenhuma referência a respeito sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio, Padroeiro do Bello Monte, entretanto, nas prédicas de 12 de janeiro de 1897 - Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação - ele faz a seguinte preleção: " Seria sem dúvida uma consideração mui mal entendida, se eu me conservasse em silêncio com relação ao assunto que a faz objeto de tanto júbilo no dia de hoje, como indigno encarregado da construção da igreja de Santo Antônio, padroeiro deste lugar, cuja obra se acha feita em virtude do poderoso auxílio do Bom Jesus, se no ato de receber a chave da igreja do seu servo eu

deixasse de publicar as maravilhas de tão bellíssima pessoa. [...] impossível seria, eu fazer a Igreja de Santo Antônio se o Bom Jesus deixasse de prestar-me o seu poderoso auxílio. Aqueles, porém, que concorreram com as suas esmolas e com os seus braços, podem estar certos que o Bom Jesus os recompensará generosamente; eles devem ficar plenamente satisfeitos por terem concorrido para a construção da igreja do servo do senhor, na doce esperança de um dia serem participantes da sua glória, à vista do seu testemunho que demonstra o zelo religioso que tanto os caracteriza. O dia de hoje, fiéis, nos vem comemorar tão belo acontecimento para nossa religião santa, quando se trata de realização de um templo tão útil, tão aceitável e agradável a Deus. [...] Vejam, fiéis, se não é de grande utilidade e agradável aos divinos olhos do nosso Bom Deus a construção dos templos. À vista destas verdades quem deixará de concorrer para a construção dos templos? Quem ainda se nutrirá da tibieza e indiferentismo para fim tão útil e importante, que se bem considerasse a criatura os merecimentos que em vida mesmo alcança de Deus, certamente não deixaria de concorrer com suas esmolas e com os seus braços para a construção de tão belas obras. Cabe-me ainda o prazer de declarar-vos que já rendi as devidas graças ao Bom Jesus por me ter prestado o seu poderoso auxílio a fim de eu levar a efeito a obra do seu servo, que a não ser tão bellíssima pessoa, certamente não conseguiria realizá-la. Praza aos céus que os habitantes de Belo Monte saibam agradecer cordialmente os benefícios que acabam de receber do Bom Jesus, que é uma prova que atesta do modo mais significativo os tesouros da sua infinita bondade e misericórdia".¹⁰

Outro depoimento revelador sobre o assunto, nos foi legado pelo escritor **Aristides Milton**, no seu hoje clássico trabalho, publicado no início deste século, A Campanha de Canudos. Acompanhemos o autor: " **Antônio Conselheiro**, entretanto, continuava a se esforçar pela edificação da capella, em cujas obras fr. João Evangelista o encontrara; e, terminada que foi ella, emprehendeu a construcção de uma grande egreja, para o que dispunha já de grosso capital, angariado mediante esmolas, enviadas de varios logares, algumas até por pessoas

abastadas, cuja veneração pelo Sancto Homem, cada dia accentuava-se mais.¹¹" Fica evidenciado no texto de Milton, que quando o frei Evangelista esteve no arraial de Canudos no ano de 1895 a Capela (Santo Antônio?) ainda estava inconclusa. Terminada posteriormente, Antônio Conselheiro que já dispunha de recursos iniciou a construção de uma grande Igreja (Bom Jesus?). Como podemos perceber, alguns indícios nos autoriza a questionar qual o verdadeiro ano de conclusão da velha capela de Santo Antônio de Canudos. Não é apenas a imagem histórica de Flávio de Barros, uma vez que, autor respeitabilíssimo como Aristides Milton, exaustivamente citado por escritores, estudiosos e pesquisadores, nos induz à conclusão diferenciada do que até aqui foi absoluto consenso. Outros aspectos são igualmente instigantes!

O escritor Euclides da Cunha, em "Os Sertões", no texto "Missão Abortada", que trata da visita dos freis capuchinhos a Canudos, na tentativa de dispersar o séquito Conselheirista, realizada entre 13/20 de maio de 1895, registra: "Entrementes corra a nova da chegada, sem que o Conselheiro se abalasse ao encontro dos emissários da Igreja. Permanecera indiferente, assistindo aos trabalhos de reconstrução da capela. Procuram-no, então, os padres. Deixam a casa. Tomam de novo pela via sinuosa. Entram na praça. Atravessam-na, sem que o menor brado hostil os perturbe, e ao chegarem à sede dos trabalhos "os magotes de homens cerram fileiras junto à porta da capela" abrindo lhes extensa ala. Do ajuntamento temeroso parte animadora saudação de paz: 'louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!' à qual era praxe a resposta: "Para sempre seja louvado tão Bom Senhor!". Entram no pequeno templo e acham-se diante de Antônio Conselheiro, que os acolhe com boa sombra; e, com a placabilidade habitual, dirigi-lhes a mesma saudação pacífica".¹² Note-se, que Euclides da Cunha faz clara alusão " aos trabalhos de reconstrução da capela ", o que rigorosamente exclui a Igreja consagrada ao Bom Jesus, que como sabemos, estava em processo de construção. Reconstruindo, pode-se admitir, restaria a velha Igreja de Santo Antônio!

Vale a pena lembrar que depois do choque de Masseté, 27/28 de maio de 1893, até a chegada da 1ª Expedição comandada pelo Tenente Pires Ferreira em Juazeiro

Bahia em 7 de novembro de 1896, até o ataque de Uauá, no dia 21 do mesmo mês, os seguidores Conselheiristas, tiveram tempo e contingente suficientes para o término das duas igrejas.

Este artigo é mais uma contribuição para aqueles que estudam a história da Guerra de Canudos. Dedico aos amigos e pesquisadores Antonio Olavo, Manoel Neto, Marco Antonio Villa, Fábio Paes e à memória de Augusto Flávio de Barros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1-CALASANS, José. Cartografia de Canudos .Salvador: EGBA,1997. p. p 139,59, 140, 66.
- 2-_____. Textos de José Calasans. Revista USP. Dossiê Canudos. São Paulo, nº20, dez.jan.fev.1993/94.p.22
- 3-_____. O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro, Salvador, Tipografia Beneditina, 1950.
- 4-MACIEL, Antonio Vicente Mendes. Carta à Paulo José da Hora. Brejo Grande, 10 de maio de 1893. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia . Pasta 10 - doc.35.
- 5-FONTES, Oleone Coelho. Fazenda Jacaré, Porto Histórico às Margens do S. Francisco. P.1 www.Portfolium.com.br
- 6-MONIZ, Edmundo .Canudos: a guerra social. Rio de Janeiro, Elo , 1987. 2ª Edição corrigida e aumentada. p. 51-52.
- 7-LEVINE, Robert M . O Sertão Prometido: O massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro, São Paulo,1993: Editora da Universidade de São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p.p 215, 289.
- 8-MONTE MARCIANO, Frei João Evangelista de . Relatório ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu Séquito no Arraial de Canudos , 1895. Revista do Centro de Estudos Baianos. CEB n.º 130. p. 4-5
- 9-CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA-CEEC. O Santo Evangelho de Jesus Christo Segundo São Matheus . flash 1 Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso

Senhor Jesus Cristo para Salvação dos Homens. flash 2 Prédicas de Antonio Vicente Mendes Maciel, 24 de maio de 1895. Salvador: EGBA. 1988, Acervo de microfilmes, Rolo nº 001.

10-NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba - Antônio Conselheiro e Canudos. São Paulo: Nacional, 1978 p.170-173 (Brasiliana; nº 355 ,1978 . Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por Ocasão do Mistério da Anunciação - Sobre o Recebimento da Chave da Igreja de Santo Antonio, Padroeiro do Bello Monte. 12 de janeiro de 1897.

11-MILTON, Aristides. A . A Campanha de Canudos. Coleção Cachoeira; Salvador: Universidade Federal da Bahia. 19 -- p.30

12-CUNHA, Euclides ,Obra Completa ,V 2Estudo Liminar Ciclo d' Os Sertões. Apêndice. Rio de Janeiro: Nova Aguilar , 1995. p. 246-47.

13-OLAVO, Antonio. Memórias Fotográficas de Canudos, Salvador. 1989.

14-BARROS, Augusto Flávio- Fotografia da Igreja de Santo Antonio/Igreja Velha: in Olavo, Antonio. Memórias fotográficas de Canudos, Salvador. 1989.



Vista aérea da praça conselheirista formada pelas igrejas e a praça surgida no século XX, à direita. A primeira, de formato retangular, desenvolvia-se paralelamente ao rio (norte-sul). A segunda, de menores proporções (leste-oeste).

FOTO: NILTON SOUZA

FONTE: ARQUIVO DO CEEC/UNEB

* Trabalho realizado sob a Orientação do Prof. Dr. Luiz Edmundo Bouças Coutinho - UFRJ e Coorientação do Prof. Dr. José Luiz Foureaux Júnior - UFOP, e dedicado ao Prof. Manoel Neto (UNEB) pelo estímulo na escolha do objeto de pesquisa do Curso de Mestrado.

** Especialista em Literatura Brasileira pela PUC-MG; Mestranda do Curso de Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ALITERATURA NO PROJETO JORNALÍSTICO DE OS SERTÕES*

Vivianne Milward de Azevedo**

RESUMO

O presente artigo toma como base de análise a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, apresentando a mudança do 'projeto' de escrita do autor, que utiliza sua experiência jornalística num espaço literário. Perceberemos a busca pela arte, que se tornou exercício na realização desta obra, na qual o narrador se apresenta como observador do espetáculo, revelando de maneira singular, algo entre o sentido e o indizível. Assim, *Os Sertões* consegue se apresentar como uma bem construída peça teatral, envolvendo os leitores num constante movimento de cenas, atos, drama e tragédia. Em suma, é um convite à leitura da poesia oculta pela aridez temática.

(...)- Quem é esse defunto
que descansa em plena guerra?(...)
Que homem é esse de paz
que sabe que guerra é guerra? (CACASO: 2000)

(...) Escrever somente começa quando escrever é abordar aquele ponto em que nada se revela, em que, no seio da dissimulação, falar ainda não é mais do que a sua imagem, linguagem imaginária e linguagem do imaginário, aquela que ninguém fala, murmúrio do incessante e do interminável a que é preciso impor silêncio, se se quiser, enfim, que se faça ouvir. (BLANCHOT: 1987, 42)

Há uma tradição.
Cujo sentido é preciso compreender.

Cujo sentido é preciso manter. (SAINTE-BEUVE: 1874)

Tenho medo de escrever. É tão perigoso. (...) Perigo de mexer no que está oculto (...) Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é que existo intuitivamente. (LISPECTOR: 1978)

O projeto inicial de Euclides da Cunha, a nosso ver, era o de construir um texto jornalístico, capaz de superar a distância geográfica entre o litoral e o sertão baiano; o que realizou com a habilidade permitida por sua condição de jornalista de O Estado de São Paulo. Transformando seus relatos jornalísticos no livro *Os Sertões*, Euclides enveredou por um caminho bem diferente. Talvez a própria necessidade de compreender o evento Canudos o tenha levado à construção dessa obra. O que ele provavelmente não sabia é que sua construção textual se transformaria numa busca pela arte, na qual a escrita é, ao mesmo, tempo exercício de escuta e fala, tornando-se compreensível para o autor/leitor, numa procura incessante de respostas advindas de sua experiência no sertão baiano. O autor profere a obra, ao mesmo tempo em que a põe num limite, delimitando-a num espaço mais livre do que o do texto jornalístico, caracterizado por uma finalização visível e premeditada. Já a obra, por sua vez, será um objeto utópico, e sua não realização ao invés de afastar, atrairá cada vez mais o autor, que a quer concluída, sem perceber que isso lhe foge à vontade. Assim, ao transformar as notas jornalísticas em livro, Euclides avança num território novo, um espaço a se revelar, o espaço literário. (BLANCHOT: 1987) Evidenciamos que ao enveredar nesse novo território, continuará recorrendo às suas habilidades de relator jornalístico, mas utilizará mecanismos ficcionais da escrita literária.

Lendo e relendo o texto de *Os Sertões*, deparamo-nos com a excelência de uma bem montada peça teatral. Isso mesmo! Euclides constrói, cuidadosamente, uma peça teatral, na qual vivenciamos três momentos distintos: a preparação do cenário, a apresentação dos personagens e, finalizando, a ação em si. A

teatralização do conflito apresenta personagens fantásticos, no limite entre o real e o irreal, expondo a face oculta da tragédia. Desse modo, Euclides se torna, para nós, o observador de um espetáculo, revelando através da linguagem algo entre o sentido e o indizível, que se mostra através do teatro em movimento com suas cenas, atos, drama e tragédia.

O cenário nos é apresentado em *A Terra*, familiarizando-nos com a aridez da paisagem, como se esse conhecimento antecipado nos explicasse algo que está por vir. Prepara-nos o espírito, capacitando-nos compreender e, de certa forma, sentir de modo tátil, os efeitos do imenso silêncio sertanejo. A terra se mostra agressiva e agredida, como se o drama começasse na paisagem e de modo cíclico terminasse nela. Não percebemos mais a presença do conhecedor da geologia, mas um locutor que se impressiona com o martírio da terra estorricada:

(...) dispondo-se em cenários em que ressalta, predominantemente, o aspecto atormentado das paisagens. (...) a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho do sertão - quase um deserto(...) (CUNHA: 1998, 27 e 31)

A cena que surpreende é descrita de forma viva. Não há matéria inanimada, o escritor oculta o geólogo, deixando vir à tona o poeta, dando mobilidade ao descrito, transformando em vida o que poderia ser morte. Monta-se, assim, um jogo para os espectadores. Ninguém consegue passar pela Terra de maneira inócua, há de se carregar um pouco do tormento deste cenário, que se apresenta personagem. Dependerá, também, dele o desenrolar dos fatos. A vítima dos "climas excessivos" parece estar num estado de espera, como a se "preparar para a vida". As forças vivas da natureza carregam um ritmo de surpresas, criando uma poética dos objetos descritos, em que os elementos estáticos dramatizam, fazendo de cada descoberta uma cena teatral. O sertão nos surpreende a cada instante, como um mar tormentoso, do qual não há como escapar das turbulentas

ondas de expectativas. A seca, o calor, o frio noturno, ou mesmo a ressurreição da terra são expostos como uma sucessão de inesperados desenlaces teatrais.

Na segunda parte desta peça teatral, presencia-se um narrador confuso diante das teorias da evolução humana, em voga na época; talvez por isso Euclides se deixe levar pela descrição e pela narrativa literária ficando, segundo Zilly (1993), liberado da "coerência científica":

Sabe-se que o historiador e pensador social Euclides da Cunha se envolveu em numerosas contradições no que se refere ao destino das raças na sua contribuição para a construção da nação brasileira. Várias vezes abandona o raciocínio sociológico e antropológico que, de acordo como pensamento homogêneo da Europa no século passado, era racista.(...) O escritor ficcional abre mão do autocontrole ideológico e cria um espaço para a observação e imaginação sem mediação teórica e sem preconceitos. (ZILLY: 1993, 46)

O narrador não fica insensível à cena que descreve, envolto pela emoção estética (CANDIDO: 1981) não consegue descrever de modo realista a paisagem que observa, seu relato se apresenta pleno de sonoridade poética. Essa poeticidade, presenciada na obra, nos obriga a fugir de uma leitura sentimental, pois precisamos buscar o distanciamento necessário para não nos envolvermos nesse teatro:

À luz crua dos dias sertanejos aqueles cerros aspérrimos rebrilham, estonteadoramente - ofuscantes, num irradiar ardentíssimo... (...)E por mais inexperto que seja o observador (...) tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-subelevado de um mar extinto(...) (CUNHA: 1997, 27-28)

A descrição da paisagem do sertão traz algo entre o assustador e o sublime, em que a apresentação da flora sertaneja mostra a luta da natureza pela

manutenção da vida. O narrador nos informa sobre a vegetação como se estivesse pintando uma tela, onde o verde e o vermelho do deselegante e monstruoso cabeça-de-frade (p.54) dão um exemplo do paradoxo vida e morte no sertão. A chegada das chuvas surpreende o visitante, este, "pasmado, não vê mais o deserto" (p.55), a "flora tropical" (p.57) ressurgue numa "apoteose" (p.56). E o sertão vira um "paraíso" (p.58) até que os benefícios das chuvas desapareçam num imperceptível "ritmo maldito" (p.59), desenhando, novamente, a dura paisagem árida do sertão. Ao compreender essa constante contradição climática, o narrador percebe a luta e a vitória de algumas espécies vegetais que conseguem se sobrepor às diversidades climáticas: "E vivem. Vivem é o termo - porque há, no fato, um traço superior à passividade da evolução vegetativa..." (p.53). Em virtude disso, o martírio do homem sertanejo, com toda a sua dura beleza, é descrito de maneira poética, soando-nos como música. O narrador não pode esconder os efeitos emotivos que a visão da luta do homem do sertão pela sobrevivência lhe causa. Não é possível realizar uma leitura superficial da torturante vida sertaneja, o leitor, por mais frio e distante que se apresente, o leitor será sensibilizado pelo ritmo sonoro desta aparição. São imagens fortes, visual, sonora e emotivamente: "O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida. Nasce do martírio da terra..." (p.73).

A sensibilidade do narrador-observador é evidenciada quando ele se depara com a morte humana, até então só pressentida pela agressividade da paisagem, pela supremacia do sol escaldante. A fragilidade da vida humana se mostra frente a frente ao narrador, que consegue transformá-la num relato rico e emocionante: o que poderia ser exposto com horror se transforma numa descrição poética. Talvez essa passagem de *Os Sertões* seja um dos melhores exemplos das maravilhosas construções ficcionais utilizadas por Euclides da Cunha. A descrição inicia-se com a suposta presença de um soldado descansando à sombra de uma "quixabeira". Descobrimos a colocação, intencional, de uma pausa, recorrendo ao uso de reticências após a palavra "descansava"; esse procedimento

vai criar, segundo Antoine Seel, um "silêncio literário", representando uma abertura que leva o leitor a confrontar-se com a falta de limites, com a exposição da imaginação. O texto se mostra como um poema-pintura. Esta pausa, na qual o tempo faz sentir seu peso e beleza, nos prepara para a quebra da expectativa gerada, pois a seguir seremos surpreendidos com a figura de um soldado morto há três meses. Preparamo-nos, então, para os horrores da decomposição de um cadáver, entretanto nos deliciamos com pura poesia. Observemos o trecho mencionado:

O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão e protegido por ela - braços largamente abertos, face volvida para os céus - um soldado descansava.

Descansava... havia três meses.

(...)

Morrera no assalto de 18 de julho.

(...)

O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um fosso repugnante; (...)(CUNHA: 1997, 40-41)

Em face da riqueza descritiva desta cena, não presenciamos mais a habitual utilização de recursos ficcionais do jornalista Euclides da Cunha. Visualizamos um literato, lançando mão de construções ficcionais, mantendo um projeto estético em sua obra. A seqüência do trecho visto acima, evidencia nossa constatação:

E estava intacto. Murchara apenas. Mumificara conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão exata de um lutador cansado,

retemperando-se em tranqüilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme - o mais vulgar dos trágicos analistas da matéria - lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível. Era um aparelho revelando-se de modo absoluto, mas sugestivo, a secura extrema dos ares. (CUNHA: 1997, 41)

Como já afirmamos anteriormente, nas descrições não há elementos inanimados, em tudo há a ocorrência da vida. O narrador consegue perceber a pulsação da vida, mesmo perante um corpo inerte, apresentando a fusão da surpresa com a ruptura da surpresa. O soldado está morto, mas o observador vê vida à sua volta. De vítima, o nosso personagem passa a premiado pelo destino, que lhe poupa do enterro numa rasa cova aglomerada de corpos, premiando-o com a possibilidade de se tornar, também, um espectador da beleza natural do cenário descrito. A riqueza estilística das lacunas de silêncio, das rupturas de expectativas e das pausas, geradoras de surpresas, "conferem uma dimensão cósmica ao texto". (SEEL:1997) A escrita é confrontada com sua própria impossibilidade, não podendo mais descrever ou narrar, mas simplesmente sugerir: "Há três meses - braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes, para os luars claros, para as estrelas fulgurantes (...)". (p. 41)

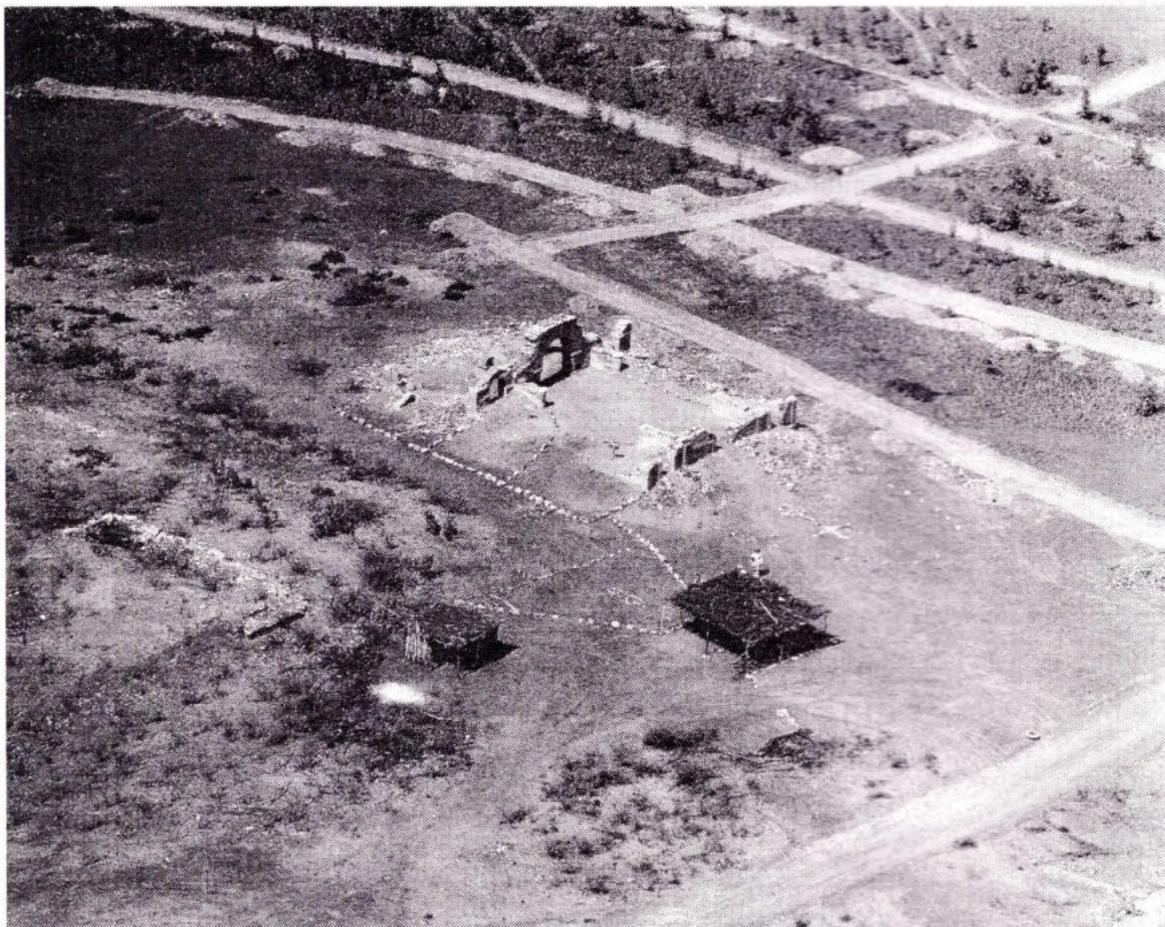
O narrador nos leva à vertigem diante do infinito e do sentimento indizível perante a presença concreta e não compreendida da morte. Há uma percepção do sagrado, como se o olhar do soldado morto nos revelasse bem mais do que somos capazes de entender. Talvez, por estar atormentado pela imagem da morte, o narrador a apresente de modo tão fascinante, mas que ao mesmo tempo se mostra repugnante perante a incapacidade humana de vencê-la. O narrador se mostra um espectador desse teatro móvel. Assim, como espectador, assistirá às cenas e atos dessa peça viva, utilizando as palavras cenas, atos, drama, tragédia, ao pé da letra, para descrever e narrar a dramatização, da qual participa como espectador e ator. E ao percebermos o confronto entre o observador e o encenador, descobrimos

alguém que se emociona e denuncia. Em decorrência dessa dupla existência surge um texto que "vibra com a paixão do espectador e do ator"(SELL: 1997).

Dessa forma, concluímos a primeira parte de nossa leitura, considerando Euclides da Cunha o poeta do conflito. Seja o conflito do pensador, do homem da ciência, do observador, do teatrólogo, ou do ator, mas, principalmente, o conflito do escritor no momento da construção da obra, resultando esta numa rica construção literária, na qual a linguagem transforma as descrições e narrações em cenas, como se das páginas do livro brotassem quadros com cores fortes. Pena que para muitos a leitura de *Os Sertões* seja encarada como uma longa e cansativa empreitada, ao invés de ser tratado como uma viagem, na qual pode-se fazer descobertas incríveis, acompanhada por poesia, música e encenação.

Bibliografia

- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CACASO, Velório do Conselheiro (Bumba-meu-santo). *Inimigo Rumor*, Rio de Janeiro: 7 Letras, nº 8, p. 05-19, maio, 2000.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, 2v.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Campanha de Canudos. Edição crítica de Walnice Galvão. São Paulo: Ática, 1998
- _____. *Os Sertões*. Campanha de Canudos. 38ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- LISPECTOR, Clarice. *Um sopro de vida*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- SAINTE-BEUVE. *Qu'est-ce qu'un classique?* (1850). *Causeries du lundi*. Paris: Garnier, 1874-1876. T. XV. 15v.
- SEEL, Antoine. "Reflexos da literatura francesa em Os Sertões". Trad. SILVA, Manoel Roberto Fernandes da. *Gazeta do Rio Pardo*. Suplemento Euclidiano. 09 de ag. De 1997. p. 02.
- ZILLY, Berthold. "A Guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja em Os Sertões, de Euclides da Cunha. Da Crônica à ficção". In: CHIAPPINI, Ligia & AGUIAR, Flávio Wolf de, *Literatura e História na América Latina*. Seminário Internacional, 9 a 13 de setembro de 1991. São Paulo: USP, 1993. Cap. 2. . 37-47.
- _____. "A reinvenção do Brasil a partir dos sertões. Como Canudos é a quintessência do sertão, e o sertão a quintessência do país, o livro de Euclides da Cunha "é" o país, ele reinventa o Brasil, contribuindo para a idéia que a nação tem de si mesma". *Humboldt*, nº 80, ano: 2000. p. 44-51.



Igreja de Santo Antônio da 2ª Canudos, concluída em 1939, ressurgiu das águas do Açude Cocorobó.

FOTO: NILTON SOUZA

FONTE: ARQUIVO DO CEEC/UNEB

• C
ro ma
Expedi
pela V
c o m e
center
edição
Euclide
2002.

** C
ensaio
Moreir
e Car
Bahia
Vagal
saga g
Cham:

* Capítulo inédito do romance *A Quinta Expedição* a ser lançado pela *Vozes* quando das comemorações do centenário da primeira edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 2002.

** O autor já publicou os ensaios: *O Treme-Terra-Moreira César*, *A República e Canudos*, *Lampião na Bahia*, *Uauá-Terra dos Vagalumes* e o romance da saga *garimpeira Cristais em Chamas*.

CORTEJO DE DESVENTURADOS *

Oleone Coelho Fontes**

A povoação sagrada reedificada por Antônio Conselheiro apruma-se no coração de mosaico de trilhas que a ligam aos mais longínquos pontos da Bahia e estados brasileiros. Pelas estradas de Uauá e da Canabrava chega-se ao rio São Francisco, a Juazeiro na Bahia, a Petrolina em Pernambuco, ao Nordeste, ao Norte, ao Sul do país. As estradas do Cambaio e do Calumbi são eixos de junção usual e cotidiana com Monte Santo, através das quais se pode continuar até a ferrovia, em Queimadas. É pela estrada do Rosário, cruzando pelo Cumbe, que se tem o ensejo de prosseguir até Tucano, daqui para Alagoinhas, Serrinha e capital do Estado. A estrada da Santíssima Trindade, também alcunhada de Sagrada ou do Cascudeiro, interliga dois solos santificados o Belo Monte e Massacará. A estrada de Jeremoabo possibilita habitantes destas quadraturas continuarem em jornada para o litoral, via capital do Estado de Sergipe. Pela estrada da Várzea da Ema cristãos do Capim Grosso, às margens do grande caminho aquático da civilização brasileira, vão dar no Belo Monte. Ou deste retiram-se.

Tais veredas, após as primeiras vitórias das armas jagunços sobre as milícias republicanas, sobretudo em seguida à Expedição Moreira César fevereiro, março de 1897 -, a terceira enviada para exterminar o povoado rebelde, converteram-se em vias-sacras atravancadas de miserentos peregrinos. O deslocamento abalou e desestruturou o equilíbrio urbano e rural dos sertões do trato em tela, deixando inúmeras cidades, vilas e povoações na quase totalidade despovoadas, entregues aos urubus, gaviões, carcarás, raposas e bichos outros igualmente famélicos.

Magotes de homens, mulheres, crianças e animais atulharam estradas, atalhos, sendas, veredas, trilhas e picadas que deságuam na Meca do iluminado

pescador de homens, na qual esperavam achar refrigério para o espírito, garantia de vida eterna no Além, abastança de cuscuta e leite para as entranhas, alento para martírios, privações e angústias do dia a dia. Levavam, como podiam, apetrechos em baús, cestos, mochilas, balaios, canastras, malas, sacos de couro, surrões, bisacos e bornais em carroças, equilibrados na cabeça ou pendurados nas costas, criancinhas escanchadas nos quadris, quando não cabiam nos caçuás ou se choramingavam ao serem colocadas nos carros-de-bois.

Se tivesse perambulado por outros sítios, como exigia sua insaciável fome de conhecimento por temas esquisitos, o professor T. O. Beebe teria testemunhado uma das grandes migrações humanas registradas pela História da Humanidade. Comparável, grosso modo, ao êxodo dos judeus de que fala a Bíblia e à movimentação de nordestinos para a Amazônia e Sul do país nas corridas respectivamente para os seringais e fazendas de café de São Paulo.

Préstitos de miseráveis, vítimas, todos eles, de dolorosos padecimentos, esperançosos de um revertério miraculoso, despojavam-se de seus bens e metiam as alpercatas na estrada, não importavam condições e qual a distância de seu burgo, até a cidade sacrossanta, entoando preces, benditos, ladainhas e excelências para mortos e sepultados em toda a extensão da marcha.

Teria entrevisto almocreves (também chamados recoveiros, tropeiros e bufarinheiros, levando seus arrieiros e tangerinos), com os caçuás dos burros frugais em mercadorias, ciganos (fazendo a troca de vida errante e construída de embuste e rapacidade pelo sedentarismo virtuoso), mercadores ambulantes de fumo de corda, ex-senhores de engenho falidos com a abolição do elemento servil, traficantes de armas para chefes jagunços procedentes das Lavras Diamantinas (à procura de novos mercados), pescadores do rio São Francisco (com suas redes, tarrafas, anzóis, grozeiras, linhas, varas, cofos e talas), aspirando encontrar no Vaza-Barris réplica em miniatura do clássico caminho fluvial

sertanejo, mocambeiros, vaqueiros, capatazes e administradores de latifúndios (inconformados de receber, em pagamento, um quarto da produção, relegando propriedades ao abandono, animais à inanição e à verminose, patrões ao Deus-dará), passadores (homens de confiança de boiadeiros, encarregados de comercializar o todo ou unidades), caixeiros-viajantes (ou cometas), carroceiros, contrabandistas de aguardente, vinagre e drogas farmacêuticas, artistas de circos decadentes, cegos, aleijados, vítimas de congestão cerebral e paralisia infantil, em cadeiras de roda, carregados em bangüês e tipóias, portadores de doenças oriundas da picada do barbeiro, coxos, mancos, tortos, alcoólatras, leprosos (marginalizados em pequenos grupos, ocultos por grandes chales e capas coloniais, mães de meninos sadios temerosas pelos filhos, farejados pelos emissários de papa-figos), doentes de elefantíase (portadores de enormes úlceras expostas, exibindo-as, perseguidas pelas moscas; feridas e esfoladuras purulentas pelo contágio com a poeira), esperançosos, todos eles, de serem curados pelo milagroso Santo Antônio Aparecido (receiosos porém do futuro, pois se lhes fossem saradas as deformidades, curados os aleijões, perderiam sua única e básica fonte de renda), cantadores, violeiros (de viola, óculos, chapéu quebrado na testa, espingarda à tiracolo, em forma da canga), repentistas e fogueteiros (felizes porque levavam alegria a almas desesperançadas), saltimbancos, falsos farmacêuticos (agentes da morte de pacientes que usaram falsas drogas e falsas fórmulas), mágicos de feira, prestidigitadores, meretrizes, lésbicas e homossexuais (arrepentidos umas e outros, determinados a mudar de vida, constituir família, criar filhos, ajustar-se socialmente), clérigos sessentões possuídos pelo demônio meridiano (afundados na depravação, na corrupção e na luxúria) vendilhões de indulgência, propensos a confessar pecados a um beato (não considerando a decisão desobediência a preceitos eclesiásticos porquanto Jesus, também Ele, fora um beato), praticantes de bestialidade, ex-cangaceiros militantes das hostes de Jesuino Brilhante (escapados da Justiça, torturados pelo remorso já que não foram chamados a pagar pelas atrocidades praticadas), fugitivos de penitenciárias, pedreiros, carpinteiros e mestres de obra (dispostos a

fornecer de graça sua experiência profissional para que Antônio dos Mares continuasse na faina de reformar e construir templos, cemitérios, aguadas), ermitães (cujas túnicas encobriam cilícios das auto-mortificações que lhes vincaram o corpo, portando santos crucifixos e imagens da Virgem Maria pendurados no pescoço), jagunços de aluguel, proxenetas, praticantes da magia negra, anacoretas (que viveram anos no interior de grutas e cavernas em familiaridade com animais ferozes e peçonhentos, alimentando-se de folhas e raízes, barbas cobrindo-lhes o umbigo), andarilhos desnorreados, oleiros do Recôncavo, epiléticos (ansiosos por libertarem-se dos ataques de gota-serena), portadores de doenças não classificadas pela Medicina (em busca das maravilhas curativas manipuladas por Manuel Quadrado, o medicastro do Belo Monte), herbanários, prestamistas (promotores de sem-número de clientes levados à pobreza e ao suicídio), caçadores, parteiras, amansadores de animais brabos, lenhadores, cambiteiros, donos de espelunca (agentes de óbito de viciados no álcool desdobrado), sicários (com o número de fuzilados assinalados, a canivete, na coronha do bacamarte), membros de irmandade auto-flagelante de Juazeiro da Bahia (vincados de sangue pisado dos açoites dos látigos de ponta de ferro no tórax e nas costas), ex-barões, ex-viscondes, ex-conselheiros e ex-comendadores da Monarquia (caídos em desgraça com o advento da República, saudosistas, procurando refúgio no Império do Belo Monte, onde espreitavam viver compensados pela perda dos títulos e das excelências usufruídos nos tempos da nobreza e da fidalguia), vigaristas, quiromantes, pais-de-santo, estelionatários, adúlteras e adúlteros, falsos e piolhosos beatos e conselheiros que não vingaram (suas prédicas e conselhos não convenceram), adivinhos, aguadeiros (calças arregaçadas, tangendo jumentos, nas cangalhas dos quais, pendurados em ganchos, rangiam carotes), ex-remadores de barcos que singram as águas do São Francisco (exibindo tumores crônicos no ombro, de anos ali apoiando o remo), maquinistas de locomotivas maria-fumaça, calceteiros, carpideiras (antevendo o ensejo de ganhos promissores, já que imensa a quantidade cotidiana de óbitos em Canudos), tocadores profissionais de harmônica, rabeça, concertina e gaita de

taquara, contadores de estórias de Trancoso, benzedores, rezadores, mezinheiros, pitonisas, indígenas das reservas de Abaré, Massacará, Natuba, Mirandela, Banzaê e Rodelas (praticantes de canibalismo, indo confessar ao Senhor do Bonfim terem devorado, na guerra e na paz, maior número de prisioneiros inimigos do que o de habitantes existentes no sacro povoado), desertores da Força Pública, Marinha e Exército, coveiros de cemitérios (useiros e vezeiros na prática de necrofilia), curandeiros e curadores de rastro (cuja rezas fazem cair bicheiras de animais), possessos, encomendadores de alma (de cogulas brancas usadas à meia-noite, guiados por grande cruz, zanzando pelo mato, entoando jaculatórias, cópias fiéis de almas penadas, assombrando família), numerologistas, surdos-mudos, velhacos, rábulas, pedristas, garimpeiros (das lavras e ferrovias), cassacos, impostores, fundadores de seitas (fracassadas nos primeiros cultos), ex-escravos denominados Treze de Maio e Carijés assim como negros egressos dos quilombos de São Tomé e Laje dos Negros (Campo Formoso) e Lagarto (Vila Nova da Rainha), bandidos façanhudos (em companhia de suas ex-vítimas estigmatizadas no rosto com ferro em brasa, arrependidos e perdoados), ourives, magarefes, artífices, trapaceiros, falsos apóstolos, falsos profetas, santeiros, calafates, papa-defuntos (tábuas de caixões empilhados em carroças e que, em alguns minutos, são armadas com apenas uma dúzia de marteladas), guarda-freios, rbdomantes, pagadores de promessa (gemendo ao peso de desproporcionais madeiros, pontilhando caminhos com suores de sangue), maltrapilhos e esfarrapados, perjuros, biltres, menstréis errantes que, à noite, retiravam a viola do saco, repinicavam ponteios chorosos que alentavam tanto quanto cavavam fundo saudades em corações compassivos. Enquanto isso, fornicadores, ralando-se de lascívia, tiravam partido das sombras a fim de praticarem atos condenáveis como felação e cunilínguas, despedindo-se de mundo depravado, prestes a ser deixado para trás quando arrojassem a carcaça no venerável arraial onde a norma é a reverência aos canônes da família e da cristandade imposta pela decência de um austero demiurgo...

Os flagelados implantavam terror onde quer que armassem suas tendas, de preferência próximas a rios, aguadas, caldeirões e aglomeramentos urbanos. Não pediam, exigiam esmolas, donativos e rancho e quando súplicas, dádivas e acolhidas eram recusadas, passavam do rogo à rapinagem: assaltavam, saqueavam, depredavam, ateavam incêndios em casebres, casas, cercados, currais, chiqueiros, mobílias, matavam, destruíam. À menção de que se aproximavam era razão de comunidades inteiras abandonarem lares, ocultarem-se no mato, nas tocas, encarapitar-se nos pés e picos de serra, carregando trecos, cacos, tralhas e cacarecos. A fuga era pretexto para vingança. Quando as famílias retornavam, viam-se obrigadas a reconstruir tijolo por tijolo o que vândalos endemoninhados botaram abaixo sem dó nem piedade.

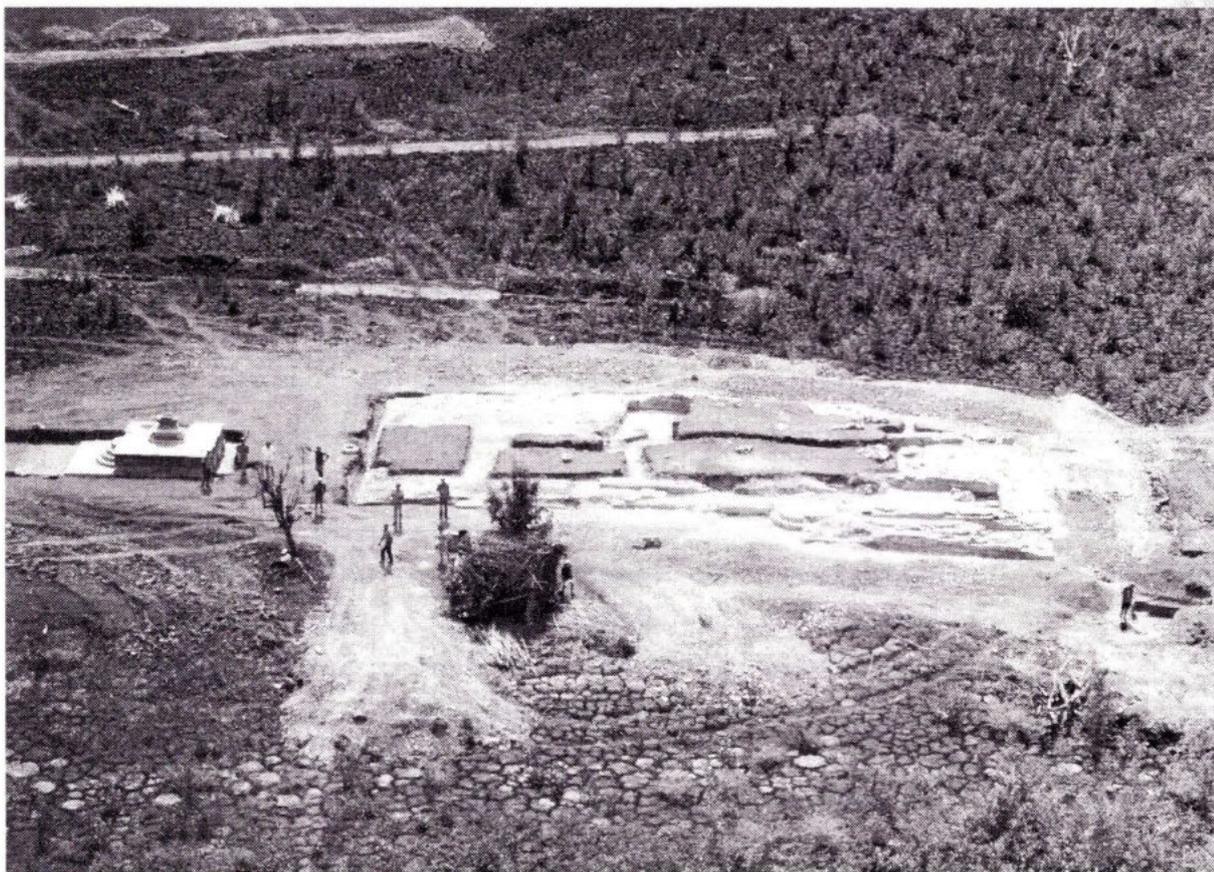
Ao abandonarem os pousos, hordas de esmolambados deixavam atrás de si rastilhos fétidos e pestilentos, rescaldos de fogueiras, fezes, urina e sangue de menstruação mesclados com trapos emporcalhados, carroças e carros-de-bois inutilizados, redes e vestes em frangalhos, carcassas e ossos de animais abatidos, detritos de alimentos, frandulagens. Os espojadores eram invadidos por baratas, ratos, formigas, muquiranas, moscas varejeiras, cães, porcos e raposas esfaimadas. Urubus adivinhando carniça desciam em queda livre, das alturas, asas semi-fechadas para mais rapidamente atingir os despojos, voracidade que redundava em brigas e esporçadas em grupo, apesar da fartura de matéria em putrefação.

Mortos povoavam os sertões de rústicas cruces de madeira, umas cuidadosamente dispostas, outras talhadas às pressas, desmanchadas às primeiras lufadas. Caminhantes benziam-se e faziam o pelo-sinal diante de tantos braços abertos, pequenos Cristos acenando e pedindo conciliação e solidariedade para mundo edificado sobre pilares da depravação e da desonestidade, de que somente escapariam os que se asilassem debaixo do sambenito do monge do Belo Monte.

Dia e noite procissões de paupérrimos, dignas de misericórdia e compaixão, emitiam rogos, queixumes, choros histéricos, gritos de injúria, pedidos lamurientos, os esfaimados catando na areia quaisquer sementes, restos ou grãos, raspando tudo devorável com unhas crescidas, ciscando monturos de terra seca e paupérrima. Trevas davam lugar a abjeta promiscuidade não sendo poucos os casos de adultérios e incestos que redundavam em lutas e assassinatos e mais cruces. Donzelas eram arrastadas para os ermos e violadas no escuro não reconhecendo o profanador e muitas chegaram prenhas ao arraial santo, abarrotadas de carrapatos e picadas de insetos.

Surto de sarna deixou corpos de flagelados em carne viva, coçando-se sem tréguas. Bichos-de-pé foram também motivos de óbitos pois redundaram em gangrenas e inchações de pernas já por si tão inchadas, contribuindo para que os sertões adquirissem o aspecto de imensa necrópole.

A mais fria assassina foi a cólera. Ainda bem, comentaram os jagunços, do contrário não se tinha como albergar peregrinos aos milhares, vindos de terras a respeito das quais em Canudos jamais se escutou mencionar. Cavalos mortos, ossadas e couros de boi, cabras, bodes, carneiros, ovelhas e caças abatidas, rodas soltas de carroças e carros-de-bois, pés avulsos de chinelos, sapatos e sandálias, pedaços de lona e tecido, obstruíram estradas e infestaram a atmosfera sertaneja de fedentina que durava meses para ser extinta a despeito de faxina levada a cabo em mutirão pelos prejudicados, quando outras levas de desventurados...



O cruzeiro e os alicerces da Igreja Velha ou de Santo Antônio, situados na outra extremidade da praça de Canudos, ressurgem no fundo do açude seco.

FOTO: NILTON SOUZA

FONTE: ARQUIVO DO CEEC/UNEB

DOS CAMPOS DE PEDRA: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA DE CANUDOS

**Departamento de Antropologia e Mestrado em Sociologia/UFBa*

Edwin Reesink*

Em 1897, um jovem holandês de menos de vinte anos retornou ao seu trabalho, no interior da Bahia, no que denominou de "os campos crus" (Verschuur: 13). Os campos em questão consistiam das áreas no interior bahiano aonde se garimpava pedras semi-preciosas e preciosas crus. O jovem Nicolaas Verschuur e um companheiro se fixaram na região da Caetité, representantes de uma firma de Amsterdam interessada num fluxo regular de todo tipo de pedra para a lapidação e venda na matriz. Chegaram na metade do ano, depois de uma longa e cansativa viagem de tropa de burro em que levaram consigo toda espécie de material, ausente nos pontos de venda precárias de uma região ampla, desde utensílios de cozinha, remédios, e até uma lampada que não produz uma fumaça inconveniente. O "cru", no sentido de não lapidado das pedras, se refere, não estando claro se intencionalmente (mas, dado seu senso de humor, é provável), ao estado "não polido" da sociedade e natureza, bastante afastado das benesses da civilização. Num outro sentido, como observa o organizador do volume das cartas mandado pelo jovem, todo o Brasil constitui um um campo cru, ou seja, um material cru para suas cartas do Brasil (Willemsen em Verschuur: 11). De 1897 até 1902, o holandês mandou sessenta cartas, que foram publicadas num jornal na Holanda e umas quarenta foram selecionadas para a atual coletânea, sendo a maioria sobre o Brasil e uma parte menor sobre outros países da América do sul.

As cartas relatam eventos ocorridos na vida cotidiana, sendo o pivô, naturalmente, tudo que afeta ao estrangeiro, seu companheiro e suas atividades decorrentes do empenho comercial. Evidentemente, o ambiente natural e social do interior da Bahia se afastava em muito de um clima marítimo holandês e uma

cultura bastante marcada pelo protestantismo e, portanto, as diferenças existentes foram facilmente percebidas e apresentadas para os leitores do diário. Tal distância, porém, não redundou numa atitude fortemente condenatório do ambiente social diferenciada. Apesar de discordar, note-se, na maioria dos casos, uma certa tolerância e senso de humor para com os costumes estranhos brasileiros, geralmente contando-se os acontecimentos num modo mais para um understatement, com leve ironia, do que de uma rejeição completa. Na verdade, trata-se de uma pessoa tranquila que narra suas histórias sem exageros, sem maiores rodeios, sem floreios e sem pretensão nenhuma de escrever literatura, somente pretendendo oferecer ao leitor uma janela para uma vida em condições não conhecidas na Holanda. Assim, sua prosa é clara e concreta, além de que, embora, como não pode deixar de ser, evidencia seus pontos de vistas civilizatórios,, muito simpático, humanista e humano para com os brasileiros com quem conviveu (a não ser no caso de excessos). Fez lá, como diz o organizador do volume, realmente sua casa (Verschuur: 10).

As suas observações, de um morador 'viajante', adquirem, dessa maneira, um interesse sociológico. Como começou suas reportagens no ano da Guerra de Canudos -- ajudado pelo fato de não ser mais novato na região--, era inevitável que o grande acontecimento aparecesse no seu relato. Após descrever a viagem e a instalação numa boa casa (sem piso, janelas ou mobília confortável), o autor comenta a ausência de padrões alimentários europeus da cozinheira e a ausência de outros estrangeiros. Caracteriza, então, o povo:

"O povo é muito supersticioso, eles se satisfazem com um salário extremamente parco, o número incontável de dias santos é, para eles, uma razão agradável para esperar, num descanso santo, o próximo dia santo. Um homem que empreende alguma atividade durante três dias da semana é uma mula de trabalho" (Verschuur: 14; todas as citações são traduções minhas).

Depois de descrever o povo nos termos que mais chamam atenção para a ética de trabalho holandês (fé e trabalho), mas que deve ter fundamento empírico, continua sua apresentação ao apontar a riqueza mineral da região e o fato que todo mundo lhes trazem toda espécie de pedra para vender, gerando a alegria das crianças quando algo aproveitável é comprado. Ou seja, condições para seu trabalho de comprador existem e justificam sua presença 'em campo'. Mas, então, depois da economia e influência religiosa sobre este, surge o político e, logo, Canudos.

"A situação política aqui na província da Bahia é extremamente confusa, os ânimos estão muito exaltados, neste momento em que as tropas do governo não conseguiram, até hoje, submeter o demagogo religioso Antônio, que arrebanhou milhares de homens e mulheres. A população vê em Antônio Conselheiro, que, afortunadamente, fez seu quartel-geral em Canudos, muito longe daqui, um ser sobrenatural e, várias vezes já, quando eu ouvia, sacodindo a cabeça em sinal de descrédito, relatos de todos os milagres deste apóstolo, as mulheres se dirigiram a mim: E quem sabe se o Conselheiro não é o Santo Antônio" (frase em português no original; Verschuur: 14).

O autor não era fã de que considerava atitudes extremistas, nem de uma religiosidade extremada e lardeada de milagres, numa postura de uma religiosidade menos dada as intervenções imediatas do Senhor no cotidiano. Mas, observe-se a sua honestidade quanto à reação das mulheres quando manifestava sua opinião. Documenta, portanto, que a fama de Antônio Conselheiro se espalhou muito longo pelo interior da Bahia. Até no sudoeste baiano, várias centenas de quilômetros a população, sem dúvida por meio de boatos e informação passada de boca em boca e por viajantes, firmou a idéia de ser uma pessoa com 'santidade', possivelmente até sendo o próprio santo do seu nome. O conceito de santidade que se exprimia nas conhecidas expressões Bom Jesus Conselheiro, uma certa identificação popular com Jesus, aqui, no final de um longo processo de transmissão de informação, se expressa numa outra variante.

Variante aliás que evoca apelidos aparentemente mais comuns no início de carreira do Conselheiro, ou seja, Santo Antônio dos Mares ou Santo Antônio Aparecido. Evidencia-se, de qualquer modo, como o povo no interior participava de uma mesma religiosidade e considerava seriamente os milagres atribuídos e a santidade possível de um ser humano que se destacava por estas qualidades excepcionais. O que se pode presupor como longas linhas de transmissão de boatos, e os relatos do autor frisam as dificuldades e a lentidão das viagens no interior, terminam por disseminar informações diversas, algumas totalmente distorcidas, mas dadas como verdadeiras:

"Numa cidadezinha vizinha, uns trinta quilômetros daqui, fiquei sabendo que Antônio nasceu numa família rica na província de Pernambuco. Ele casou muito cedo, muito contra a vontade de sua mãe despótica, com uma moça pobre. Já que sua mãe tinha-lhe destinado a uma jovem senborita rica, ela matou a moça pobre. Antônio virou louco de tristeza, se vestiu de um hábito de monge e vivia como eremita em regiões inacessíveis. Após alguns anos, ele apareceu de novo, se apresentou como apóstolo, proibiu de pagar impostos e congregou milhares de seguidores em torno de si" (Verschuur: 14).

Pernambucano, rico, casado muito cedo com uma moça pobre, a influência da mãe e a sua oposição ao casamento, favorecendo um casamento arranjado, o assassinato da esposa, tudo isso são ingredientes de um mito de origem e não exatamente os 'fatos' estabelecidos para a vida do Antônio Maciel. A história é uma variante da narrativa bem mais conhecida que atribuiu a morte da mãe ciumenta ao próprio Antônio. Aqui, a oposição entre rico e pobre, mais, entre famílias de níveis diferentes fundamenta um conflito entre a lógica de reprodução social de classe e sentimentos românticos individuais. Como num conto tradicional, o rico casa com a pobre mas a lógica familiar, expressa no seu símbolo focal, a mãe (tida como a guardiã da família e de sua reprodução), impede um fim feliz ao apelar pela violência (violência, aliás, endêmica no sertão e ligado, de fato,

aos conflitos entre famílias, como demonstra o autor e a luta dos Macieis em Ceará). Bloqueado numa trajetória normal de 'homem de família', a tristeza do Antônio causa seu afastamento de todo contato social. Um renunciador, nas palavras de Da Matta, na visão imaginado do povo de sua carreira, em que o Antônio se distancia completamente do mundo social comum, passando um tempo fora da sociedade cotidiana. Nisso, o tempo na margem remete ao símile óbvio dos profetas, Jesus, os eremitas cristãos e certos santos. O tempo de eremita no deserto o credencia para resurgir transformado, um outro homem, uma pessoa que não é mais o que já foi mas que se aproximou de Deus ao se afastar das relações sociais. Agora, imbuído dessa santidade, ele proclama sua nova condição ao ser apóstolo¹. Metáfora, aparentemente, mais do vocabulário de Verschuur, mas que transmite a essência de ser considerado uma pessoa com uma relação privilegiada com o sobrenatural, além da condição humana comum. Na verdade, nesse retorno à sociedade, a história capta claramente que a volta implica numa nova inserção social que ultrapassa a renúncia. Um exemplo de vida, no sentido da vida cristão mais ampla, que o autoriza de se pronunciar sobre todos os aspectos da vida social: uma postura que, numa determinada situação social lhe faz proibir pagar imposto. No caso, no resumo da história, a proibição reflete, como sinédoque, a autoridade religiosa geral. E, ainda muito resumidamente, de fato, foi depois dessas intervenções na vida social mais ampla que o Conselheiro acabou por acumular milhares de seguidores.

1-Sabemos que o Conselheiro negava um estatuto sobrenatural diferenciado e nunca se apresentou como sendo um santo ou um apóstolo em sentido restrito. Por outro lado, de forma semelhante ao processo legitimador desta história, se sentiu de algum modo uma autoridade religiosa que via como sua tarefa chamar a atenção dos cristãos para a verdadeira vida católica. Nesse sentido, se aproxima de um profeta, alguém com relação privilegiado com Deus e com a autoridade para ser chamada a corrigir os erros da vida social de sua época. Ser chamada de "Meu Pai Conselheiro" traduz sua atitude de possuir autoridade suficiente, 'paternal', para sua missão de pregar a modalidade correta da vida do cristão.

2-E, portanto, como já disse anteriormente, instaurar um regime religioso particular em Canudos, o que chamei de um regime de salvação, por ser esta a meta principal de uma vida regrada pelas injunções cristãs católicas (Reesink)

A história reportada confirma, numa sequência compreensível, a lógica simbólica que fundamenta a autoridade do Conselheiro². Nessa carta, o autor fecha suas observações dizendo que é um mistério como, "nesse país fanático supersticioso", as coisas terminarão. Desde que nenhum seguidor se perde e visita sua vizinhança, contando milagres ainda mais espantosos, ele acredita que na sua região tudo permanecerá calmo. Leve ironia mas com certeza, também, alívio para conduzir seus negócios. A carta foi publicada em 19 de julho 1897, e deve ser escrita em média três meses antes, talvez, então, pouco antes da derrota de

Moreira César. A próxima carta, de 27 de setembro de 1897, deve ser escrita, então, em torno do fim do mês de julho, início de agosto, abre com notícias da quarta expedição:

Aqui está perfeitamente calmo; mesmo assim, a população permanece continuamente em tensão. Ainda que os poucos jornais, aqueles que chegam aqui, anunciaram que o Conselheiro foi derrotado perto Canudos, há dúvidas aqui sobre o fato se esta derrota tenha sido tão completa.

O general Artur Oscar saiu com três brigadas para enfrentar o inimigo; ele dispôs, além disso, de 3 metralhadores, 8 canhões Krupp e 1 canhão de calibre 32. Nos últimos dias de junho o Conselheiro ainda conseguiu capturar 26 cargas de farinha e milho; o batalhão que fazia a frente foi decimado. Na ofensiva subsequente tomaram Canudos. Pelo que parece, os eventos foram extremamente sangüinários, mas o Conselheiro parece ter feito um movimento circundante e ter ocupado as montanhas em torno, fazendo com que general Óscar e seus dez mil homens ficassem presos como numa ratoeira. Assim, pelo menos, se conta aqui, acrescentando que, nestes dias, 3 batalhões foram mandados para ajudar ou liberar o general Óscar" (Verschuur: 19).

Algumas informações mais precisas devem ter como fonte aqueles jornais que conseguiram chegar nesta região afastada, e com demora considerável. Depois as observações são postas no condicional, parecem ser mais inferências e boatos do que informação oficialmente liberada, tais como nos jornais censurados. Assim, o general tomou Canudos, mas, ao mesmo tempo, com todo seu poderio, ficou numa armadilha e em situação precária. Neste momento pode ter havido certa confusão sobre a "tomada", já que as notícias oficiais demonstravam otimismo e o morro defronte de Canudos ocupado, com algumas linhas chegando ao perímetro das casas. No entanto, sabemos que, realmente, a chegada da coluna vinda de Aracaju foi providencial para a situação periclitante do general Oscar e é isso que os boatos refletem. É interessante, aliás, porque comprova que o bloqueio de informações censuradas não obteve sucesso total,

3-Embora, militarmente, a ocupação do terreno da outra coluna conferia uma vantagem inconfundível e somente uma razão ponderante pode ser a causa do seu abandono. Os militares nunca admitiram com muita boa vontade e isenção seus erros e dificuldades.

mesmo longe do teatro das operações: o general mesmo sempre negou, posteriormente, que a sua situação chegou a ser insustentável e que precisou dos reforços da outra coluna para aliviar suas posições³. As outras batalhões mencionadas bem poderiam ser a brigada Girard, reforços substanciais efetivamente necessárias.

O resto da carta descreve festa de São João, contando, por exemplo, sobre a atuação dos graúdos do local. A carta seguinte ele pinta um retrato rápido da Bahia, sobre clima, ambiente, gente (índios, negros e outros selvagens desconhecidos não civilizados), a falta de educação formal (analfabetismo) e a hospitalidade generalizada de todo o povo. Nota, em particular, o catolicismo profundo, a importância da peregrinação para Bom Jesus da Lapa e como circulam histórias religiosas e sobrenaturais. "Cotidianamente ouve-se de eventos de espécie estranha, milagres inacreditáveis e aparições curiosas de espíritos" (Verschuur: 25). Com pouquíssima educação formal e informação muito precária sobre o resto do mundo, o autor ressalta um episódio que comprova uma maior impressionabilidade (naïve) e, sem dizer isso claramente, parece sugerir que isto se relaciona com uma religiosidade que parece de uma supersticiosidade fanática infantil. O testemunho, mesmo crítico, não deixa de elencar fenômenos desta natureza com certa exatidão e, de qualquer forma, evidencia como toda a sociedade está impregnada pela religião.

A carta seguinte, publicada em 22 de dezembro, abre com a notícia mais importante, o fim da Guerra:

"Vitória! Vitória! Canudos caiu.

Ultimamente, começou a ficar unheimisch aqui⁴; começou a faltar víveres. Tudo estava sendo comprado para o exército. Ainda que não exista o perigo de uma onda de fome, mas os preços dos víveres subiram enormemente. Farinha, que três semanas atrás ainda estava à venda com 160 litros por 5 milréis, está custando agora 12 milréis. Milho,

4-"Unheimisch" está no original e significa uma expressão, em alemão, que se refere a uma situação que parece irreal, a uma qualidade de estranhamento da realidade cotidiana.

que costuma custar 6 milrêis, agora está por 18.

Já que existe uma boa possibilidade de os preços ainda vão subir mais, adquirimos comida para nós e nossos cavalos para alguns meses e, agora, temos suficiente farinha, feijão, arroz e milho para aguentarmos. Agora que Canudos caiu, depois de alguns meses os preços, provavelmente, vão baixar de novo" (Verschuur: 30).

Para uma pessoa prática e refratária ao que considera excessos fanatismo religioso, os efeitos da Guerra de Canudos se fazem sentidos principalmente no nível do econômico e o ambiente social que afeta suas atividades costumeiras. O efeito da Guerra se deu em especial sobre o mercado de produtos agrícolas, das necessidades primárias da comida cotidiana, o que, provavelmente, causou certa dissatisfação numa população tão afastado do centro do conflito em que não parece estar envolvido de um modo muito engajado. Pelo menos, apesar das observações lacônicas, o autor não se refere ao partidarismos, contra ou a favor, mesmo que a história analisada favorece uma interpretação de que havia certa aceitação da santidade do Conselheiro. Também, não há nenhuma menção ao monarquismo ou ao contra-propaganda do 'perigo à jovem República'. De fato, ao rever todas as observações, ao seu ouvido só chegaram motivos religiosos para a rebelião, incorporando aí a recusa de pagar imposto (que indica uma causa mais econômica mas pouco significativo para um levante inteiro). Pode ser a inclinação do observador, mas também pode haver certa indiferença a um conflito tão distante, mesmo que potencialmente uma simpatia a um possível santo e contra os atos de um governo, que não brilha por eficiência nos relatos do autor, e que não parece ter sido visto com tanta simpatia. No final, ele termina afirmando que:

Quando chegou a notícia oficial do sucesso longamente esperado do governo, via-se caras alegres em todo lugar. As últimas lutas devem ter sido extremamente sangüinárias. Antônio Conselheiro foi morto, seu cadáver foi achado numa floresta, fotografado e, com isso, se provou certa e seguramente que, para sempre, o levante foi vencido. Vamos esperar que vamos, por enquanto, estarmos livres dessas pecuinhas

interiorianas; mas, como essas pessoas, com essa calor com que convivemos agora, conseguem lutar, para mim é um mistério.

É de desfalecer" (Verschuur: 30).

A alegria generalizada parece mais de alívio do término de uma luta tão prolongada e que afetou a vida no sentido negativo. Pelo menos, Verschuur mencionaria festas em nome da República na sua região, já que sistematicamente participava (e é convidado para tal) nos eventos públicos. Além disso, a ausência é significativo porque havia muitas festas e comemorações, a grande maioria religiosas. Além dos diversos efeitos negativos, o prolongamento da luta, a propaganda oficial e a distância do teatro de operações, podemos supor que os boatos paralelos tenham diminuído em frequência e conteúdo informativo na medida em que avançava o cerco da Guerra. Sente-se transparecer do relato que a relativa simpatia, nesta região muito distante (para os meios de viagem da época), não causava o mesmo fervor que no sertão de Canudos -- não há menção de gente que migrou para lá --, mas, em compensação, que a alegria do fim da Guerra também não entusiasmava em nome de uma República e o término de um regime religioso do Conselheiro. Para o autor, afora o mistério de lutar num calor a que regularmente se referia, a interferência no seu trabalho pesou, embora até o organizador do volume achou necessária uma nota para explicar que o Conselheiro não foi achado numa floresta e ele se pergunta se a descrição como "picuinhas" de uma Guerra de milhares de pessoas era devida ao understatement ou à precariedade das notícias (Verschuur: 209).

Verschuur narrava muitos episódios da sua vida cotidiana ou das aventuras de suas viagens. Destacam-se nos seus relatos a força da religião, a calamidade das secas (tudo girando em torno de água), a pobreza bastante generalizada (a seca deixando os fazendeiros totalmente empobrecidos), a população bem rarefeita dentro de um meio-ambiente não muito degradado e as distâncias e as dificuldades de viajar na região. Outros fatores que contribuíram, de alguma

forma, de fazer com que Canudos se transformou no que foi, também aparecem com menções no livro. Por exemplo, ele se reporta ao efeito da abolição do escravidão ter causado uma falta de mão-de-obra agrícola que deixou muitos terrenos férteis sem lavrar (Verschuur: 76)⁵. Antes de se referir pela última vez diretamente ao Conselheiro, um outro episódio religioso, numa localidade por onde passou, chamou sua atenção. Um pescador que fitava atentamente os rochedos do lugar, no cair da noite, se convenceu que uma das pedras tomava a forma de Nossa Senhora. Uma promessa feita no lugar a Nossa Senhora do Pesqueiro, de um homem que se supunha mortalmente ferido numa luta de faca, revelou a força da Senhora ao curar o homem. Construiu-se uma cerca em torno da ponta de pedra e toda noite pessoas rezavam na frente da pedra, afirmando-se que, raramente, a rocha se transforma e Nossa Senhora balançava a cabeça para a multidão. Atribuindo a regular surgimento destes fenômenos à falta de civilização da população, muito suscetível ao misterioso e estranho, somente em algumas vezes o movimento se consolidava, segundo o autor por falta de atração mais durável ou de competência do líder. Pelas comunicações extremamente precárias, qualquer notícia sobre um movimento só será conhecido quando já se consolidou:

"Entre outros, tal foi o caso do Conselheiro Antônio, que adquiriu um grande séquito antes que, de fato, a população civilizada da costa tomou conhecimento. Além do mais, o Conselheiro Antônio era um homem moderado, sem necessidades para si mesmo, impressionando assim, e que provavelmente acreditava ele mesmo no seu chamamento sagrado" (Verschuur: 102).

Mais uma vez, evidencia-se claramente como o autor percebe a religiosidade como vetor dos movimentos como Canudos. Mesmo que equivocado sobre o conhecimento da costa do Conselheiro, a sua afirmação confirma uma concepção geral da civilização costeiro versus o interior incivilizado. Provavelmente, essa sua opinião reflete uma concepção geral na

5- Além de outros comentários sobre a situação do negro e sua discriminação social e a decepção de uma escrava com a vida liberta, já que as dificuldades de se sustentar se tornaram imensos e estragaram a nova vida (Verschuur: 94-95).

6-A descrição de sua visita a Bom Jesus da Lapa exemplifica todos estes pontos. A pobreza e a fome numa época de seca causava uma pobreza indescritível e miséria entre os mais pobres. Os famintos atacaram um boi do autor que morreu envenenado. Apesar de todas as suas tentativas de impedir a sua divisão pela multidão (salvando uma mulher porque lhe ofereceu outra comida), as pessoas brigaram entre si sobre os restos pretos do carcasso. No dia seguinte quatro pessoas morreram dos efeitos do consumo da carne, outros estavam doente ou morrendo. No retorno para sua casa, o autor mesmo quase morreu de sede. O desespero da situação lhe fez ficar doente e, praticamente, fugir de Lapa. E isso num local acessível por água para receber ajuda governamental (Verschuur: 141-151). Não é de surpreender, então, que as ações do Conselheiro em favor dos necessitados poderiam ressonar tanto.

sociedade baiana e o que ele via confirmado pelo caráter rústico da sociedade, longe das amenidades civilizadas (a mortalidade na seca aumentando por falta de transporte da última estação de trem), por a sua extrema religiosidade e pela irrupção constante de violência⁶. No caso, a liderança do Conselheiro, e isso parece, de novo, com certeza uma percepção resultante da sua imagem não oficial mas popular, se impunha pelo seu comportamento sóbrio e sua provável convicção de ser incumbente de uma missão sagrada. O holandês também era bastante sóbrio, no estilo de vida e nas suas reportagens, e não acreditou na versão oficial de um fanático com tendências de loucura para descrever alguém que reuniu tamanho séquito. O fanatismo em geral, por outro lado, ele não rejeitou, porque o viu, antes, no caso de um adorador exagerado de Maria e agora na aparição de Nossa Senhora:

"Uma vez que o pessoal do interior foi sugado pelo redemoinho fanático, as pessoas são extremamente sensíveis, e, quase sempre, deve correr sangue. A repressão da rebelião do Conselheiro Antônio custou rios de sangue e centenas de vidas humanas" (Verschuur: 102-103).

Aliás, talvez a menção de "centenas", ao invés de milhares, de mortos explique sua anterior referência diminutiva à Guerra. Quanto a sua percepção de quase sempre corre sangue, a violência intrínseca no sertão, pela honra, por bandidagem ou pela fome mesmo, é documentado ao longo do livro. E, embora não fique claro se conhecia casos anteriores de movimentos religiosos tais como Pedra Bonita, a história deste movimento tem sido uma longa série de repressões predominantemente violentas. Ele sabia que a morte era uma constante nesses sertões. As aparições de Pesqueiro ainda não adquiriram nenhuma feição ameaçador da ordem. Um padre rejeitou o fenômeno como superstição sem sentido, mas o povo não se impressionou com a negação oficial e estava em festa. O povo, semelhante a Canudos, a falta de aprovação clerical não impediu a adesão popular. Povo, aliás, consistindo somente de mestiços e negros em peregrinação,

sem a presença de brancos, normalmente os "graúdos" locais. Um popular duplamente 'popular', então, que se reuniu para ver a aparição no atardecer. Os brancos estrangeiros olharam atentamente para a pedra mas não conseguiram captar a metamorfose, a população presente, pelo contrário, concluiu, em júbilo, que a Nossa Senhora apareceu mais uma vez. Às vezes é preciso ter fé antes, uma fé forte anterior, para receber a imagem sobrenatural. Uma fé repartida nas camadas mais pobres da população que, aqui, não atingiu a proporção da fé no Conselheiro, quando este conseguiu ultrapassar, moderadamente, as barreiras classistas em torno do credo. Prudentemente, os estrangeiros se abstiveram de expressar sua incredulidade no meio da confirmação da irrupção do sagrado. Uma das pessoas mais enfáticas se dirigiu a eles:

"(...) 'Até agora nós temos adorado os santos feitos pelas mãos dos homens, mas agora sabemos melhor, porque este santo' -- e ele apontou a ponta de pedra -- 'é proveniente do céu!'" (Verschuur: 103).

A carta data do fim do ano de 1898 (publicado em 27 de fevereiro de 1899), pouco mais de um ano depois da destruição de Canudos. A forte religiosidade permanece, a aparição do sobrenatural irrompendo na realidade cotidiano ressurgue, a festa (com a cachaça) se realiza e a não aceitação da autoridade absoluta do padre continua. Um fator mudou, aquela que fecha a carta: no lugar de santo de madeira, ou de outro material confeccionado pelo homem, está uma pedra que se metamorfose em Nossa Senhora. Uma amálgama de natural com sobrenatural que só pode ser diretamente do céu. O centro do culto se tornou uma visão da Nossa Senhora, no momento em que o dia passa à noite e os olhos distinguem, depois da clareza dos fenômenos em relêvo contra a luz, menos. A indiferenciação na luz fraca possibilita a concepção de outras formas. O objeto de um culto desta natureza nunca pode ser igual à clareza e a materialidade de uma imagem ou de um Conselheiro: imóvel, não humano e passageiro. Desse modo, o culto difere de Canudos e não poderá se transformar num movimento

semelhante ao do Conselheiro. Talvez, a expressão do exaltado se contrasta com seu conhecimento sobre Canudos. Talvez, um dos efeitos da Guerra de Canudos implicou num deslocamento do objeto de culto: uma visão de uma Nossa Senhora do céu numa pedra num por do sol, ao invés de um Conselheiro em carne e osso atuante dia e noite na terra. Ou seja, a devoção não provocará a mesma reação belicosa que arrasou Canudos. Nossa Senhora e Bom Jesus da Lapa pertencem a categorias de devoção bem menos perigosas socialmente e, dessa maneira, um dos efeitos posteriores da Guerra de Canudos possa ter sido um deslocamento para outras formas de adoração religiosa.

1. Artigo extraído da Revista Humbolt - Ano 42 / 2000 / nº 80, por autorização do autor.

2. Berthold Zilly (1945, Helmstedt), filólogo e crítico, é docente do Instituto América Latina da Universidade Livre de Berlim. Recebeu o prêmio outorgado pela União de Críticos de São Paulo ao Melhor do Ano 1995 na categoria Difusão da literatura brasileira no exterior, por sua tradução de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, depois de já ter obtido o Prêmio Wieland de Tradução e o Prêmio Jane Scatcherd.

A REINVENÇÃO DO BRASIL A PARTIR DOS SERTÕES. COMO CANUDOS É A QUINTESSÊNCIA DO SERTÃO, E O SERTÃO A QUINTESSÊNCIA DO PAÍS, O LIVRO DE EUCLIDES DA CUNHA "E" O PAÍS, ELE REINVENTA O BRASIL, CONTRIBUINDO PARA A IDÉIA QUE A NAÇÃO TEM DE SI MESMA¹.

Berthold Zilly²

A nacionalidade como missão.

Pode-se perguntar por que a nação foi sempre assunto tão importante na produção dos letrados e artistas brasileiros. É que ao ficar independente, em 1822, o Brasil não estava pronto ainda, havia um Estado, herança da Colônia, que, no entanto, não era nacional, nem era o que também precisava se tornar: civilizado. Seus habitantes não eram cidadãos, era um país do futuro, e para que este se realizasse, competia a todos os homens cultos darem a sua contribuição.

A civilização, no decorrer do século XIX, cada vez mais se esquecia das suas raízes universalistas, das "luzes", passando a vincular o seu avanço, sob a influência do evolucionismo, com a raça branca, e a consolidação do estado com a homogeneidade étnica. Nesse contexto político-ideológico, a Abolição, de 1888, não podia resolver os problemas, não deu realmente a cidadania aos negros. Será que eles, assim como os índios, caipiras, bugres, caboclos, sertanejos, podiam ser educados e integrados, será que com aqueles compatriotas se podia construir a pátria? Ia se acentuando, na segunda metade do século XIX, todo um discurso pessimista em torno da brasilidade, ainda presente em autores do início do século XX, como em Paulo Prado com seu retrato do Brasil, de 1928, em contraste com o também existente discurso patrioticamente exaltado que lembra autores barrocos e românticos e cuja manifestação quase caricatural seria o livro de

Afonso Celso. Por que me ufano do meu país, de 1900, sucesso editorial, traduzido até para o alemão. No fundo, os dois discursos, o pessimista e o ufanista, eram duas faces da mesma medalha, do conhecimento superficial do país e do recurso aos estereótipos. As classes dirigentes da jovem República, proclamada em 1889, viviam de uma "civilização", de empréstimo no dizer de Euclides da Cunha, praticando um cosmopolitismo extremado, de vistas para a Europa, de costas para o interior, identificando-se com as elites do outro lado do Atlântico, às quais serviam como testas-de-ferro. Desejavam, descontentes com a composição multicolor do seu próprio povo, mudar a base demográfica do Estado nacional, e como não podiam mandar embora os indesejáveis compatriotas de cor, viam a solução no "branqueamento" através da imigração de europeus, considerados melhores brasileiros do que os autóctones da hinterlândia.

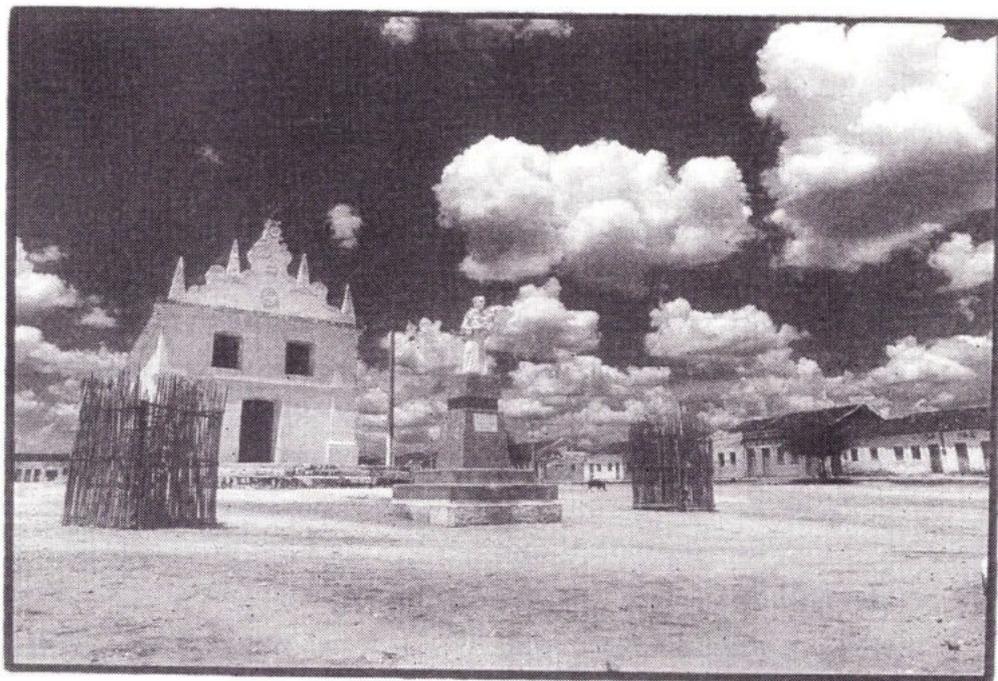
Havia, porém, desde a Independência, toda uma linhagem de letrados patriotas, iluministas, românticos ou, mais tarde, positivistas, que desejavam um Brasil não só civilizado, mas também independente em termos econômicos, políticos, culturais, o que não lhes parecia possível sem a integração e valorização de suas populações marginalizadas e áreas interioranas. Queriam trabalhar "pela emancipação e grandeza da pátria", como dizia uma figura quixotesca, mas paradigmática do patriotismo brasileiro, o herói do romance *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (188-1922). O Brasil era grande, fértil, maravilhoso, capaz de progressos, com população de boa índole, trabalhadora, inteligente, só que essas qualidades não eram óbvias, tinham que ser procuradas, reveladas e também fomentadas. Conhecer o país significava viajar. O descobrimento do Brasil era menos um fato do passado do que um processo histórico, uma obrigação cívica, com ambivalências herdadas do colonialismo europeu, pois esses patriotas contemplavam os seus compatriotas atrasados do interior não apenas com olhos compreensivos, benévolos ou poéticos, mas por vezes também com aqueles "olhos imperiais" que a crítica literária canadense Mary Louise Pratt constatou em muitos relatos de viagem sobre a África e as

Américas, ou seja com atitudes tutelares, condescendentes, missionárias ou até exploradoras, nos dois sentidos desta última palavra. Não é por acaso que o termo "expedição" tem duplo significado; viagem cognitiva e campanha repressiva. No Brasil, pertencem a essa estirpe de pesquisadores-viajantes-autores à procura da brasilidade professores, escritores, militares, médicos, engenheiros, políticos quase todos em múltiplas funções e versados em diversas disciplinas, porque viajar e escrever sobre viagens é uma atividade enciclopédica -, entre outros; José Bonifácio de Andrade e Silva, Visconde de Taunay, Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães, Cândido Rondon, Oswaldo Cruz, Monteiro Lobato, Guimarães Rosa, Antônio Callado, Darcy Ribeiro e, naturalmente, Euclides da Cunha (1866-1909).

O sertão um parêntese a pátria uma função?

Diferentemente do personagem de Lima Barreto, Euclides, embora como ele sem fortuna, pois nem todo viajante é rico herdeiro como Humboldt, teve a chance de viajar pela pátria, sendo incumbido além de múltiplos deslocamentos como engenheiro-andante nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo de duas importantes missões que transformou em viagens de pesquisa. A primeira o levou ao âmago do Brasil, aos sertões da Bahia, como correspondente na guerra de Canudos, em 1897, a outra aos confins do Brasil, ou seja, à Amazônia, como encarregado do ministro do Exterior, Barão do Rio Branco, para definir o traçado das fronteiras com o Peru no Acre, de fins de 1904 a inícios de 1906. Pesquisou, portanto, duas regiões complementares, uma árida e pedregosa, a outra exuberante e aquática, uma exclusivamente brasileira, a outra transnacional, latino-americana.

Euclides sempre se sentiu atraído pelo interior, onde queria realizar o seu "ideal de bandeirante". Dava-se mal na azáfama da grande cidade, era homem arredio, acanhado e sobretudo obcecado com a literatura e com a pátria, as duas



paixões da sua vida. "Não desejo a Europa, o boulevard, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada e a vida afanosa e triste de pioneiro". Coqueteava em apelidar-se "este caboclo, este jagunço manso misto de celta, de tapuio e grego", afirmando-se como homem transcultural, transétnico e mestiço, talvez estilizando demais o seu lado roceiro, pois na realidade fazia questão de andar bem vestido, até em pleno sertão, onde "se apresentou de vistosas botas de verniz, calça branca, camisa de fina seda e chapéu de fina palha". De certa forma, era preciso que a guerra de Canudos eclodisse para lhe dar ensejo de escrever sobre ela e sobre os sertões paisagem com que sentia uma afinidade eletiva, que tivera na cabeça antes de a pisar, que vislumbrara antes de a ver. E naturalmente o seu livro, publicado em 1902, não podia, apesar de algumas hesitações iniciais, ter outro título a não ser este: Os Sertões e, como subtítulo: Campanha de Canudos.

"Sertão", palavra polissêmica, sugestiva, principalmente quando usada no plural, abrangendo tanto os aspectos físicos como socioculturais de um espaço, tem basicamente dois sentidos, um mais restrito, referente às caatingas e chapadas secas do Nordeste, incluindo o norte de Minas, com sua "civilização do couro", outro mais genérico, significando qualquer região pouco habitada, incivilizada, distante do litoral e das grandes cidades. São paisagens na periferia ou fora da civilização, mas no coração do Brasil. Se Euclides quis embrenhar-se nos sertões, é que se sentia na obrigação de chamar a atenção dos concidadãos e dos governantes para "a enciência deplorável em que vivemos acerca das regiões do interior, de todo desconhecidas muitas, e o abatimento intelectual em que jazem os que as habitam", mas ele tinha também, barrocamemente, "o anelo de revelar os prodígios da nossa terra". Via-se como sucessor de um Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), um dos primeiros viajantes luso-brasileiros no Brasil, questionando a espécie de monopólio dos pesquisadores estrangeiros, embora sem nenhuma tendência xenófoba: "Se as nações estrangeiras mandam cientistas ao Brasil, por que um brasileiro não deveria viajar para pesquisar sua pátria"? na sua busca da essência do Brasil, Euclides se valeu em parte da mesma bibliografia

que Policarpo: Rocha Pita, Aires de Casal, Gonçalves Dias, Martius, Saint-Hilaire, Eschwege, Agassiz e outros viajantes, pois importante meio cognitivo de qualquer pesquisador antes, durante e depois da sua viagem é a leitura de relatos de viagens, e quem quer prever ou apontar os futuros caminhos do país, tem que conhecer os do passado. Mais tarde, o próprio Euclides seria considerado um dos grandes viajantes da América Latina, ganhando uma sala com seu nome, ao lado da Sala Humboldt, no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Quando foi a Canudos, no norte da Bahia, em julho de 1897, anos 31 anos de idade, tinha dupla, quase contraditória missão, como repórter do jornal O Estado de São Paulo, e como adido do ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, atribuindo-se a si mesmo duas outras missões, a de pesquisador científico e antropológico, munido de máquina fotográfica, termômetro, barômetro e caderneta de campo, e a de autor de um futuro ensaio sobre o sertão e a guerra que lá estava se desenrolando. Os textos que Euclides produziu sobre Canudos antes da publicação de Os Sertões foram estudos preparativos: os dois artigos escritos antes da viagem (A Nossa Vendéia), as anotações na Caderneta de campo, publicada em 1975; as reportagens para O Estado de São Paulo, publicadas em 1939 como livro (Canudos: Diário de uma Expedição); e finalmente as suas cartas da época. Diferentemente de outros viajantes, não criava nenhum contraste entre um diário subjetivo e um relato objetivo, ou entre reportagens mais espontâneas, populares e um livro mais elaborado, erudito. Ao contrário, nas primeiras linhas que escreveu sobre Canudos, já estava presente o futuro livro com seu ideário científico-histórico, sua empatia com o sertão, seu estilo grandioso e sublime, projeto que muito impressionou os colegas, pois eles o assinalaram em suas reportagens sobre a guerra. As impressões e emoções subjetivas não incitavam Euclides a confissões pessoais, mas ele as punha, como Humboldt em certos trechos de Quadros da Natureza, na apreensão e representação estética da realidade pesquisada.

Muitas vezes o narrador, em geral na terceira pessoa, assume a perspectiva de um viajante, convidando-nos a percorrer com ele o sertão como se estivéssemos acompanhando os primeiros colonizadores, os forasteiros, os bandeirantes, os missionários, os pesquisadores estrangeiros e brasileiros, os militares, ou um narrador anônimo, apresentado como "observador", como "viajante", "viandante", "viajor", "caminhante", quase como se Os Sertões fosse um guia de viagem. Assim viajamos de São Paulo até Canudos, atravessando o Planalto Central e seguindo o rio São Francisco, quase no vôo de pássaro, e, paralelamente, vamos navegando ao longo do litoral até Salvador, tomando o trem até Queimadas, mergulhando em seguida no sertão a cavalo, passando por Cansanção e Quirinquinquá até Monte Santo, galgando a via sacra até o alto da serra do mesmo nome, acompanhando mais tarde o narrador a Canudos, com as sucessivas marchas militares. Nas imediações do arraial, o miradouro preferido do viajante-narrador é o Morro da Favela, de onde o seu olhar abarca o arraial e a elipse de serras que o envolve, invadindo-o numerosas vezes, vendo-o se defender e contra-atacar e sucumbir aos poucos sob os canhoneiros e as chamas.

Já na travessia do sertão, Euclides assumiu, segundo o testemunho tão respeitoso quanto irônico dos colegas, o papel que talvez fosse aquele que mais anelava em sua vida e que também desempenha para com o leitor: o de um divulgador, explicador e professor, aspirando, no fundo, a ser preceptor da nação. Citemos um companheiro de viagem, o jornalista Alfredo Silva; "O Sr. Dr. Euclides da Cunha nos obrigou a viajar quatro horas para fazer légua e meia, parando para examinar a flora e a fauna e não podia resistir a grandes explicações científicas, todas as vezes que encontrava uma pedra, uma flor, um fruto ou um pássaro".

O que, à primavera vista, mais impressionou o viajante no sertão, nessa "terra ignota", é sua estranheza, sua exterritorialidade, sua não-brasilidade. Descendo do trem em Queimadas, ele e os seus camaradas se vêem na linha

divisória entre dois estágios de desenvolvimento, entre dois países até: "Esta-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra. O vaqueiro encourado emerge da caatinga, rompe entre a casaria desgraciosa e estaca o campião junto as trilhos, em que passam, vertiginosamente, os patrícios do litoral, que o não conhecem". Pode-se vislumbrar aí a idéia embora o termo só se divulgasse nos anos 50 do século XX, através do sociólogo francês Jacques Lambert dos dois Brasis, mas sem o otimismo de que o Brasil moderno poderia incorporar aos poucos o Brasil atrasado. Temos o contrário, em Euclides, um prenúncio das teorias da dependência e da heterogeneidade estrutural, pois ele demonstra em seus escritos os profundos vínculos causais entre as partes heterogêneas do país. Os recém-chegados ficam espantados com "esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional.

Viam-se em terra estranha... Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil... O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores uma invasão em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma ficção geográfica". Até a ciência capitula diante da inacessibilidade do sertão inóspito e inimigo, tratando-o como corpo estranho, mancha branca na geografia", um claro expressivo nas nossas melhores cartas"- belo oxímoro: um nada significativo, ideal como tela de projeções dos viajantes. O sertão é incomensurável, incompatível com ararão humana, não cabe nos esquemas das maiores inteligências do mundo, de Hegel ou Humboldt. Física e moralmente fica fora do Brasil, fora da humanidade, um não-lugar. Estranha viagem aquela, por uma pátria que é uma "ficção", para uma região que se define por seus déficits: "Era um parêntese; era um hiato, era um vácuo. Não existia".

Canudos coração das trevas ou nova Jerusalém?

A viagem ao sertão de Canudos lembra, sob vários aspectos, a expedição fascinante e promissora mas também angustiante e lúgubre que faz o capitão Marlow ao âmago da selva no Congo belga, em *Heart of Darkness* (1899), de Joseph Conrad, romance contemporâneo de *Os Sertões*. As duas incursões na hinterlândia são regressões para tempos pré-civilizatórios, arcaicos, descidas a lugares diabólicos, fora da lei, homizios, palcos de crimes hediondos e de ritos bárbaros ou até satânicos, antros do obscurantismo, da violência, agonia e morte. Seus senhores são pessoas atávicas, discricionárias, monstruosas que devem o seu carisma em parte à sua demagógica eloquência. Os adventícios se deparam, horrorizados, com signos infernais, galerias de mortos: "esqueletos... arrimados aos arbustos flexíveis", uma "demoníaca encenação adrede engenhada pelos jagunços" perto de Canudos; ao passo que o entreposto na selva africana está 'decorado' com crânios empalados em postes. Os dois lugares porém estão, através da guerra e do comércio, firmemente ligados à sua antítese, a civilização, em cujos centros também há elementos de barbaridade, seja nas "selvaticezas" que se praticam na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, seja no aspecto "tumular" de Bruxelas.

Ao mesmo tempo, essas descidas ao inferno têm atributos de subidas a lugares sagrados. Antes da invasão do exército, caboclos do sertão inteiro tinham convergido para Canudos em busca da salvação, peregrinando à "terra da promessa, onde corre um rio de leite e são de cuscuz de milho as barrancas", a uma "Jerusalém de taipa", enquanto os expedicionários no barco comandado por Marlow também se chamavam de "peregrinos", rumando para uma fonte de riquezas com aspectos de um eldorado do marfim, embora decadente. A sacralização e o sacrilégio se tocam e se confundem. Os dois líderes são venerados por seus adeptos quase como ídolos, salvadores e messias. Antônio Conselheiro como o "bom Jesus", o traficante de marfim, Mr. Kurtz, como "ser sobrenatural".

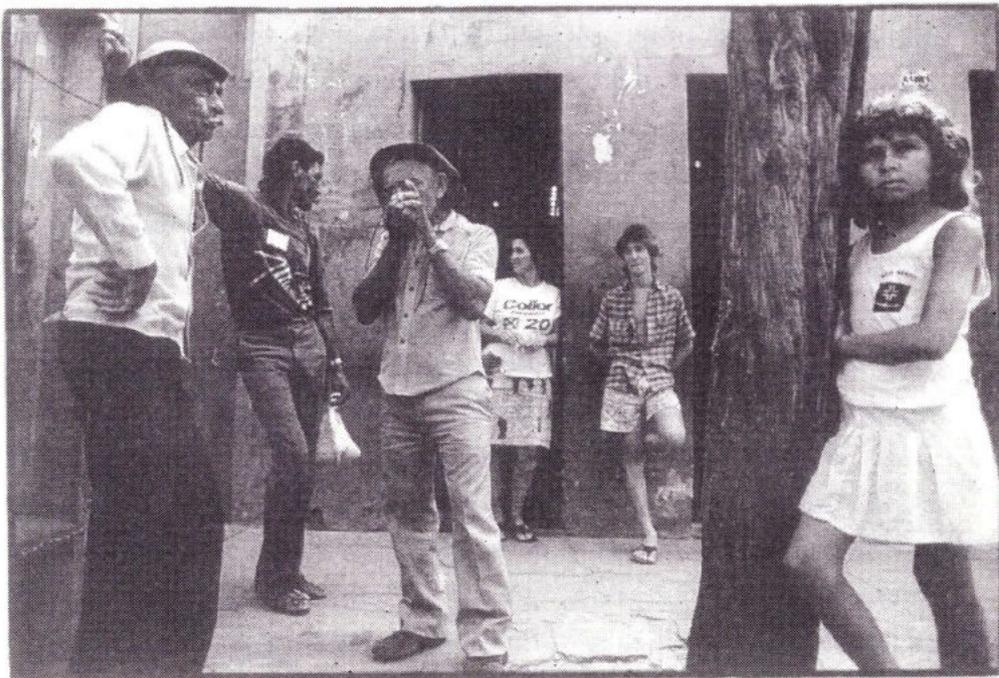
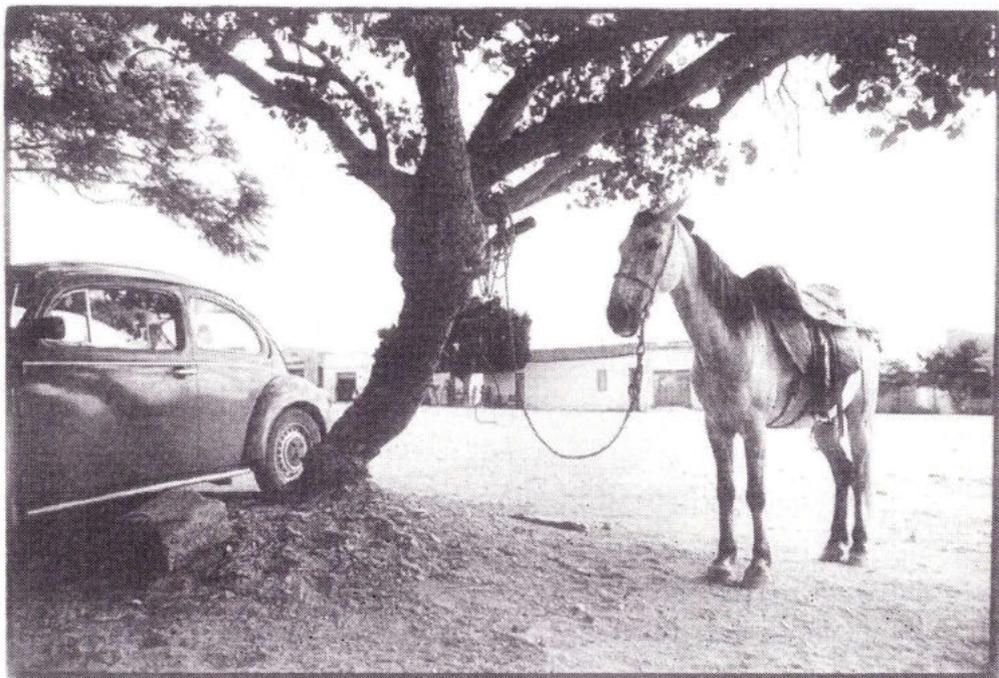
É óbvio que Euclides deseja desmistificar e racionalizar essa autovisão milagrosa, edênica, quase messiânica da comunidade, exagerando-a para poder criticá-la mais facilmente como ilusão, superstição, fanatismo. A religiosidade popular era verdadeiro obstáculo hermenêutico, talvez o traço do povo que mais parecia estranho aos observadores urbanos, na maioria ateus ou pouco preocupados com a religião; por outro lado, ela tinha algo de contagioso, era justamente aquilo que mais instigava a imaginação dos intelectuais, como décadas mais tarde se veria nos filmes de Glauber Rocha, outro fascinado com os sertões. Aos poucos cresce a empatia do narrador euclidiano com a visão redentora dos sertanejos, a cujo encanto vai se rendendo parcialmente. Já no momento em que o "viadante" avista a aldeia sagrada, se mostrou receptivo ao gênio metafísico do lugar; "Galgava o topo da Favela. Volvia em volta o olhar, para abranger de um lance o conjunto da terra... Mas a reunião de tantos traços incorretos e duros arregoados divagantes de algares, sulcos de despenhadeiros, socavas de bocainas, criava-lhe perspectiva inteiramente nova. E quase compreendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingênua, acreditassem que 'ali era o céu..."' . Nós, como leitores, quase o compreendemos também.

Os atributos da tenebrosidade que inicialmente parecem estar do lado dos jagunços, em sua "urbs monstruosa", depois passam a caracterizar cada vez mais os civilizados, na medida em que o exército, confirmando a sua fama de Diabo e Anticristo na mitologia dos canudenses, vai agravando os traços infernais do lugar agredido. E a culpa não é apenas da tropa, dessa "multidão criminosa e paga para matar", é da própria "nacionalidade que, depois de enjeitar o jagunço cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas". A tentativa de impor as luzes aos sertões aumentou as suas trevas, descritas em imagens apocalípticas. Nas últimas horas da guerra, a "Jerusalém", a "Tróia" do sertão está reduzida a "um túmulo", onde "uma dúzia de moribundos, vidas concentradas na última contração dos dedos nos gatilhos

das espingardas, combatiam contra um exército". Depois do último tiro, apenas sobram escombros e cadáveres, pelos quais erram cães que comem os restos de seus antigos donos. Canudos virou um calvário esperando por sua ressurreição.

Morte e transfiguração através da literatura

Essa ressurreição, como sabemos, não se deu na realidade ainda não. Ou talvez sim, parcialmente, nas comunidades de base, nas pastorais da terra, no movimento dos sem-terra que reivindicam para si o exemplo de Canudos, um efeito indireto de Os Sertões. Se desde cedo a obra foi apostrofada como "bíblia da nacionalidade", isso se deve não só à sua importância canônica na história literária e à veneração cultural de que goza há um século no Brasil, mas também a uma implícita teologia política, cuja divindade não manifesta, espécie de deus absconditus, é a Nação, a verdadeira, futura, nem tanto a presente e, ao lado dela, a Civilização e a Humanidade, divindades nem sempre harmônicas entre si. Essa religiosidade secularizada, que nacionaliza ex-posteriori o projeto sócio-religioso dos próprios canudenses, para os quais a nação era secundária, vê o sertão como terra privilegiada dentro do país, Canudos como santuário, os sertanejos como parcela escolhida do povo brasileiro e o Conselheiro como profeta, apóstolo e mártir de um Brasil mais justo e mais autêntico, sempre com as devidas reticências e contradições. A paisagem é associada com a Induméia, com Canaã, com a Arábia; alguns lugares de romaria parecem com Meca e os sertanejos com beduínos; as poucas mulheres bonitas são apresentadas como judias. O fim de Canudos é narrado com cenas que lembram o eclipse, o terremoto e o véu rasgado no templo em Jerusalém durante a morte de Cristo. Euclides, apesar de suas invectivas contra o atavismo do Conselheiro e da sua fé, o ressuscita com piedade e seriedade, glorificando a comunidade de Canudos na paz e na guerra, o seu caráter sagrado como alegoria do seu papel benfazejo e emancipatório para o Brasil. Há uma mística de deserto no livro. A distância com respeito ao mundo parece aproximar os homens de entidades sobrenaturais. No deserto já nasceram três grandes religiões. O vazio pode vir a ser o lugar da plenitude.



Havia, obviamente, um denominador comum entre o movimento de Canudos e a mentalidade do escritor, entre ele e o Conselheiro, a sensação de martírio, um espírito do sacrifício, um vago desejo de salvação, o anseio por uma radical melhora nas condições sociais das classes subalternas, por uma solução dos impasses na política a nível regional e nacional, pela equação das variáveis nação, Estado, raça, território, civilização, religiosidade incompatíveis na política a nível nacional, mas em harmonia na comunidade de Canudos. Este parecia realizar o milagre e a façanha de satisfazer num semideserto as necessidades básicas, materiais e espirituais de milhares de pessoas, libertando-as da habitual opressão por parte de fazendeiros e autoridades, o que lhe conferia o brilho promissor e sugestivo de um modelo social para o sertão, para o Brasil e para o mundo. Essa idéia do movimento de Canudos como laboratório político seria prolongada e carnavalizada mais tarde por José J. Veiga no seu romance utópico *A Casca da Serpente* (1989). Uma parcela marginalizada, menosprezada do povo, caluniada como retardatária, bárbara e fanática, tinha tomado o destino em suas próprias mãos, entrando no palco da história como sujeito político, com um projeto social alternativo puramente brasileiro, regional, transétnico e até transnacional, pois baseado num cristianismo primordial. Foi uma iniciativa de auto-ajuda relativamente bem-sucedida de vítimas das civilização e da modernização, movimento transformado em organização, Estado em miniatura dentro do Estado, pacífico, sem intenções insurrecionais ou revolucionárias.

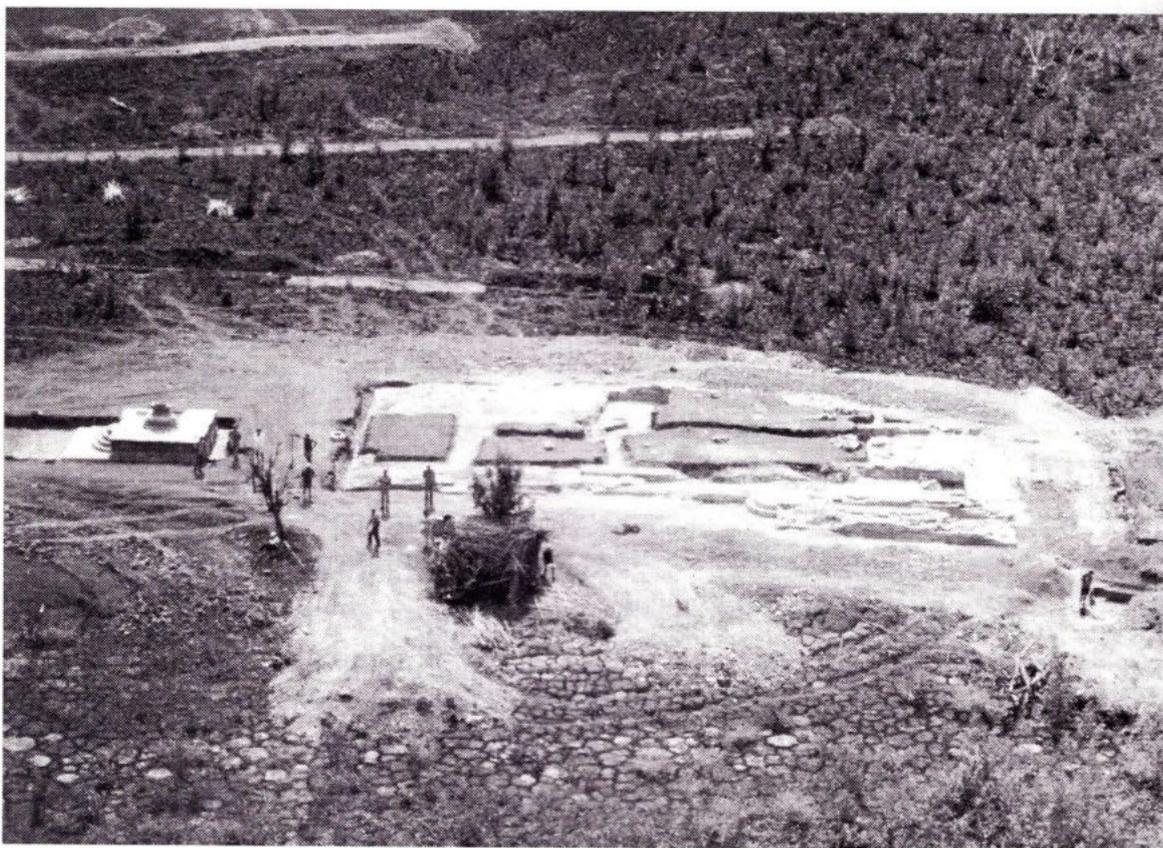
Entre as visões inovadoras de Euclides merece destaque a valorização da mestiçagem como processo fundamental para a formação da sociedade sertaneja e brasileira. Ele precisa resgatar a miscigenação étnica porque em suas leituras e viagens se lhe impõe o resgate de um mestiço do sertanejo que "antes de tudo, é um forte". Inicialmente tenta rever o racismo inerente às principais correntes da antropologia da época mediante essas mesmas teorias, afirmando que uma população mística, derivada, secundária, se teria transformado, ao longo de trezentos anos de reclusão e abandono nos fundões do sertão, em uma nova

categoria étnica, homogênea, pura, original possível base primordial de uma raça verdadeiramente brasileira. Euclides, no entanto, é mais clarividente como escritor do que como pensador e, assim, no decorrer da narrativa, a valorização ambígua do mestiço pela ciência cede lugar à sua elevação a herói e mito nacional através da transfiguração poética e retórica, de fôlego épico, com afrescos empolgantes e cenas inesquecíveis. A origem multiétnica do povo, a sua religiosidade e a mestiçagem definitivamente deixam de ser estigmas, convertendo-se em qualidades positivas do sertanejo que condicionam, junto com o meio físico, sua modéstia, sua capacidade de improvisação, sua lhanura e honestidade, sua perseverança, sua valentia. Também é resgatada a natureza, pois ela alimenta e protege quem a conhece e a trata bem, como o sertanejo. Uma paisagem atrasada, estéril, carente, marginalizada de repente se transfigura transfigurar é um dos verbos prediletos de Euclides em região modelar do país. Os últimos serão os primeiros. À centralidade geográfica corresponde uma centralidade histórica e política. Assim, na formação do pensamento social brasileiro, Euclides constitui importante elo de ligação entre o viajante alemão Martius que no seu tratado *Como se deve escrever história do Brasil*, publicado em 1844, reinterpretou a mestiçagem como processo necessário e positivo para a constituição do Brasil como nação e o sociólogo Gilberto Freyre, cujo ensaio clássico *Casa Grande e Senzala* (1933) comprovou e valorizou o caráter mestiço da população e da cultura no Brasil, um marco contra o racismo 'científico'.

Quando a República, no seu fanatismo civilizador, extermina o sertanejo numa guerra de assédio, cuja sombria grandiosidade recorda a canção dos Nibelungen, epopéia medieval alemã em que uma tribo germânica é aniquilada pelos hunos, ela pratica um ato de automutilação nacional, pois o inimigo massacrado era o "cerne de uma nacionalidade", "a rocha viva da nossa raça". Aquele povo que parecia estranho, quase estrangeiro, se revela no caso como superiormente brasileiro e conhece a sua "apoteose". O sertão, que só como "ficção geográfica" era nacional, passa a ser visto, momentaneamente, quando é

tarde demais, como possível berço de um futuro Estado brasileiro, já não excludente como o era o projeto nacional das elites, mas ao contrário incorporador e participante, embora não igualitário nem formalmente democrático a utopia trágica de uma cidadania autônoma dos que tinham sido mantidos não-cidadãos.

A glória e a atualidade de os Sertões nem tanto se devem às informações e às reflexões sobre a guerra e o sertão, que se encontram quase todas também em numerosos outros escritos da época, mas principalmente à sua arte encenatória, sugestiva e plástica, à sua força imagética, à sua teatralização do meio dos eventos. Com seu caráter de epopéia nacional e sua teologia política poetizada, os Sertões é um livro fundador, uma súpula da nacionalidade, uma obra que constitui o Brasil. Narra a gênese da terra e do homem do sertão, a gênese de um herói através da guerra, luta ao mesmo tempo parteira e assassina de um possível Brasil mais autêntico, um crime fundacional que ajudou a consolidar a criticada República de 1889. O caráter do sertão passou para a obra, o assunto santifica o texto. As aporias éticas, políticas, intelectuais da recente história nacional e as incoerências analíticas do próprio autor encontram uma solução duradoura, exemplar e satisfatória no plano estético-metafísico. Raramente na história da literatura a identificação entre uma realidade e a sua representação é tão intensa quanto aqui, pois quase todos os leitores reconhecem uma isomorfia total entre a obra, a região e o evento. Os Sertões "são" os sertões, a Campanha de Canudos "é" a campanha de Canudos. Além disso, como Canudos é a quintessência do sertão, e o sertão a quintessência do país, o livro "é" o país, ele reinventa o Brasil, contribuindo para a idéia que a nação tem de si mesma.



O cruzeiro e os alicerces da Igreja Velha ou de Santo Antônio, situados na outra extremidade da praça de Canudos, ressurgem no fundo do açude seco.

FOTO: NILTON SOUZA

FONTE: ARQUIVO DO CEEC/UNEB

Emerg
Canu
Resp
Zanett
Gon
de s e
C. E
Financ
Secret
Ciênc
CADC

"A ÚLTIMA CHANCE."

SALVAMENTO EMERGENCIAL DO ARRAIAL DE CANUDOS*

Paulo Eduardo Zanettini e Erika Marion Robrahn-González

* "Salvamento Emergencial do Arraial de Canudos". Arqueólogos Responsáveis: Paulo Zanettini e Erika M. R. González. Projeto desenvolvido pelo CEEC/UNEB. Financiamento da Pesquisa: Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia/CADCT/FAPES.

RESUMO

São apresentados os procedimentos e resultados obtidos pelo Projeto de salvamento emergencial desenvolvido no sítio histórico da fundação de Canudos, no semi árido baiano, A localidade foi ocupada por Antônio Conselheiro e seu séquito em 1893, sendo destruída em 1897.

Escavações desenvolvidas na praça principal e arredores permitiram reconstituir a feição urbana original e os principais edifícios do arraial bombardeado e incendiado durante guerra (1896/1897), bem como aspectos da cidade reconstruída após o conflito. Na década de 1970, a região foi inundada com a construção de um açude, permanecendo Canudos sepultada até outubro de 1999.

Fortes trovoadas ocorridas no início do presente ano conduziram ao preenchimento do açude, que hoje apresenta a uma das mais altas cotas de sua história: Canudos desaparece novamente, tragada pelas águas, impossibilitando a continuidade da investigação no sítio histórico por mais algumas décadas.

Assim, resta-nos a missão de divulgar e propagar os resultados obtidos em Canudos, enquanto aguardamos a publicação integral do relatório final, no sentido de promover e estimular a discussão a respeito de temas já consagrados e outros questionamentos planteados pela pesquisa arqueológica no arraial, até então ofuscados ou eclipsados, graças às máculas deixadas por um dos mais sangrentos e cruéis episódios de nossa História. E continuar lutando pela plena efetivação de um parque que ajudamos a criar há aproximadamente duas décadas.

Por ora, tem a palavra a gente de Canudos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui uma síntese dos procedimentos e resultados alcançados com o salvamento arqueológico conduzido no sítio histórico da fundação de Canudos, iniciado em meados de agosto de 1999, alvo de relatório entregue às instâncias financiadoras e de gestão do patrimônio cultural brasileiro. As análises laboratoriais dos vestígios móveis encontram-se em andamento, devendo ser oportunamente abordadas em artigos específicos¹

A investigação no arraial constitui o desdobramento de um projeto maior de investigação, desenvolvido pelos arqueólogos Paulo Zanettini e Erika Robrahn-González para o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC-UNEB), em caráter sazonal, desde o final de 1996. Este Projeto original foi inserido no bojo das ações desenvolvidas para a efetivação do Parque pela UNEB, aproveitando, inclusive, a oportunidade trazida pela aproximação do Centenário da Guerra, que viria despertar o interesse da comunidade nacional em conhecer a região e o parque histórico.

O projeto Arqueologia e Reconstituição Monumental - Parque Estadual de Canudos está voltado à busca e construção de identidade para a área selecionada por meio de decreto em 1986 e, assim, vocacionada para a preservação e conseqüente perpetuação da memória e cultura material oriunda das ocupações ali verificadas, dentro de uma abordagem antropológica de largo espectro temporal².

Nesse sentido, a oportunidade única de atuar no arraial em função do rebaixamento temporário do açude de Cocorobó vem fornecer elementos contundentes que irão contribuir para a implementação do processo de instauração desse grande ecomuseu às margens do lago, no semi-árido baiano.

1-Ver por ex.
*Zooarqueologia e
Arqueologia Histórica no
Brasil: considerações
sobre amostras
faunísticas do Arraial de
Canudos, Bahia, Marcia
Bezerra de Almeida.
Comunicação
apresentada ao CIEIA
2000, Porto Alegre.*

2-Ver projeto
*Arqueologia e
Reconstituição
Monumental Parque
Estadual de
Canudos. 1897-1997
CEEC/UNEB 1997
(datilog.)*

3-Ver J
Históri
UNEB
Ed. Sa

Vale aqui acrescentar que, anteriormente, em 1986/87 coordenamos uma grande equipe, responsável pelo processo de demarcação do Parque Estadual, procedendo uma prospecção intensiva, que resultou na delimitação de zonas de alta intensidade de vestígios e estruturas relacionadas ao conflito bélico, cadastramento de unidades habitacionais contemporâneas e posteriores à Guerra, identificação de sítios paleontológicos e ocorrências relacionadas ao período pré-colonial, notadamente sítios líticos. A pesquisa, à época, financiada pelo CNPq resultou em inúmeros relatórios engavetados, redescobertos após uma década, transformando-se um deles em publicação em 1996 (esgotada)³.

3-Ver Arqueologia
Histórica de Canudos.
UNEB/CEEC/ Portfolium
Ed. Salvador, Bahia, 1996

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O SALVAMENTO EMERGENCIAL.

A atividades de campo tiveram a duração de 23 dias (20 de agosto a 11 de setembro de 1999), sendo subdivididas em duas fases consecutivas e complementares de intervenções:

- a primeira fase, dedicada ao reconhecimento e recobrimento global da área, identificação, cadastro e trabalhos iniciais de escavação e evidenciação das estruturas de maior porte;

- a segunda fase, dedicada a trabalhos de maior detalhe, com a abertura de áreas de escavação arqueológica, localizadas nas porções de maior interesse e potencial informativo (fundo da igreja velha, pátio central, Vale da Morte). O objetivo, aqui, era obter dados que auxiliassem na reconstrução do desenho urbano do arraial conselheirista, bem como na reconstituição de estruturas de grande significação científica, cultural e simbólica.

Por outro lado, não estava afastada a hipótese de ser identificado durante as pesquisas o Santuário, edificação na qual dias antes do final da Guerra fora

sepultado Antônio Vicente Mendes Maciel, tendo sido necessário integrar à equipe especialistas para a exumação deste e de outros canudenses sepultados no arraial.

Diante da possibilidade eminente de reversão do quadro climático observado em Canudos foram também incorporados à pesquisa (que começou sob forte pancada de chuva) historiadores com amplo conhecimento e afinidade com o tema, interagindo com a equipe de arqueologia na sistematização de outras fontes documentais e desenvolvendo uma série de atividades preparatórias que embasaram o conjunto de ações em Canudos, sobretudo, no tocante à obtenção de elementos sobre a evolução desse núcleo populacional, desde suas origens até o seu desaparecimento sob as águas do açude de Cocorobó.

3.1. Reexaminando fontes escritas e iconográficas e recolhendo testemunhos de canudenses

Antecedendo às intervenções de campo propriamente ditas, procedeu-se à sistematização de fontes textuais visando à criação de um banco de dados sobre Canudos. Este banco de dados foi dedicado à sistematização de referências diretas sobre aspectos do fenômeno urbano, contribuindo na construção de hipóteses a serem testadas durante o levantamento arqueológico como a definição de logradouros (ruas, quarteirões, etc.), estruturas arquitetônicas e sua época de construção.

O conhecimento da produção bibliográfica por parte dos estudiosos permitiu identificar e selecionar o conjunto de autores que mantiveram em diferentes momentos um contato direto com o objeto em questão, sendo organizadas as descrições produzidas tanto por civis como militares que se detiveram diante da cidade, construindo seu olhar próprio, em "primeira

4-Ver te
século 2
elaborac
Renato
relatório
apresent
IPHAN

5-Os re
pesquis
serão c
artigo e
historia
e João
(em ela

mão".

4-Ver texto "Canudos do século XIX até 1897", elaborado pelo historiador Renato Ferraz, anexo ao relatório final de pesquisa apresentado ao IPHAN/Minc.

Na prática, isso veio a significar um recorte na extensa bibliografia canudense, utilizando-se os testemunhos de Macedo Soares, Martins Horcades, Constantino Nery, Dantas Barreto, Siqueira de Meneses, Manuel Benício, Frei João Evangelista do Monte Marciano e, muito mais profundamente, Euclides da Cunha⁴

Procurou-se manter um estrito e rigoroso controle da cronologia de produção das visões e relatos, haja vista a dinâmica sob a qual foram elaborados: no caso, salvo raras exceções, no "calor da batalha", sob a influência da artilharia pesada e incessante. Assim, cada um dos indivíduos tomados como base de informação, além de ter visto a cidade a partir de seu próprio olhar e interpretação, a viu também em momentos diferentes. Por vezes alguns dias de batalha eram suficientes para alterar significativamente um cenário, gerando depoimentos bastante diversos.

Outra frente de pesquisa aberta concomitantemente às escavações foi o Programa de História Oral, voltado ao resgate de informações relativas ao processo de reocupação do sítio após o conflito bélico, ou seja, o período de reconstrução (1898-1969)⁵.

5-Os resultados da pesquisa de história oral serão contemplados em artigo específico pelos historiadores Manoel Neto e João Carlos C. Pinheiro (em elaboração).

Para a cidade refeita (a Canudos nova), instalada no mesmo espaço territorial da anterior, retornaram muitos dos sobreviventes da guerra, tendo-se também mantido marcos emblemáticos da vila histórica (escombros das igrejas Nova e Velha, o antigo Cruzeiro). Todavia, pouco se sabia sobre essa fase de ocupação, que perdurou até 1969, quando a cidade foi tragada pelas águas do Vaza-Barris para o enchimento do Açude de Cocorobó.

3.2. A Pesquisa Arqueológica

3.2.1. Produção de fichas de cadastro para a pesquisa em Canudos

Com o objetivo de obter um cadastramento amplo e ágil das estruturas relacionadas à malha urbana de Canudos, foram desenvolvidas fichas para cadastro de ocorrências e estruturas, que permitiram também facilitar o tratamento dos dados. Como resultado, foi organizado um catálogo contemplando 60 estruturas, identificadas durante esta fase da pesquisa.

3.2.2. Reconhecimento preliminar e delimitação da área nuclear do sítio histórico

O conjunto de informações reunidas pela equipe de pesquisa histórica conduziu com considerável precisão à identificação da área nuclear do arraial onde estariam situadas as estruturas de maior porte e expressão, no caso, as igrejas de Santo Antônio e do Bom Jesus, destruídas em virtude do conflito de 1897 e atualmente mascaradas pelo lodo depositado no fundo do açude.

Logo no início das escavações, apenas o Cruzeiro pontuava a paisagem, parcialmente exposto no terreno. Já a igreja de Santo Antônio exibia a feição de uma pequena elevação no terreno, enquanto da suposta igreja do Bom Jesus, distante cerca de 100 metros, restavam apenas indícios pálidos de parte de estrutura envolta pela vegetação rasteira.

No intuito de assegurar o correto registro destas estruturas e de outras a serem localizadas durante a pesquisa, bem como o conhecimento de sua distribuição espacial, foi desenvolvida, em paralelo aos trabalhos de

topografia, a implantação de uma malha de quadriculamento no terreno, que servisse de referência às ações arqueológicas. A malha foi implantada com quadrados de 100 x 100m. A área central do arraial foi ainda subdividida em unidades menores de investigação. Estes trabalhos garantiram o controle de registro sobre um total inicial de 16 hectares.

A malha foi aplicada e orientada colinearmente sobre o eixo escolhido por Antônio Conselheiro para implantar as igrejas de Belo Monte ao longo da "Praça Principal". Para a fixação do datum P-0), valemo-nos da face exposta dos alicerces da igreja do Bom Jesus, sendo tomadas no local as coordenadas por meio de GPS, efetuando ainda uma amarração com os marcos implantados pelo DNOCS. Estes cuidados permitem que a malha seja retomada futuramente, caso sejam retomadas as pesquisas na área do arraial, mesmo que submersa.

Os vértices das quadras receberam estacas de marcação, que serviriam de orientação em terra e posteriormente para o levantamento aero-fotogramétrico.

Por sua vez, o levantamento planimétrico estendeu-se do centro do arraial rumo a oeste, no mesmo sentido e evolução do acesso que conectava o arraial à rodovia Transnordestina. Foi neste eixo que se processou a expansão urbana no decorrer do século XX, ampliando a área inicial de cadastro em aproximadamente 30 hectares.

Por último, procedeu-se ao levantamento altimétrico do núcleo do arraial, anteriormente submerso pelas águas do Açude, garantindo a reconstituição da paisagem do sítio histórico. O levantamento se estendeu até os contrafortes do Umburanas e alto da Fazenda Velha/Pelados, já no interior do parque estadual de canudos, perfazendo um total de 35 hectares.

3.2.3 Reconhecimento arqueológico extensivo

A equipe procedeu ao reconhecimento superficial de uma área equivalente a 50 hectares da margem esquerda do Vaza-Barris, circunscrita entre as pontes de transposição do rio e o cemitério novo (Estrutura nº14), avançando ainda rumo à margem direita do rio na porção onde está localizado o "cemitério antigo" (Estrutura nº45), ambos erguidos no século XX e relacionados à fase de ocupação de Canudos Pós-Guerra.

Como mencionado anteriormente, o levantamento resultou no cadastro de 60 estruturas, envolvendo habitações, edifícios comerciais e de serviços, cemitérios, edifícios de função religiosa, espaços e equipamentos públicos e de caráter privado, oferecendo uma primeira abordagem sobre a estrutura urbana canudense e sua evolução no tempo, apesar da pouca visibilidade oferecida pelo sítio, sobretudo nas porções mais baixas do terreno, sujeitas a processos pós-deposicionais mais intensos.

Durante a atividade foram obtidas as medidas básicas das estruturas, identificadas quando possível as suas funções originais com o auxílio de moradores da região, feitos os registros gráficos e documentação em vídeo e fotografia. Em alguns casos, procedeu-se ainda à evidenciação das estruturas de contornos passíveis de oferecer elementos mais seguros sobre a forma e dimensões, além de coleta seletiva de material arqueológico, diagnóstico e cadastramento topográfico.

O cruzamento das informações do cadastro de campo com as imagens aéreas e o levantamento topográfico propiciou o desenvolvimento de uma cartografia precisa da área central do arraial e da cidade de Canudos reconstruída, indicando os prováveis pontos de sobreposição / interpolação das sucessivas fases de ocupação do sítio ao longo do tempo.

Por outro lado, vimos dilatar significativamente as informações que

havam sido coletadas em 1997, quando efetuamos o exame sistemático e cadastro de estruturas existentes na margem direita do rio, na porção circunscrita ao Parque Estadual de Canudos (PEC). Naquele momento a área urbana de Canudos se encontrava, ainda, submersa pelas águas do Açude.

3.2.4. Sondagens e escavações de detalhe

Com o objetivo de conhecer o comportamento e estratigrafia do sítio e delimitar a sua extensão máxima foram efetuadas sondagens e valas, de dimensões variadas, ao longo da vertente que liga o pátio da igreja e cruzeiro com a malha urbana de casas. Esta atividade permitiu a construção de um perfil estratigráfico de 400 metros de extensão no sentido NE-SO, bem como o conhecimento dos efeitos do açude na área central do arraial. Do mesmo modo, uma outra bateria de sondagens foi iniciada no sentido perpendicular ao eixo citado (L-O), a partir do P-0.

As sondagens foram rebaixadas inicialmente por meio de níveis artificiais de 10cm, após a retirada da camada de lodo, peneirando-se os sedimentos e promovendo-se a coleta sistemática de vestígios encontrados. Os trabalhos eram interrompidos quando já não se identificavam artefatos em profundidade. Por vezes, a interrupção se fez necessária face ao afloramento do lençol freático.

O conhecimento a respeito do comportamento estratigráfico do sítio permitiu o avanço e a implementação da abertura de valas, permitindo o uso posterior de uma retro-escavadeira, utilizada para a remoção da camada de lodo depositada sob o solo original, que em alguns pontos alcançava um metro de espessura.

Por fim, esforços foram concentrados nas tarefas de escavação e evidenciação de parcelas das três principais estruturas relacionadas à ocupação

conselheirista, a citar: Igreja Velha (Est-3), Igreja Nova (Est-1) e Cruzeiro (Est-2), que compunham a praça do arraial conselheirista. Conforme foi possível verificar, com exceção do Cruzeiro as demais estruturas mostraram-se bastante danificadas e alteradas, quer pelos bombardeios e explosões, quer pela ação antrópica derivada da reutilização do material construtivo na construção das casas durante a reocupação da área o no decorrer da primeira metade do século XX⁶.

4. Novamente Canudos: Marcos de uma Trajetória

4.1. O sítio histórico da fundação

Desde o século XVII diversos processos interagiram em favor da escolha dessa exata porção do curso do rio Vaza-Barris para a instalação de um povoado.

O sítio histórico da fundação do arraial incidiu sobre uma planície à margem esquerda do rio, no formato de uma grande alça derivada dos processos de conformação da drenagem onde este recebe alguns de seus afluentes mais significativos, como o Umburanas e o Sargento. Por outro lado, de uma das extremidades desta curva acentuada, a montante, o rio se biparte rasgando a planície, com um braço que intercepta o meandro, criando uma "grande ilha" sujeita a inundações periódicas das cotas próximas aos 350 metros.

Como veremos a seguir esta área constitui uma das porções de maior potencial para a captação e obtenção de águas pouco profundas em toda a extensão da bacia hidrográfica do velho Irapiranga (denominação original), favorecendo a ocupação humana desde tempos imemoriais até a implantação da Fazenda Canudos e de um vilarejo anexo, escolhido por Antônio Conselheiro para ali criar sua Belo Monte "nos limites entre as freguesias do

6-Para uma visualização da área escavada e respectiva reconstrução do ambiente urbano conselheirista acessar o site

www.itaucultural.org.br/arqueologia

Através de modernos recursos é possível efetuar uma navegação virtual sobre a cidade, bastando seguir as instruções disponíveis no site.

7-Ver I
Históri
Brasil
Espirit
Janeiro
Comér

7-Ver FREIRE, Felisberto. História Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe, Espírito Santo), Rio de Janeiro. Tip. Jornal do Comércio, 1906.

Santíssimo Coração de Jesus do Monte Santo e Santíssima Trindade de Massacará⁷.

A pesquisa histórica permitiu estabelecer uma periodização acerca da ocupação / evolução urbana do sítio, delineando-se momentos marcantes na trajetória do povoado, que sugeriram marcos de transição / ruptura com o respectivo reflexo em sua estrutura espacial, conforme evidenciou, concomitantemente, a pesquisa arqueológica. Assim, a história de Canudos pode ser subdividida nas seguintes fases:

FASE 1 Da Canudos pré-colonial ao povoado Pré-Conselheirista (alcançando até o século XIX);

FASE 2 A Canudos Conselheirista (1893-1897);

FASE 3 A reconstrução / reocupação do arraial - Canudos Pós-Conselheirista (1898-1969). Esta fase pode ser subdividida em duas sub-fases, conforme indicam os vestígios e estruturas até agora localizadas:

Sub-Fase 1 Da reocupação até a chegada do IFOCS/DNOCS, em 1930/40;

Sub-Fase 2 Após a instalação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas DNOCS: abertura da Rodovia / projeto e execução do Açude Cocorobó (1930 a 1968);

FASE 4 - Podemos ainda estabelecer uma última fase, por ora denominada de Desativação / Abandono do sítio urbano, processo desencadeado com a finalização e fechamento das comportas do açude (1969-1997). (Figura 1)

Com base na periodização estabelecida passemos à descrição informações colhidas no sítio histórico-arqueológico, sobretudo para a fase conselheirista, sendo a seguir apresentados alguns questionamentos.

"Conselheiro prometeu um dia que ergueria 25 igrejas"

Antônio Vicente fez essa revelação um dia ao comerciante Honório Vila Nova, que a confidenciou a Nertan Macedo lá pelos idos de 1973, no Ceará..

De fato, em suas andanças o peregrino acabou por tornar-se o mais ativo construtor de templos e outras obras civis de todo o sertão baiano. Em sua Cartografia de Canudos, José Calasans relaciona uma série de obras como sendo de autoria do beato ou a ele atribuídas: incluem-se reformas, construção de templos e cemitérios e outras obras civis, como pequenos açudes. Por sua vez, o cadastramento realizado pelo IPAC Bahia, traz informações e o levantamento métrico arquitetônico sobre três delas, utilizadas posteriormente para uma análise comparativa das estruturas escavadas em Canudos, sendo-lhes tomados emprestado alguns elementos para a reconstituição eletrônica das formas originais.

O Antônio Vicente arquiteto continha em sua concepção elementos adaptados herdados da estética jesuítica e franciscana, tendo durante a fase itinerante do movimento conhecido dezenas de edifícios, desde o litoral até Sergipe. A "escola conselheirista" também tem suas raízes nas obras concebidas pelo frei italiano Apolonio de Toddi, autor, dentre inúmeros templos, do sacromonte de Monte Santo, cujos parapeitos e escadaria teriam sido consertados pelo Conselheiro e sua gente.

A adoção de detalhes dessas diversas correntes, todavia, levou à concepção de frontões esguios e imponentes que ganhariam sua expressão máxima na Igreja Nova, que nunca chegou a ser, de fato, concluída. Seus altares eram ricos e adornados, alguns recebendo elementos que remetem a

símbolos do poder imperial. Por vezes, os edifícios eram mais atarracados, constituídos por blocos interligados com sucessivos panos de telhados, além de sacristias e espaços laterais de águas independentes. Pode-se abstrair o grande dinamismo da composição dos telhados da Igreja Velha pelas fotos de Flávio de Barros, ainda que, nestas, o forte brilho da cal branca sob o sol intenso prejudique a apreensão dos detalhes.

De qualquer modo, a mobilização conselheirista envolvia (ou envolveu em Belo Monte) uma forma bastante organizada de produção dos elementos necessários à construção, desde a cantaria e a fabricação de tijolos e lajotas até a produção da cal utilizada na composição da argamassa de rejunte, revestimento e pintura das paredes. Desses locais de produção foi possível identificar durante o salvamento um forno de cal cerca de 700m a oeste da Igreja Velha, cadastrado para estudos futuros, bem como dois fornos para telhas e tijolos, nas imediações da localidade denominada Trabubu, no interior do Parque Estadual de Canudos (PEC), na década de 1980.

Assim como observado com a sua sucedânea, a Igreja Velha arruinada teve o material construtivo aproveitável extraído pelos reocupantes do arraial, muito embora depoimentos deixem expresso que o Coronel José Aras, potentado local, proibiu a um certo tempo a retirada de material do edifício, o que certamente veio a contribuir para a preservação de alguns elementos como meias paredes da provável sineira e uma escadinha lateral em tijolos, que permaneceu intacta. Todavia, as escavações arqueológicas tornaram patente a atividade de extração do material mais nobre como blocos lavrados, tijolos, telhas e lajotas.

"O cruzeiro e a Igreja Velha"

Do conjunto arquitetônico fazia parte outrora o grande Cruzeiro-palanque, sem dúvida contemporâneo à Igreja Velha, similar ao erguido em Chorrochó anos

antes. Na sua base, em lápide retangular, encontrava-se gravada a seguinte inscrição: "Edificado em 1893 A.M.M.C", e no final da lápide as iniciais: M.M.G. As primeiras iniciais, reza a tradição, significariam Antônio Mendes Maciel Conselheiro. As últimas significaram, de acordo com o historiador Pedro Calmon, Mestre Manuel Gonçalo. Esta placa gravada em argamassa foi retirada simultaneamente com a cruz de madeira, em 1969, sendo reimplantada na nova base construída em Cocorobó (Canudos atual). O destino final da cruz foi o mais trágico possível: ela foi precariamente "restaurada" em Canudos por gente de boa vontade, porém sem nenhuma formação técnica. Arrancaram os projetis, taparam com cola e envernizaram o último testemunho íntegro da saga conselheirista ainda em pé. O fato foi registrado durante a etapa de 1997, sem que tenhamos podido intervir na situação.

Ainda a respeito do Cruzeiro da Igreja Velha vale recordar que, nos tempos do Conselheiro, como se pode ver na foto de Flávio de Barros, ele possuía a base cercada por um gradil de madeira sustentado por pilares que nasciam nas extremidades. Este detalhe construtivo desapareceu e não foi retomado nos tempos da Segunda Canudos, quando o Cruzeiro foi reparado e reabilitado pelos moradores que ali realizavam todo mês de setembro uma comemoração e procissão. Para tal, os canudenses fizeram ainda desaparecer habilmente as máculas da tragédia vivenciada por seus antecessores, tapando cuidadosamente os furos produzidos pelos projéteis de diversos calibres.

Dos cruzeiros conhecidos como de autoria do beato é, sem dúvida, o mais rico em detalhes e ornatos. A decoração com apliques de argamassa no pedestal lembram algo dos festões e laçarias barrocas e mesclam-se às colunas de talha neoclássica, ao gosto sertanejo. Realizou-se durante o salvamento um rigoroso levantamento gráfico e fotográfico completo que reconta a trajetória

desse monumento e seu processo de resgate.

Conforme anteriormente mencionado, foi a única construção que restou em pé, tendo sendo incorporada ao urbanismo da Canudos reconstruída após o conflito. Integrava o cotidiano e espaço urbano, embora, a certa distância da nova praça que surgia a montante. A intervenção de maior monta se deu com a retirada da cruz, implicando na descaracterização de um das faces do pedestal. Porém, João Guerra e seus companheiros do DNOCS o fizeram com muita propriedade, conservando intacta a metade restante e permitindo a reconstituição da volumetria integral do monumento quando de nossa investigação.

A técnica construtiva adotada para a construção das igrejas e cruzeiro foi a de alvenaria de pedra e cal, observando-se a introdução de técnica de alvenaria mista em algumas porções das mesmas, possivelmente para o acabamento de pisos internos e externo, de pilares e/ou arcos internos e no fechamento do compartimento de acesso à sineira da Igreja Velha.

As dimensões dos blocos lavrados e trazidos de jazidas de calcário próximas para as igrejas impressionavam e dificultaram em muito as escavações. Uma destas jazidas, conhecida como Pedreira do Conselheiro, situa-se no interior do PEC, distante linearmente cerca de 4 a 5 km. Os blocos maiores apresentam uma seção retangular irregular, atingindo 150 ou, em alguns casos, algo em torno de 250kg, exigindo durante a pesquisa arqueológica o auxílio de 3 ou 4 homens para movê-los com sucesso dos trechos evidenciados.

Por último foram resgatados no interior e na área externa contígua das igrejas uma grande quantidade de estilhaços de granadas, estojos de balas, além de elementos construtivos (telhas - sendo uma assinada -, tijolos e lajotas), dos quais foram coletados alguns exemplares inteiros. Também foram identificados pregos e cravos relacionados ao madeiramento abalado pelo bombardeio, além de uma

grande quantidade de fragmentos de vidro plano, no caso da Igreja Velha, sobretudo no cômodo lateral (supostamente a sacristia), sugerindo a presença de janelas de proporções significativas para as dimensões apresentadas pelo mesmo.

A construção da Igreja Velha deve ter tido início pelo fins da década de 1880 e sua inauguração deu-se, sem sombra de dúvida, entre julho e agosto de 1893, mais provavelmente em junho, mês em que é festejado o seu orago, Santo Antônio. Não há dúvidas quanto ao seu construtor: Antônio Conselheiro.

"A Igreja Nova, fortaleza dos jagunços"

É forçoso reconhecer que a atração maior do arraial do Conselheiro foi a Igreja Nova. O contraste que apresentava quando comparada às demais construções, mesmo à Igreja Velha, não apenas de estilo mas também na sua volumetria, incendiou a imaginação dos que a viram naqueles dias da guerra. Logo depois da fracassada expedição Moreira César, baseado em informações dos que sobreviveram ao desastre, o Diário Popular de 04/05/1897, anunciava aos seus leitores que "a Igreja Velha parece com a do Bonfim da Bahia e a nova a da Conceição da Praia, tendo esta as suas paredes mais de metro de espessura, de pedra coração de negro". E o Correio Paulistano não dava por menos os seus cálculos, noticiados a 17/07/1897: "as paredes da célebre igreja de Canudos têm dois metros e meio de espessura. É constituída em duas partes de um metro de largura e com um intervalo de meio metro cheio de areias e troncos". O Estado de São Paulo de 30/03/1897, ainda no estupor causado pela derrota de Moreira César, era, entretanto, mais moderado: "sobre as duas igrejas, uma das quais verdadeiro baluarte pela sua sólida construção, suas paredes tinham mais de um metro de espessura".

Igreja Nova viria, caso concluída, a transformar-se no maior templo erigido por Antônio Vicente Mendes Maciel em sua carreira de construtor, constituindo essa a primeira das características observadas. Todavia, conforme a análise do embasamento ainda restante, totalizava uma área de 270m²

Vale aqui registrar o tratamento neo-gótico aplicado aos vãos das portas e janelas laterais do pavimento térreo transformadas em barricadas, em oposição às janelas de apelo mudéjar, indicando a transição de estilo no construir conselheirista.

No interior da igreja, no entulho remexido, foram coletados um botão de fardamento, restos de um solado de couro, além de fragmentos de tigelas de faiança fina inglesa, sem que possamos afiliá-las, além de quase duas centenas de quilos de escória metálica relacionadas às explosões de granadas e projéteis despejados sobre a "igreja-fortaleza".

Chega 5 de outubro de 1897 e tem fim o massacre com a tomada da cidadela revoltosa. Encerrava-se a história de Canudos, porém, por um curto espaço de tempo...Bastaram alguns meses para que a população da região retomasse a ocupação da cidade. A reconstrução do Arraial de Canudos, contrariando a opinião de muitos estudiosos e pesquisadores, começou ainda no final do século XIX, em local próximo ao sítio urbano principal, conforme indicou a análise da documentação reunida durante o salvamento arqueológico.

"A Canudos pós conselheirista: um rápido sobrevôo"

A Praça das Igrejas à época de Antônio Conselheiro não foi reutilizada no novo desenho, observando-se o surgimento de um novo vazio "retangular", cerca de 100m a oeste, conformada, em uma de suas extremidades, por uma capelinha inaugurada em 1909. O "projeto urbanístico conselheirista" é, assim

abandonado, restando parcialmente desocupada a velha praça da Guerra. Constituiria essa numa manifestação de negação coletiva ao passado sangrento que insistia em mexer com a lembrança de todos, ou por outro lado, teria esse solo sagrado sido mantido intocado em sinal de reverência e respeito? Hipóteses a serem melhor trabalhadas...

Do que se depreende dos depoimentos, Canudos conheceu nas primeiras décadas do século XX um crescimento populacional lento, quase vegetativo, dando-se preferencialmente a ocupação da região de entorno da antiga área urbana destruída. Todavia, alguns retornaram e ergueram suas casas sobre aquelas que haviam deixado para trás, conforme atestamos na região mais afastada do núcleo, próxima ao cemitério mais novo (Estruturas de 10 a 13). Roças foram plantadas e a criação de animais retomada (Figura 2).

A construção da rodovia Transnordestina, no início da década de 1930, assinala o primeiro impulso desenvolvimentista de Canudos, até então vista por seus ex-moradores como um lugarejo modesto com algumas dezenas de casas. A construção de alojamentos provisórios e a vinda de trabalhadores do IFOCS gerou novas demandas e empregos que contribuíram para dinamizar e ampliar a renda, fortalecendo o comércio do lugar. Alguns serviços, antes incipientes ou inexistentes, ganharam seu lugar com o passar dos anos: a "bomba", ou posto de gasolina (Est-1), o posto médico (Est-34), telégrafo e correio (Est-16), ou até mesmo a cadeia/quartel (Est-43).

A guinada em termos de crescimento urbano se dá com a fixação definitiva do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas -DNOCS, no final da década de 1940, no intuito de levar a termo a promessa de se construir um açude em Canudos, "fruto da visita de Getúlio ao palco da guerra", conforme guarda a memória popular. A chegada desta repartição federal significou não só melhoria no desempenho da economia da região, como

8-Para
aprofu
efeitos
"A Int
Desen
caso d
Cocor
Almei
de Me
UFBA

também notável elevação da qualidade de vida de parcela representativa dos moradores. Uma das testemunhas chegou a mencionar que o DNOCS, instalado oficialmente em 1951, empregou ao longo dos mais de 20 anos, tempo transcorrido entre o projeto e a inauguração do açude Cocorobó, um total de 5 mil pessoas da região, ocupando esse órgão até hoje um papel predominante no contexto da nova Canudos erguida em Cocorobó (transformada em Canudos por decreto em 1986). Entretanto, Neiva(2000) discute e apresenta dados que apontam para a ineficiência do papel do DNOCS em Canudos, através da implantação do Açude Cocorobó e o conseqüente Projeto de Irrigação Vaza Barris⁸.

8-Para um maior aprofundamento sobre os efeitos sociais do açude ver "A Intervenção do Estado no Desenvolvimento Local O caso de Canudos: Açude Cocorobó. Luiz Paulo Almeida Neiva. Dissertação de Mestrado, apresentada à UFBA, 2000, datilog

O conjunto de estruturas derivadas da implantação do canteiro provisório (que seria transplantado em definitivo anos depois em Cocorobó, a jusante da barragem) expressa, assim, de imediato os sintomas de mudança em nível nacional e os reflexos da presença do "estado-novismo" no sertão, trazendo em si embutidos princípios e preceitos capitalistas de organização social e espacial, em oposição à ocupação tradicional ali presente, expressa na ocupação da praça da Matriz, colocando cara-a-cara os protagonistas herdeiros da velha Canudos, que mantinham suas residências próximas ou junto de seu comércio e atividades, sem maiores especializações ou segmentações do espaço construído.

O papel do novo estado também se torna expresso em um monumento plantado na entrada da cidade, aliás, o único concebido pós guerra. Funcionários do IFOCS/DNOCS construíram uma base de concreto que recebeu parte "dos ferros" da Matadeira, canhão que não combateu, mas constituiu o símbolo maior da destruição, prenunciando a vitória do Estado sobre os revoltosos de outrora. A comunidade ancestral preferiu, em oposição, resguardar a sua memória da tragédia

- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente o "boom" populacional vivenciado em Canudos afastou qualquer possibilidade de manutenção de plano urbano original. Porém, também serviu de estímulo para as mais díspares avaliações demográficas que oscilam nos testemunhos acima selecionados entre 1600 até 6 mil unidades habitacionais à época da Guerra.

Esparramadas pela planície e elevações próximas as casinholas ocupariam uma área em torno de 70 hectares. Tomando a mais alta estimativa feita, teríamos uma densidade média de 85,71 habitações/ha ou ainda cerca de 428,5 hab/ha.

A título de ilustração, caso venhamos a adotar a representação gráfica das habitações plotadas na carta de Siqueira de Meneses como referência (o levantamento é fiel à distância entre os templos), podemos contabilizar uma média de 70-100 casas/ha, sobretudo na área nuclear do arraial. O militar julgou procedente estabelecer que Canudos totalizava cerca de "2.500 fogos" que nos forneceria uma população em torno de 12 mil indivíduos, significativamente inferior às superestimativas apresentadas pelos demais oficiais à época. Levando em conta os aspectos da cidadela mostrado nas fotos de Flávio de Barros, que nos fazem lembrar as grandes favelas dos centros urbanos ou mais ainda, as invasões na periferia de Salvador, podemos julgar aceitáveis essas taxas já que hoje elas oscilam entre 200-300 hab/ha para ocupações do tipo precário.

Porém, de volta a própria Canudos das primeiras décadas do século 20, estimamos taxas de ocupação em torno de 30 hab/ha na área nuclear do povoado, obviamente já dotada de arruamento, lotes definidos (quintais), apresentando-se 10 vezes menor que aquela verificada à época do conflito. O Censo nos oferece a pálida média de 2,3 habitantes por moradia

Canudos conselheirista segundo a historiografia construída com base nos testemunhos de oficiais contaria com o dobro da população da atual Canudos, que dispõe no momento de milhões de litros de água em seu açude.

Propositadamente, desenvolvemos uma "numerologia" que pode nos conduzir rumo às mais diversas conclusões, tal qual aquela distorcida, gerada no calor dos embates e constantes insucessos, batalhões fustigados e tocaiados nas imediações do Morro da Favela, feridos agonizantes, fome e sede: essa situação deixava atônitos os oficiais mais destacados.

A propagação desses relatos e descrições produzidos no calor da hora, lidos e relidos, burilados no romance histórico de Euclides da Cunha serviram de fonte confiável para dezenas e dezenas de artigos e teses sob a ótica das mais distintas disciplinas. Modelos explanatórios para o entendimento do movimento social conselheirista foram gestados. Muito se escreveu a respeito da tragédia. Porém, pouco se falou da trajetória dessa comunidade às margens do Vaza Barris antes e posteriormente ao conflito.

Até então, a paisagem desértica até então mascarada pelo açude nos impelia rumo à idéia de "urbs monstruosa", cidade de população descomunal, de edifícios projetados intencionalmente para defesa, com paredes gigantescas tal qual as da "igreja fortaleza".

O contato direto com o sítio histórico arqueológico paisagem / terreno / Estruturas e demais restos materiais - nos colocou, pela primeira vez após dezenas de anos, direta e francamente diante da Canudos real, com dimensões concretas, acenando para a necessidade e possibilidade, de se realizar uma reflexão, tendo como ponto de partida os vestígios materiais ali presentes. Lá estava ela, com sua praça e suas duas igrejinhas, entremeadas por um cruzeiro, aliás, caso único no sertão baiano. Sonho do Conselheiro: erguer seu Belo Monte.

Canudos está (va) lá, apta a ser entendida num plano concreto, como Canudos possível e viável sob determinadas condicionantes ambientais oferecidas pelo Vaza-Barris, um século atrás, ou continuará a ser cotejada e consagrada na literatura como a "segunda maior cidade da Bahia!"!!!

A pesquisa arqueológica daqui para diante deverá nos conduzir à compreensão das formas de apropriação e utilização do território necessário à manutenção dessa população arrebanhada pelo pregador, que certamente irá conduzir equipes de pesquisa para além do arraial, para o exame de uma região muito maior que os 70 hectares ocupados pelo centro religioso que combateu contra boa parte do efetivo do Exército brasileiro⁹.

A investigação conduzida a toque de caixa no arraial, nesse sentido, conseguiu esboçar apenas tímidos passos nesse sentido. Retirando o lodo, assistíamos quotidianamente o trabalho da equipe multiplicar-se exponencialmente, em vez de se aproximar da conclusão.

Porém, ampliamos significativamente nosso conhecimento sobre um Antônio arquiteto, engenheiro e construtor, mobilizador de canteiros que liderava jornadas intensas de trabalho, coordenando as forças produtivas de uma comunidade para a construção de templos e cemitérios, viabilizando a captação, extração e produção de lajes, cal, telhas, tijolos, amealhando numerário para a aquisição de vidraças, tintas, metais que se prestaram às igrejas de Santo Antônio e a do Bom Jesus, conforme mostraram as dezenas de sondagens, trincheiras e áreas decapadas às margens do Vaza-Barris.

Há que se trabalhar e burilar as informações recolhidas daqui para diante pois são remotas as possibilidades de voltarmos a pisar o solo do arraial conselheirista novamente.

9-Para uma discussão a respeito ver ZANETTINI, Paulo, Por uma Arqueologia de Canudos e dos Brasileiros Ilustrados. Revista Canudos CEEC/UNEB, pp 167-173, 1996

BIBLIOGRAFIA

- ARARIPE, Tristão de Alencar. Expedições Militares contra Canudos. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1960.
- BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia- Vol. VI: Monumentos e Sítios das Mesorregiões Nordeste, vale Sanfranciscano e Extremo Peste Baianos. Salvador SCT-PEAT, 1999
- BARRETO, Emidio Dantas. Última Expedição a Canudos. Porto Alegre, Franco & Irmão Editores, 1898.
- Destrução de Canudos. Recife, Edição jornal do Recife, 1912.
- Acidentes da Guerra. Recife, Livraria Econômica, 1914.
- BENICIO, Manoel. O Rei dos Jagunços: Crônica Histórica e de Costumes Sertanejos sobre os Acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do Comércio" de Rodrigues & C., 1899.
- BLAJ, Ilana e Cunha, Candida Pereira. "A Urbanização em Canudos com Decorrência da Necessidade de Defesa". In: Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. L. São Paulo, Revista Histórica, 1984.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos 2. Ed. São Paulo, Edusp, 1987.
- CALASANS, José. O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro; contribuição ao estudo da campanha de Canudos. Salvador, Tipografia Beneditina, 1950.
- CALASANS, J.. Quase biografias de jagunços. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1986
- CALASANS, José. Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. In: Revista da Academia Brasileira de Letras da Bahia, no 34. Salvador, 1987.
- CALASANS, José. Cartografia de Canudos. Salvador, Secretaria da Cultura e turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.
- CALDERÓN, V. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. PRONAPA, Publicações Avulsas n. 15, Museu Emilio Goeldi, Belém. 1968/69

- CALDERÓN, V. A pesquisa arqueológica nos Estados da Bahia e do Rio Grande do Norte. Dédalo n. 15, MAE/USP, São Paulo 1972-
- CANÁRIO, Dantas Eldon. Cativos da Terra, romance. Editora Vozes, RJ, 1988.
- CUNHA, Euclides da. Obra completa. Rio de Janeiro, Companhia José Aguiar Editora, 1966.
- CUNHA, Euclides da. Caderneta de Campo. São Paulo, Editora Cultrix, 1975.
- FONTES, Oleone Coelho - O treme-terra. Moreira César - a República e Canudos. Rio de Janeiro, Vozes. 1996
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Canudos: subsídios para a sua reavaliação história. Rio de Janeiro, 1986.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. Aspectos econômicos do episódio de Canudos. Salvador, CEB/Universidade Federal da Bahia,
- GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais 4ª Expedição. São Paulo, Editora Ática, 1977.
- HORCADES, Alvim Martins. Descrição de uma Viagem à Canudos. Salvador, Litotipografia Tourinho, 1899.
- LEVINE, Robert M. O Sertão Prometido - o massacre de Canudos. São Paulo, Edusp. 1995
- MACEDO SOARES, Henrique Duque-Estrada de. A Guerra de Canudos. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1959.
- MACEDO, Nertan. Memorial de Vila Nova. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1964.
- MACEDO NETO, Cloves. A linguagem dos seixos: tecnologia de debitagem sobre seixos em dois sítios sob abrigos no sub-médio São Francisco. Monografia de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1996
- MARTIN, Gabriela. 1996. Pré-História do Nordeste. Editora Universitária da UFPE, Recife, 1996

- MASCARENHAS, M.L.F. Rio de sangue e ribanceira de corpos: 1893-1897 - Kiriri e Kaimbé em Canudos. Monografia do curso de Bacharelado em Antropologia, Salvador, UFBA, 1995
- MATTOSO, Katia M. de Bahia, século XX: uma Província no Império. Ed. Nova Fronteira, 2a. edição, 1992.
- MILTON, Aristides Augusto. Campanha de Canudos. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1979.
- MUSEU DA REPÚBLICA. Canudos Imagens da Guerra. Rio de Janeiro, Lacerda Editores, 1997.
- NASCIMENTO, Jorge Glauco Costa. A Paisagem do Parque Estadual de Canudos e seu Entorno: suas relações coma guerra e a ocupação da região. 1997. (mimeog)
- NEIVA, Luiz Paulo Almeida Neiva. A Intervenção do estado no desenvolvimento Local Ocaso de Canudos: açude Cocorobó. Dissertação de Mestrado apresentada à UFBA, Cruz da Almas, maio de 2000
- NOGUEIRA, Ataliba 1997 - Antônio Conselheiro e Canudos. São Paulo, Nacional., 1997
- NERY, Major A. Constantino. A Quarta Expedição Contra Canudos. Pará, Typ. de Pinto Barbosa & Cia., 1898.
- NÓBREGA, José Dionísio. A questão da Terra em Canudos, in "A Tarde Cultural", suplemento literário do jornal A Tarde, 16 de maio de 1998
- QUEIRÓZ, Washington, etti alli. Histórias de Vaqueiros Vivências e Mitologias, vol. 1, Ipac, Salvador, 1987.
- RELATÓRIO Apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista do Monte Marciano ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu Séquito no Arraial de Canudos. Salvador, Typ. Correio de Notícias, 1895.
- THOMPSON, Paul. A Voz do Passado. História Oral. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1992.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/C.E.E.C. Arqueologia histórica de Canudos: estudos preliminares. Salvador, Portfolium, 1996.

- VILLA, Marco Antônio Canudos - o povo da terra. São Paulo, Ática, 1995.
- ZANETTINI, Paulo Canudos: memórias do fim do mundo. Revista Horizonte Geográfico n 3 (Set/Out) Ano 1 São Paulo, 1988
- ZANETTINI, Paulo Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados in Revista Canudos. Universidade do Estado da Bahia. UNEB págs167-171, 1996
- ZANETTINI, Paulo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. e NASCIMENTO, Jorge Glauco. Retomada das pesquisas arqueológicas no Parque Estadual de Canudos - Estado da Bahia.in Revista Canudos Vol. 2 nº2 1997
- ZANETTINI, Paulo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. - Arqueologia na Caatinga. Caderno Mais (Especial Canudos), Folha de S. Paulo, 24/09/97
- ZANETTINI, Paulo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika .M. - Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos 1897-1997 (Fase 1). Relatório de Pesquisas Arqueológicas apresentado ao IPHAN/MINC, 1997 (não publicado)
- ZANETTINI, Paulo; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika .M. Salvamento Emergencial do Arraial de Canudos. Relatório de Pesquisa encaminhado ao IPHAN, em novembro de 1999 (Datilog)

*Aluna do curso de História da UNEB, bolsista de Iniciação Científica no Projeto de Pesquisa coordenado por Lúcia Soares

É uma obra que dignifica o mundo, o faz imaginário paisagem literária, juízo de Tróia, a Iduméia, a Bretanha, as jagunços, anônimos, e heróis de História e de Vitor Hugo

SIGLAS:

ACEPAC - Associação Canudense de Pesquisa Arqueológica e Conselho de Arqueologia

Bahiatursa - Associação de Turismo de Canudos

C.E.E.C. - Centro de Estudos Europeus de Canudos

Embratur - Comissão Brasileira de Turismo

PEC - Parque Estadual de Canudos

PNMT - Programa de Municípios de Turismo

TURISMO CULTURAL EM CANUDOS: UMA FORMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Aline Joice Rocha Santos*

*Aluna do curso de Turismo da UNEB, bolsista do PICIN, no Projeto Sertões, coordenado pela professora Licia Soares de Souza.

Introdução

É uma linguagem que dignifica o sertão, aquela terra singular do fim do mundo, o faz entrar no imaginário mundial das paisagens histórico-literárias, junto às Planícies de Tróia, aos desertos da Iduméia, às charnecas da Bretanha, nobilita os rudes jagunços, esfarrapados e anônimos, e os equipara aos heróis de Homero, da Bíblia e de Vitor Hugo. (Zilly)

O turismo é uma das atividades econômicas de maior crescimento no mundo e sua expansão está ligada ao progresso e ao desenvolvimento da comunicação e dos transportes. Este desenvolvimento tem dado um posicionamento novo ao fenômeno, levando os governos a elaborarem políticas e estratégias mercadológicas voltadas especificamente para a promoção do produto turístico.

Este projeto de pesquisa analisa as possibilidades de tornar Canudos um produto turístico pleno, o que parecia inicialmente uma das tarefas mais fáceis. Mas não foi.

SIGLAS:

ACEPAC- Associação Canudense de Estudos e Pesquisa Antônio Conselheiro

Bahiatursa : Órgão Oficial de Turismo da Bahia

C.E.E.C. - Centro de Estudos Euclides da Cunha

Embratur : Instituto Brasileiro de Turismo

PEC : Parque Estadual de Canudos

PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo

Parecia fácil porque a chamada *guerra fratricida* tornou a região conhecida no mundo todo. *Os sertões*, de Euclides da Cunha, foi traduzido em várias línguas e Mario Vargas Llosa retomou a epopéia nordestina na sua famosa obra *La guerra del fin del mundo*. Tal perspectiva ressalta, de imediato, o potencial cultural de Canudos, num universo historicamente reconhecido. *Os Sertões*, cujo centenário será comemorado em 2002, abre caminhos, quase cem anos depois, para que os diversos tipos de brasileiros possam se conhecer, como o autor havia desejado. A obra, que influenciou a arte, as ciências sociais, a mineralogia, a geologia, a geografia física, e a botânica, em todo século XX, e que continua fornecendo subsídios teóricos para a compreensão da formação do continente sulamericano e dos tipos humanos do país e, em particular, para a compreensão dos processos de comunicação relacionados com as estratégias políticas da República pode funcionar, de todas as maneiras, como um dos maiores guias turísticos do Brasil.

Na brochura *Caminhos do Sertões*, a Bahiatursa enfatiza que o local é belíssimo, principalmente no pôr-do-sol, e *ainda não foi totalmente descoberto pelos que gostam do turismo ecológico*. Por outro lado, no centenário do massacre, em outubro de 1997, uma série de componentes fundamentais para a compreensão da formação do povo brasileiro, foram colocados na pauta da memória nacional. A problemática da seca, a constituição do poder dos grandes proprietários de terra escravizando essas vítimas da seca, a conivência da Igreja Católica com os latifundiários e o heroísmo dos militares sanguinários foram os temas mais prementes. Estes atualizaram debates seculares sobre as desigualdades nacionais, fazendo emergir discussões em torno da necessidade de incremento de um *turismo sustentável*, suscetível de trazer desenvolvimento para a região.

Canudos é uma expressão nítida de ponto atrativo, e sua zona arqueológica tem sido objeto de estudo de cientistas da USP de renome nacional, cujos resultados têm sido divulgados na mídia impressa¹ e televisiva. O PEC, criado pelo Decreto 33.333, de 30 de junho de 1986, está sob a responsabilidade da UNEB que tem reunido a documentação escrita, oral e visual, para o resgate da memória histórica.

Mas com todo esse potencial, Canudos ainda não é a expressão de um núcleo receptor, e foi aí que nossa tarefa foi ficando mais difícil. As estradas federais² e estaduais se encontram em péssimo estado e uma parte da viagem até Canudos é feita dentro da poeira vermelha da terra seca. A cidade oferece poucas opções de hospedagem e de lazer, sendo ainda carente de uma base infra-estrutural que permita uma visita confortável a seus sítios históricos.

1-Canudos de volta, **VEJA**, n. 38, 22 de setembro de 1999, p. 96-99.

2-Canudos está a 410 km de Salvador. O acesso se dá pela BR 324 até Feira de Santana e daí até Serrinha pela BR 116, de onde se segue por estrada estadual até Monte Santo, depois Canudos em trechos longos ainda em cascalho e terra.

3-Reg
abrigo
moná
militar
choue
Revol
4-Os
Ouro.

Descrição da Pesquisa. A herança do Conselheiro nas páginas de Euclides da Cunha.

É comum se ouvir dizer que falar de Canudos é remexer em feridas profundas que nem mesmo as águas do Açude Cocorobó conseguem dissipar. A batalha, que durou quase um ano, ficou na memória do sertanejo cujos descendentes ainda contam com emoção. Antonio Vicente Mendes Maciel, cearense, andou pelo sertão da Bahia e de Sergipe a partir de 1874. Construiu capelas e cemitérios, batizando e enterrando dignamente os excluídos, abriu pequenos tanques d'água e ministrou conselhos aos sertanejos, de onde vem seu novo nome: Antonio Conselheiro. No povoado, que chegou a abrigar 25 mil pessoas, eram construídas 12 casas por dia. O governo republicano, sofrendo as pressões de grupos de interesse, como os latifundiários que perdiam mão-de-obra barata, e a Igreja que perdia fiéis, começou a ver Canudos como uma ameaça assustadora.

Os conselheristas foram caracterizados como monarquistas radicais, recebendo ajuda externa, aptos a desmoronar o novo regime democrático. O próprio Euclides da Cunha, que havia escrito no Diário de São Paulo dois artigos com o título *Nossa Vendéia*³, os tratou de *chouans*. Uma vez no local de guerra, mudou seus pontos de vista, e produziu em *Os sertões*, enunciados célebres da História do Brasil: *Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda história, resistiu até o esgotamento completo*⁴.

Mas o que toca na alma nacional, e que deve orientar um turismo cultural suscetível de despertar reflexões e debates sobre as raízes da nação, repousa em dois fatos: 1) Euclides denunciou a ação da imprensa na formação de uma opinião pública nacional favorável ao massacre, baseada em interesses de grupos; 2) Ele lamentou o fato de que os brasileiros litorâneos não tivessem procurado conhecer as condições de vida dos patrícios sertanejos:

3-Região francesa que abrigou movimentos monárquicos, cujos militantes se chamavam *chouans*, contra a Revolução Francesa.

4-*Os sertões*, Edições de Ouro, p. 518.

(...) era, antes de tudo, um ensinamento e poderia ter despertado uma grande curiosidade (...) Entre nós, de um modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas de nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloqüente⁵.

Nessas circunstâncias, Zilly (1996) observa que Canudos, pelos mais diversos motivos, assombrosamente, se repete (Chiapas, Bósnia, Tchetchênia, etc.). Não prestamos atenção a esse *libelo contra um ato bárbaro da civilização que se dirige a toda humanidade civilizada*. E se dirige muito a nós, enquanto nação civilizada.

Nessa pesquisa propomos assim a elaboração de um paradigma de um turismo cultural que enseje o conhecimento da História do Brasil, em seu processo dialético, apontando explicitamente para as lutas dos excluídos contra as elites oligárquicas. Entendemos que os 500 anos de história têm produzido *falhas* estruturais, responsáveis por uma deterioração socio-político-econômica aguda. Euclides da Cunha, que se tornou alerta sobre a definição nacional, não parou mais de avisar, em suas produções jornalísticas, que o país era formado por regiões *à margem da história*, de acordo com Avighi (1993). Os requisitos da consolidação interna e da configuração do país no concerto das nações repousam na integração dos vários tipos de brasileiro dispersos no imenso território⁶. Sem isso, ocorre um ajuntamento de grupos, sem o sentimento apurado da unidade nacional, facilmente expropriados e manipulados pelo capital internacional, com seus suportes simbólicos da dita *cultura global*.

A perspectiva desse paradigma turístico envolve igualmente relacionamentos com as comunidades locais. Primeiramente, gera a necessidade da gestão participativa para atenuar as crises econômicas. Em seguida, implanta uma forma de interação com o Outro, na apreciação e na valorização de culturas distintas, numa posição nítida de respeito à diversidade e à coexistência de

5-Ibid.p. 317.

6-Exemplo de desunião é explicitado no fato de que a maioria dos guias de Salvador, recebem turistas europeus que já vêm do Rio de Janeiro informados de que *Salvador é a cidade mais perigosa do Brasil e a que tem as praias mais poluídas*.

7-Ex
atitu
emp
Sec
tran:
Tieta
Sem
turis
invac
que
nas
ocas
ecolc

diferenças numa imensa unidade nacional. Nesse interesse pelo Outro, já emergem os princípios do turismo sustentável baseados na promoção e preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social.

A participação de nossas colegas de Relações Públicas nesse projeto *Sertões* nos leva a refletir sobre uma opção ideológica que recusa conceitos metodológicos positivistas e funcionais. As novas buscas de estabelecimento de um paradigma dialético de RRPP são pautadas no questionamento sobre as bases do desenvolvimento capitalista, do lucro rápido por qualquer meio, negligenciando a qualidade de vida do homem em sua comunidade⁷. Nesse âmbito, as estratégias de comunicação são direcionadas para a formação de *imagens*, aptas a promover *compreensão mútua*, harmonia e colaboração a qualquer preço. No campo estrito do turismo, trata-se da constituição de um arcabouço semiótico, composto de ícones e símbolos de bem-estar, desvinculados da cultura e da história, e direcionados para a venda de pacotes direcionados para o lucro de grupos individuais.

7-Exemplo clássico dessa atitude foi o turismo empreendido em Mangue Seco, em 1989, após a transmissão da novela *Tieta*, pela Rede Globo. Sem infra-estrutura para o turismo, Mangue Seco, foi invadida por depredadores que circulavam de bugre nas dunas, tendo mesmo ocasionado incidentes ecológicos.

Para determinar se Canudos pode ser um produto pleno, nossa pesquisa busca os princípios do Marketing Turístico como concebido por Krippendorff (1989). Aqui, o produto difere dos produtos concretos, industrializados e de comércio, compondo-se de percepções intangíveis e sendo sentido pelos visitantes como uma *experiência*, vivida desde o momento em que se sai de casa até o retorno. Como bem abstrato, o produto turístico pode assim ser investido de conotações histórico-socio-culturais e não apenas de denotações econômicas.

Em síntese, nesse primeiro ano, nossa pesquisa se concentra na fase de *Análise* do Marketing Turístico, objetivando descrever a estrutura da oferta turística de Canudos, em seus recursos naturais e culturais, e recomendar melhorias para as estruturas infra-estruturais. Estamos construindo um relatório de *Análise* que enseje as etapas posteriores do marketing - *Adaptação, Ativação e*

Avaliação - destinadas a transformar Canudos em produto turístico pleno. Ao mesmo tempo, tentamos estabelecer bases comunicacionais para uma *Análise* inserida dentro de um paradigma histórico-dialético, alertando para a sustentabilidade com compromissos sociais, que, no caso de Canudos, é a herança do Conselheiro, imortalizada por Euclides.

Metodologia. Os capitais do turismo sustentável.

Sendo a *Análise* a busca de técnicas e métodos para investigar o potencial turístico de um local, iniciamos examinando dados secundários de ordem interna: documentação escrita, oral e visual do C.E.E.C. Quanto à ordem externa, fizemos duas visitas ao local, inclusive à ACEPAC e participando das Semanas Culturais promovidas pela UNEB, a fim de podermos delinear a oferta turística, formulando as seguintes questões: a) quais os processos cognitivos desencadeados por um fenômeno turístico na região de Canudos? ; b) que relações podem emergir entre a indústria do entretenimento e as variadas formas de comunicação social na elaboração de um gosto turístico para a região? c) uma experiência em Canudos pode facilitar formas de comunicação intercultural, aptas a promover o desenvolvimento social?

A nível de processos cognitivos, fizemos o inventário de recursos, distinguindo-os em *capital natural* e *capital cultural*. Mesmo sabendo que natureza e cultura são indissociáveis, optamos por essa divisão, no sentido de melhor visualizarmos os indicadores de sustentabilidade. Com estes, são instalados os sistemas de informação destinados a evitar atividades ecológica e socialmente danosas. Pode parecer contraditório, mas o conceito de *capital* implica na observação da produtividade do recurso, de acordo com políticas do desenvolvimento sustentável, como o preconiza Daly (1997).

Com a taxonomia dos *lazer*es culturais, apresentada por Ansarah (1989),

pudemos ademais contemplar a interdependência entre *interesses* e *conteúdos* de cada tipo de recurso. A autora explicita, com o conceito de *lazer cultural*, a necessidade de uma educação informal e permanente durante o tempo livre que estimula relações interativas entre o meio natural e cultural, como formas de estabelecer uma sociedade sustentável propensa ao desenvolvimento.

QUADRO I

CAPITAL NATURAL	CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLOS	CONTEÚDO
PEC	Interesse Ecológico	Espécies em extinção	Biodiversidade e Preservação
Toca das Araras	Interesse Ecológico	Espécie em extinção	Preservação
Caprinocultura	Interesse Ecológico e Econômico	Espécie de Resistência	De Relacionamento
Raso da Catarina	Interesse Ecológico	Espécies em extinção	Biodiversidade e Preservação
Açude de Cocorobó	Interesse Ecológico e Náutico	Local de sobrevivência	Preservação De relacionamento

Boaventura (1997) tem assinalado que a conservação da natureza é feita por parques, a partir de experiências internacionais como Yellowstone e o Great Basin. Os interesses ecológicos do PEC e do Raso da Catarina repousam na preservação da flora e da fauna da região semi-árida. Aí se encontram a vegetação da caatinga - cajueiro-anão, alecrim-do-tabuleiro, canudo de pito, juazeiro, xique-xique, entre outros - formações rochosas, emas e passarinhos em estado selvagem. Uma leitura da parte *A Terra*, de *Os sertões*, proporciona uma lição de biodiversidade, quando o autor descreve a gênese dos continentes e a forma como a natureza busca seu equilíbrio.

podemos ademais contemplar a interdependência entre *interesses* e *conteúdos* de cada tipo de recurso. A autora explicita, com o conceito de *lazer cultural*, a necessidade de uma educação informal e permanente durante o tempo livre que estimula relações interativas entre o meio natural e cultural, como formas de estabelecer uma sociedade sustentável propensa ao desenvolvimento.

QUADRO I

CAPITAL NATURAL	CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLOS	CONTEÚDO
PEC	Interesse Ecológico	Espécies em extinção	Biodiversidade e Preservação
Toca das Araras	Interesse Ecológico	Espécie em extinção	Preservação
Caprinocultura	Interesse Ecológico e Econômico	Espécie de Resistência	De Relacionamento
Raso da Catarina	Interesse Ecológico	Espécies em extinção	Biodiversidade e Preservação
Açude de Cocorobó	Interesse Ecológico e Náutico	Local de sobrevivência	Preservação De relacionamento

Boaventura (1997) tem assinalado que a conservação da natureza é feita por parques, a partir de experiências internacionais como Yellowstone e o Great Basin. Os interesses ecológicos do PEC e do Raso da Catarina repousam na preservação da flora e da fauna da região semi-árida. Aí se encontram a vegetação da caatinga - cajueiro-anão, alecrim-do-tabuleiro, canudo de pito, juazeiro, xique-xique, entre outros - formações rochosas, emas e passarinhos em estado selvagem. Uma leitura da parte *A Terra*, de *Os sertões*, proporciona uma lição de biodiversidade, quando o autor descreve a gênese dos continentes e a forma como a natureza busca seu equilíbrio.

A Toca das Araras, ou Toca, guarda uma das espécies cada dia mais rara. Pensando na preservação das Ararinhas Azuis, o IBAMA resolveu proteger o *esconderijo* desses animais que só podem ser visitados em companhia de funcionários devidamente autorizados. No fim da madrugada, o espetáculo é a revoada de todas as aves, que colore o céu, ainda negro, de um azul brilhante e encantador.

O bode é uma figura presente na vida do sertanejo. É ele que consegue resistir e sobreviver no clima semi-árido, de maneira brava e forte, o que cria laços simbólicos de relacionamento solidário lhe conferindo o título de *amigo do homem* no sertão. E como espécie de sobrevivência, tudo se aproveita no seu abate: a carne, é uma das mais saudáveis; o couro, o leite e o chifre são comercializados e contribuem para a economia da região.

Um segmento moderno do turismo é o náutico, e a prática de esportes em meio aquático tem tomado grande impulso. Mas como desenvolver esta atividade em pleno sertão? O Açude de Cocorobó possui uma grande vazão de água e pouquíssimas vezes seca completamente. O bom aproveitamento desse recurso hídrico é um indicador de relacionamento e sustentabilidade.

No Quadro I, pode-se observar que todos os aspectos naturais respondem a um interesse ecológico, seguindo a tendência mundial de preservação da biodiversidade. A intervenção dos *conteúdos*, relacionados aos interesses de lazer cultural, traduz a necessidade do planejamento turístico, levando à integração de turistas e nativos com a natureza, através de educação ambiental, que promove a exploração do pólo receptivo de forma conservacional para a geração de empregos locais.

QUADRO II

CAPITAL CULTURAL	CLASSIFICAÇÃO	EXEMPLOS	CONTEÚDO
Semana Cultural	Interesses intelectuais, artísticos, manuais, sociais e físicos	Seminários, palestras, debates, oficinas de artes e artesanato, apresentações teatrais, expressão corporal	Cognitivo Estético
Trezena de Santo Antônio	Interesses sociais e religiosos	"noiteiros", leilão, lundus e oratórias	Cognitivo De relacionamento Estético
PEC	Interesses histórico-militar, arqueológico, paleontológico e ecológico	Local da Guerra: trincheiras, ruínas, balas, trilhas, etc.	Cognitivo De relacionamento Estético Preservação
Caprinocultura	Interesses gastronômicos, culturais e comerciais	Culinária, resistência física, "Amigo do Homem", Couro e indumentárias	De relacionamento Cognitivo
Banda de Pífano	Interesses artísticos e sociais	Apresentações artísticas	Estético Cognitivo
Museu de Canudos Velha	Interesses artísticos, culturais e sociais	Objetos da guerra, da cidade e da época	Estético De relacionamento Cognitivo
Artesanato	Interesses artísticos e culturais	Trabalhos em palha, barro, couro e cipó	Estético De relacionamento

Uma preocupação para a identificação de uma comunidade sustentável é o entendimento das formas pelas quais o homem utiliza o natural, pelas tecnologias e idéias, para gerar o cultural de forma apropriada, produzindo bens e serviços que atendem à qualidade de vida local. No meio sertanejo, já evidenciamos que lidamos com muitos limites, mas a criatividade domina; a leitura de *O homem*, em *Os sertões*, leva à descoberta da cultura sertaneja e, em *A luta*, Euclides demonstra como as vestimentas de couro tornavam aptos os soldados sertanejos para *defender o lar invadido*.

Nesse Quadro II, observamos que a Semana Cultural de Canudos é um dos eventos mais conhecidos da cidade⁸. São discutidos temas sobre a guerra e sobre o papel de Conselheiro, como liderança comunitária. Atualmente, os debates estão

8-Na cidade de Euclides da Cunha a 100 km de Canudos, muito se fala da guerra também, nas Semanas Culturais sobre Os sertões.

dirigidos para transformar a cidade em produto turístico, a qual já recebeu, em fevereiro último, o selo do PNMT, da EMBRATUR. A trezena de Santo Antônio, organizada pela comunidade, combina religiosidade com festa, e faz emergir expressões da cultura popular.

Como cultural, o PEC apresenta trilhas pelas quais passaram os protagonistas da guerra, o exército e os conselheristas, registrando interesses histórico-militares, e oferecendo a experiência de visualização da narrativa épica euclidiana. Além disso, tem sido objeto de pesquisas arqueológicas destinadas a revelar aspectos da ocupação humana da área, padrões de comportamento de abandono e pós abandono dos sítios e formações de etnoarqueologia, necessárias à compreensão da colonização brasileira. Por outro lado, o uso inadequado do terreno e do material bélico, pelo exército, e o uso adequado do material tomado, pelos sertanejos, são resultados de tais pesquisas, seguindo Zanettini (1997).

A Banda de pífano é um dos poucos registros musicais do sertão que sobreviveu. Mas é uma expressão que traduz a vida do sertanejo com as intempéries da seca. O Museu de Canudos Velha fica na cidade fundada após o represamento do Açude, contendo objetos da época da guerra, pertencentes ao exército e aos conselheristas. O artesanato é marcado por objetos de couro e palha que são vendidos na feirinha semanal. Como o PEC, o bode tem dupla face, propiciando igualmente investimentos culturais no encaminhamento de uma tradição gastronômica e comercial, apta a promover conteúdos de relacionamento também geradores de uma comunicação intercultural.

Esse método de Análise da oferta turística ocasiona efetivamente a visão do produto turístico como bem intangível, examinado à luz dos critérios da sustentabilidade. Sob a ótica do conhecimento histórico-cultural, alicerçado inclusive em obras reconhecidas, literárias, jornalísticas, cinematográficas, plásticas, etc., esperamos perseguir a construção de um paradigma dialético para a

abordagem do turismo cultural. No nosso entendimento, tal paradigma deve necessariamente apontar para o processo histórico, em suas contradições, e contemplar emissores e receptores como agentes de transformação das desigualdades nacionais.

Primeiros Resultados e Algumas Recomendações. Uma rede Interdisciplinar.

Sublinhamos que Canudos precisa de muitos investimentos no capital infra-estrutural para se tornar um produto turístico pleno. E é um produto que poderá no futuro atrair um mercado internacional, em função do conhecimento mundial da *guerra do fim do mundo*, imortalizada por Euclides e Vargas Llosa⁹.

O CEEC tem empreendido um trabalho interdepartamental integrando estudantes de vários cursos na direção do desenvolvimento sustentável em Canudos. Na busca de nosso paradigma histórico-cultural, projetamos um perfil de profissional do turismo como líder de uma equipe interdisciplinar, capaz de dinamizar uma *função pesquisa*, suscetível de direcionar as necessidades de nossa Análise. Planejamos assim duas equipes:

i) Relações Públicas.

Alicerçada no paradigma dialético para Relações Públicas comunitárias (Peruzzo e César, 1999), a equipe tem objetivado revelar o caráter inédito da obra de Euclides na constituição de uma história da comunicação e da formação de uma opinião pública nacional, dentro do modelo internacional, associada à guerra e ao progresso técnico. A equipe empreende uma leitura que serve para a compreensão da evolução do regime republicano e para o entendimento dos fatos políticos atuais em suas relações com os meios de comunicação.

9-Apesar das carências, muitos pesquisadores, oriundos de vários países, visitam a região. Alguns sustentam que o sebastianismo, variável lusa do messianismo universal, é um fator de atração dos pesquisadores internacionais.

No campo do turismo, a equipe tem se deslocado para a região, e procurado reavaliar as funções básicas dentro da abordagem dialética: Assessoria, pesquisa, planejamento, execução (comunicação), avaliação. Na pesquisa, pode-se criar um relacionamento alinhado com as problemáticas sociais das comunidades e definir políticas de ação. Foram assim estabelecidos três eixos de desenvolvimento sustentável:

a) Desenvolvimento econômico, com Programa Agropecuário (expansão e modernização da caprinocultura), Programa Agroindustrial (Implantação de unidades de abate e transformação da produção), Programa infraestrutura produtiva (recuperação e encascalhamento das estradas vicinais).

b) Desenvolvimento social, com Programa Educação (capacitação e modernização nas escolas, inclusive com programas de extensão para formação de mão-de-obra para o turismo), Programa Saúde (expansão da rede de postos de saúde e aparelhamento do hospital), Programa de Infra-estrutura social (Saneamento ambiental, adução das águas, iluminação pública), Programa de Segurança Pública.

C) Desenvolvimento ambiental. Programas de recuperação e de educação ambiental.

Com esses eixos, desenvolve-se as funções Execução e Assessoria, envolvendo os profissionais de Turismo e RP, como companheiros de trabalho que devem orientar os grupos na conscientização das necessidades junto aos órgãos públicos e privados responsáveis por cada setor. Com a instalação do Conselho Municipal, previsto no PNMT, as estratégias de comunicação passam a ser debatidas conjuntamente¹¹. A função avaliação, que é uma forma de pesquisa, em que a comunidade passa a ser ouvida continuamente, é responsável pelo acompanhamento e apoio ao planejamento da comunicação para o turismo sustentável.

11 PNMT - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO
Composição do Conselho:
 em número ímpar, sendo (x) membros da Prefeitura e (x+1) membros da comunidade

Competência do Conselho do PNMT:

- 1- Coordenar, incentivar e promover o turismo.
- 2- Estudar e propor à administração municipal medidas de difusão e amparo ao turismo, em colaboração com os órgãos e entidades oficiais especializados.
- 3 - Orientar a administração municipal na administração dos pontos turísticos do município.
- 4- Promover junto às entidades de classe campanhas no sentido de incrementar o turismo no município.

Com efeito, quando reconhecemos a existência de um sistema turístico social decidimos por uma abordagem do marketing como promotor de desenvolvimento, dinamizado por planos que vão contemplar os *mercados*, não como números frios, não como pólos geradores de lucros rápidos. Nesse caso, o benefício de um é o lucro social do outro, pois as melhorias efetuadas para os negociantes e visitantes devem se estender para os cidadãos comuns. Se os serviços públicos são essenciais para a qualidade de vida, um sistema social de mercado deve priorizá-los com destaque para: - recolhimento e eliminação de lixo; - segurança pública; - sistema de saúde eficiente e contenção de incidências de insetos; serviços públicos de energia elétrica, iluminação pública e redes telefônicas; - serviço de abastecimento de água e despoluição dos serviços hídricos, etc.

ii) Urbanismo.

Há um projeto para que uma equipe de estudantes de Urbanismo venha auxiliar na planificação urbana com preservação do meio ambiente. A visão do sistema turístico social deve ser refletida em planos diretores municipais através dos quais as atividades turísticas são integradas às atividades locais e regionais.

Dentro dos princípios do turismo sustentável, o *marketing* deve lembrar que não se pode causar prejuízos aos meios natural e urbano. Nosso planejamento governa o macrozoneamento do solo que define áreas para hotelaria, camping, restaurantes, bares, farmácias, lojas, etc., e a qualificação profissional, tanto dos setores tipicamente turísticos quanto daqueles relacionados direta ou indiretamente com o turismo, no âmbito dos três eixos de desenvolvimento sustentável. Exemplifica-se assim a necessidade de haver- além da qualidade de fato- a qualidade percebida dos visitantes, os receptores finais do *marketing turístico* e a qualidade atingida pela comunidade, os receptores internos.

Âguisa de conclusão. Um sentimento heroico de brasilidade.

Muitos autores afirmam que estamos ainda bastante afastados de um mapeamento de *cultura global*, e que as culturas nacionais ainda se apresentam compactas e frequentemente renovadas. Smith (1998) defende, inclusive, e para nossa surpresa, que somente o turismo e a museologia serão capazes de preservar a memória de culturas nacionais.

A metodologia da nossa pesquisa mostrou que estamos lançando as bases para preparar a infra-estrutura turística de Canudos de forma sustentável. É a elaboração de nossa *Análise*. Nas fases *Adaptação* e *Ativação*, no Marketing Turístico, pretendemos realmente participar da organização da promoção do Memorial Antonio Conselheiro, uma verdadeira casa de cultura do sertão, com operação da biblioteca, videoteca e fototeca, como também a organização constante de oficinas de arte, encontros, debates, cursos, visando inicialmente um *target* estudante dentro do próprio estado.

Mas nosso paradigma de turismo cultural se encaminha para o conhecimento de nossas contradições históricas, e das lutas pela justiça social. Este sentido da historicidade vai ser fortemente destacado no nosso discurso promocional da região. Uma cultura nacional está aqui e agora, contextualizando as falhas de nossa história e nos alertando para o nosso futuro de sempre dependentes dos impérios econômicos. Fizemos a Guerra do Paraguai, pelos interesses ingleses, e massacrados Canudos por interesses bélicos alemães.

Essa cultura histórica, como o disse Zilly, também é universal, à medida que o Brasil deu um exemplo literário para o mundo, através de Euclides da Cunha, contra massacres de inocentes, e preparados via os meios de comunicação, o que tem se repetido constantemente. E esse mesmo Euclides colocou o sertanejo esfarrapado no cenário literário mundial, no mesmo nível dos personagens dos grandes escritores universais. Canudos, de todas as evidências, fornece inúmeras lições para a construção de um sentimento sólido de *brasilidade*. Pois, como diz o slogan da Bahiatursa: *Todo brasileiro é um baiano também*.

Referências bibliográficas

I. Sobre Turismo:

- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. *Lazer Cultural nos centros culturais. Anuário de Inovações em comunicações e artes*. 1989. ECA/USP. p.91-97.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1989.
- PELLEGRINI Filho, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Papirus, São Paulo, 1993.
- RUSCHMANN, Doris. *Objetivos da comunicação no turismo. Revista brasileira de comunicação. INTERCOM*. ano XIV, n.65, julho-dezembro 1991.
- RUSCHMANN, Doris- *Marketing turístico em Anuário de Inovações em Comunicações e Artes 1989*, ECA/USP. p.116-126.

II. Sobre Canudos:

- ALVES, Antonino José, *Memória da diligência a Canudos*. Acervo CEEC-UNEB, Bahia.
- AVIGHI, Carlos M., *O sertão brasileiro e o cenário mundial no jornalismo de Euclides da Cunha*. Em: *Revista brasileira de comunicação, INTERCOM*, vol. XVI, n. 2, jul/dez., 1993, pp. 144-155.
- BOAVENTURA, Edivaldo, *O parque estadual de Canudos*, Salvador, Secretaria de Cultura e Turismo, 1997.
- CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, Edições de Ouro.s/d
- ✓ FERRAZ, R.J., Pinheiro, J.C., Santos Neto, M., *Cartilha Histórica de Canudos*. Salvador, UNEB.
- FERREIRA, Manuel da Silva Pires *Canudos, Prefeitura Municipal, 1991. Relatório ao Comando do 2º distrito militar*. Acervo CEEC-UNEB, Bahia.
- GUTIERREZ, Angela Ma. R.M., *Notícia sobre cem anos de ficção canudiana, Revista Canudos*, v.1, n.1, p.9-23, 19
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Repensando Canudos: o jogo das oligarquias, Revista da FAEEBA*, Salvador, UNEB' ano 1, n.1, 1992.
- SOUZA, Licia Soares de, - "Canudos e O rei do gado: ecos de intertextualidade" *Revista Canudos*, Salvador, UNEB, v.2, n.2, p.14-32.
- ZANETTINI, Paulo, *Arqueologia histórica de Canudos, Estudos preliminares*. Em :Boaventura, Edivaldo, *O parque estadual de Canudos*, Salvador, Secretaria de Cultura e Turismo, 1997.
- ZILLY, Berthold, *Um depoimento brasileiro para a História Universal. Traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha. Humboldt*, ano 38, n. 72, 1996, p.8-16.

III. Sobre desenvolvimento sustentável:

- DALY, Herman, *Políticas para o desenvolvimento sustentável*. Em: CAVALCANTI, Clovis, *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. Sao Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 179-192.
- CUTLER J. Cleveland, RUTH, Mathias, *Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico*. Em: CAVALCANTI, Clovis, *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. Sao Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 179-192.

IV. Sobre Relações Públicas, Comunicação e Globalização.

- CÉSAR, Regina Célia E., *As relações públicas frente ao desenvolvimento comunitário. Comunicação & Sociedade*, n. 32, 2º semestre de 1999, p. 89-112.
- CORRÊA, Tupã Gomes., *Contato imediato com Opinião pública. Os bastidores da ação política*. São Paulo, Global, 1988.
- MATTELART, Armand, *Comunicação-Mundo. História das idéias e das estratégias*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling, *Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI. Comunicação & Sociedade*, n. 32, 2º semestre de 1999, p. 45-68.
- SMITH, Anthony, *Para uma cultura global?* Em: Mike FEATHERSTONE (org.), *Cultura Global*, 2a. ed., Petrópolis, Vozes, 1998, p. 183-206.

VI. Periódicos

BOAVENTURA, Edivaldo, *Canudos Vivo. Cresce a esperança no Sertão. A Tarde. Caderno de Turismo*, 11-11-98.

Canudos de volta, *VEJA*, n. 38, 22 de setembro de 1999, p. 96-99.

Nos caminhos do Sertão, *Bahiatursa* (brochura)

O exemplo de Antônio Conselheiro, *A Tarde*, 11-1-97

O legado de Canudos, *Veja*, 3 de setembro de 1997.

Parque de Canudos pode ser tombado, *A Tarde*, 5 de setembro de 1999.

VI. Visuais

Canudos- Uma história sem fim. TVE/BA-IRDEB, agosto de 1996.

Site da Portfolium: www.portfolium.com.br